

MORADIA TRANSITÓRIA

DESTINADA A MÃES SOLO NO DISTRITO DA PENHA, ZONA LESTE DA
CIDADE DE SÃO PAULO/SP

Vila Transitória “Ana Soares Pereira”

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN

TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO

MORADIA TRANSITÓRIA DESTINADA A MÃES SOLO NO DISTRITO DA PENHA, ZONA LESTE DA CIDADE DE SÃO PAULO/SP

Caderno de qualificação entregue no segundo semestre de 2024 como pré-requisito de obtenção do grau de bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC) da UNESP de Bauru

ORIENTADORA: PROFA. ASSOC. ROSIO FERNÁNDEZ BACA SALCEDO

ORIENTADA: THAMIRIS RAMALHO DE JESUS

BAURU

2024

MORADIA TRANSITÓRIA DESTINADA A MÃES SOLO NO DISTRITO DA PENHA, ZONA LESTE DA CIDADE DE SÃO PAULO/SP

J58m

Jesus, Thamiris Ramalho de

Moradia transitória destinada a mães solo no distrito da Penha, Zona Leste da cidade de São Paulo/SP / Thamiris Ramalho de Jesus. – Bauru, 2025

101 p. : il., tabs., fotos, mapas

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Bauru

Orientadora: Rosio Fernández Baca Salcedo

1. Arquitetura de habitação. 2. Centro de Acolhida Especial. 3. Mulheres e Crianças. 4. Cidades e vilas antigas. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Dados fornecidos pelo autor(a).

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, especialmente à minha mãe, Fabiana, ao meu pai, Ricardo, e ao meu tio, Samuel, cuja contribuição durante minha graduação foi imprescindível para que eu pudesse me dedicar inteiramente aos estudos até o momento desta conclusão de curso, sempre zelando por mim com tanto carinho. Agraço também à minha irmã, por me ensinar o amor genuíno em cada retorno meu para casa, mesmo que demorados.

Ao meu namorado, Gabriel, cuja parceria e paciência foram fundamentais para que eu desenvolvesse com êxito este trabalho, e que por sua formação me fez entender a grandiosidade e beleza da Engenharia Civil.

À minha orientadora, Professora Associada Rosio Fernández Baca Salcedo (*in memoriam*), pois sem sua sabedoria e dedicação à pesquisa e difusão do conhecimento sobre centros históricos, centros urbanos consolidados e arquitetura dialógica, este trabalho jamais teria sido possível. Agradeço por todos os ensinamentos, paciência e compreensão ao longo destes anos sob sua orientação.

Ao corpo docente do Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo, especialmente à Professora Doutora Maria Solange Gurgel de Castro Fontes, aos meus amigos da graduação, aos colegas do Grupo Internacional de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo Dialógicos e aos meus supervisores de estágio, cujas trocas e oportunidades apresentadas foram essenciais para a construção de meu repertório técnico, acadêmico, científico e pessoal, refletindo na interdisciplinariedade deste trabalho.

Às mães solo presentes na minha vida ou anônimas, participantes ou não do questionário, que de alguma forma contribuíram com sua sensibilidade sobre a necessidade de se pensar cidades mais justas e inclusivas para mulheres e crianças.

Por último, e não menos importante, a Deus, por me resguardar a fé de prosseguir dia após dia sem hesitar, e aos meus ancestrais e antepassados, viabilizadores de tudo o que fui, o que sou e o que serei.

“*Daria um filme
Uma negra e uma criança nos braços
Solitária na floresta de concreto e aço
Veja, olha outra vez o rosto na multidão
A multidão é um monstro, sem rosto e coração*

*Ei, São Paulo, terra de arranha-céu
A garoa rasga a carne, é a Torre de Babel
Família brasileira, dois contra o mundo
Mãe solteira de um promissor vagabundo*

*Luz, câmera e ação, gravando a cena vai
Um bastardo, mais um filho pardo, sem pai
Ei, senhor de engenho, eu sei bem quem você é
Sozinho cé num guenta, sozinho cé num entra a pé”*

(Racionais MC's)

RESUMO

O projeto se fundamenta na necessidade de pensar a habitação social coletiva adequada a arranjos monoparentais chefiados por mulheres, já que esses têm crescido de maneira significativa no cenário brasileiro e paulista, com atuais 11,3 milhões de domicílios brasileiros chefiados por mães solo (PNADC/IBGE, 2022). Neste sentido, este trabalho final de graduação tem como objetivo revisar a literatura sobre habitação e centros de acolhida para mães solo e elaborar o projeto de arquitetura para moradia transitória de mães solo e seus filhos em situação de vulnerabilidade social, residentes na cidade de São Paulo, com base no programa de Centro de Acolhida Especial (CAE) da Prefeitura Municipal de São Paulo. Metodologia consta das seguintes etapas: I) Revisão da literatura, II) Contexto: Distrito da Penha de França, III) Escolha do lote, IV) Programa de necessidades, V) Projeto de arquitetura para moradia transitória de mães solo e seus filhos. Resultados: Projeto de arquitetura para a Vila Transitória “Ana Maria Soares” com base na arquitetura dialógica, considerando o usuário, o contexto e a contemporaneidade harmônica para intervenção no tecido de centro urbano consolidado, com diretrizes complementares para o paisagismo e urbanismo.

Palavras-chave: Moradia transitória. Mãe solo. Arquitetura dialógica.

ABSTRACT

The project is based on the need to think about collective social housing appropriate to single-parent families headed by women, since these have grown significantly in the Brazilian and Sao Paulo scenarios, with 11.3 million current Brazilian households headed by single mothers (PNADC/IBGE, 2022). In this sense, this final graduation paper aims to review the literature on housing and shelters for single mothers and to elaborate an architectural design for transitional housing for single mothers and their children in situation of social vulnerability, living in the city of São Paulo, based on the Special Shelter Center (SSC) program of the São Paulo City Hall. Methodology consists of the following stages: I) Literature review, II) Context: Penha de França District, III) Land choice, IV) Programming, V) Architectural design for transitional housing for single mothers and their children. Results: Architectural project for the “Ana Maria Soares” Transitional Village based on dialogic architecture, considering the user, the context and harmonious contemporaneity for intervention in the space of a consolidated urban center, with complementary guidelines for landscaping and urban planning.

Palavras-chave: Transitional housing. Single mom. Dialogic architecture.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	
RESUMO	
SUMÁRIO	
INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA	5
OBJETIVOS	6
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	6
01. ABORDAGEM TEÓRICA	7
1.1 O ato de habitar, as dimensões socio físicas da habitação e seus padrões	7
1.2 A moradia adequada enquanto direito fundamental à proteção da vida e especificidades quanto a mulheres e crianças	8
1.3 Parâmetros normativos e acadêmicos brasileiros para a moradia adequada	11
1.4 O método da arquitetura dialógica aplicada a projetos em centros históricos e centros urbanos consolidados	16
1.5 A maternidade solo e a família monoparental chefiada por mulher	17
1.6 A face da maternidade solo no Estado de São Paulo e em sua Região Metropolitana	18
1.7 Mães solo, seus filhos e a luta por moradia e cidades mais sustentáveis	20

1.8 As políticas dos Centros de Acolhida da Prefeitura de São Paulo, a Casa de Marta e Maria e o Centro de Acolhida Amparo Maternal	23
02. ESTUDOS DE CASO	27
2.1 Centro para Gestantes / MASS Design Group	27
2.2 Habitação de Emergência para Mães Solteiras / 4L ARQ	29
2.3 Peluquería Diego Guerrero / Carol Burton	31
2.4 Restaurante Mocotó / LAB Arquitetos	32
03. METODOLOGIA	33
04. ESTUDOS PRELIMINARES	35
4.1 Justificativa da escolha do distrito	35
4.2 O distrito da Penha de França: breve caracterização histórica e política	37
4.3 Escolha do terreno no distrito da Penha de França	38
4.4 Programa de necessidades	42
4.4.1 Caracterização da amostra	42
4.4.2 Percepção de mães solo residentes na cidade de São Paulo quanto aos espaços da habitação	42
4.4.3 Percepção de mães solo residentes na cidade de São Paulo quanto aos espaços comunitários da moradia transitória	43
4.4.4 Percepção de mães solo residentes na cidade de São Paulo quanto aos equipamentos públicos do bairro: educação	43

4.4.5 Percepção de mães solo residentes na cidade de São Paulo quanto aos equipamentos públicos do bairro: saúde	43
4.4.6 Percepção de mães solo residentes na cidade de São Paulo quanto aos equipamentos públicos do bairro: abastecimento	44
4.4.7 Percepção de mães solo residentes na cidade de São Paulo quanto aos equipamentos públicos do bairro: esporte e lazer	44
4.4.8 Percepção de mães solo residentes na cidade de São Paulo quanto aos equipamentos públicos do bairro: cultura	44
4.4.9 Percepção de mães solo residentes na cidade de São Paulo quanto aos equipamentos públicos do bairro: mobilidade urbana	45
4.4.10 Percepção de mães solo residentes na cidade de São Paulo sobre ofícios potenciais	45
05. PROJETO DE ARQUITETURA	46
5.1 Lote: caracterização físico-geográfica	46
5.2 Caracterização arquitetônica da quadra	51
5.3 Caracterização urbana, cultural e ambiental do entorno do lote	54
5.4 Diretrizes de intervenção	61
5.5 O projeto	65
06. CONCLUSÃO	98
07. REFERÊNCIAS	99

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

As moradias transitórias no Brasil surgem como fruto de políticas públicas, fraternidades, organizações independentes e outros órgãos, com o objetivo de acolher populações vulneráveis e provê-las moradia adequada, seja em substituição à situação de rua, ou para aqueles que buscam um lugar seguro de outras situações de vulnerabilidade social, e dignificar a pessoa com a ressocialização e reinserção no mercado de trabalho, de modo a promover a autonomia, qualificação e independência do beneficiado para que esteja capacitado em sua saída ao exercício de seu papel enquanto cidadão. Outra característica importante sobre a moradia transitória é o público a ser acolhido, pois a separação em classes de pessoas ocorre não somente devido à necessidade de direcionar atendimento público e psicossocial específico, mas de garantir a proteção e segurança dessas pessoas da situação em que se encontravam anteriormente.

E quando se refere ao público de mulheres, que atualmente compõem a maioria da população brasileira, correspondendo a 104.548.325 milhões (IBGE, 2022), uma caracterização interessante é o número de domicílios com mulheres mães solo que cresceu em 17,8% entre os anos de 2012 e 2022, de 9,6 milhões para 11,3 milhões, sendo que o maior número correspondente ao aumento de mães solo diz respeito a mulheres negras, com um aumento de 5,4 milhões para 6,9 milhões em 10 anos (Feijó, 2023).

O fato é que esse número expressivo de mulheres mães solo no Brasil escancara outra realidade: a da insegurança financeira e habitacional, pois com a maternidade solo, os dados relativos às condições de educação e trabalho dessas mães expõem que há uma situação de exclusão maior de acesso ao ensino superior para mães solo negras, e uma dificuldade global para mães solo de inserção no mercado de trabalho, devido aos sacrifícios da maternidade e da monoparentalidade, uma vez que a união de dados representa que apenas 13,8% das mães solo tem ensino superior ou mais. Consequentemente, com as condições financeira e trabalhista instáveis a moradia de aluguel predomina, muitas vezes em casas distantes de subcentros dotados de equipamentos básicos e de fácil acesso, em condições precárias ou indignas às necessidades de uma mãe e seus filhos, dado

que Feijó (2023) aponta que 72,4% das mães solo registradas no ano de 2022 vivem em domicílio monoparental, ou seja, sem demais pessoas, como um cônjuge, que poderiam colaborar com renda e/ou cuidados domésticos e parentais de modo a permitir uma rotina mais flexível para a mãe se dedicar à vida pessoal e profissional.

Com base nos dados expostos, percebe-se uma crescente na configuração familiar monoparental chefiada por mulher, a qual exige novas formas de pensar a moradia em função de ser um núcleo não tradicional, e como por meio da arquitetura promover uma configuração harmoniosa de espaços individuais onde a mãe solo possa exercer sua rotina com sua família de maneira segura, e de espaços coletivos que propiciem uma troca de experiências e uma rede de apoio possível para essas mães e seus filhos.

Assim, a escolha pelo projeto de moradia transitória surge em função da necessidade de se abrigar estas mães e seus filhos em caráter emergencial, dada a situação de baixa renda que as impossibilita de adquirir um imóvel em mercado popular em poucos meses, ou de conseguir um financiamento, ou recebimento gratuito de imóvel por programa habitacional devido às burocracias internas. A moradia transitória, além de ofertar moradia digna, oferta um espaço de desenvolvimento pessoal, familiar e social, e que possa servir de modelo para outros projetos que abrigam mães solo e mesmo para estimular novas formas de conceber a habitação de interesse social, pensando em novos arranjos familiares brasileiros.

Para tanto, o presente trabalho busca entender as necessidades físico-espaciais de mães solo brasileiras, especificamente residentes na cidade de São Paulo, e viabilizar um projeto de moradia transitória que use da arquitetura enquanto um instrumento viabilizador de acolhimento, segurança, individualidade, pluralidade, capacitação e reinserção dessas mulheres e suas crianças na sociedade, na educação e no mercado de trabalho, tirando-as de moradias inseguras, indignas, lares violentos, inapropriados, de ameaça física e social e da sobrecarga existente àquelas que não somente exercem a maternidade, mas desenvolvem diversos trabalhos “ocultos” aos olhos da sociedade e que não dispõem de rede de apoio adequada.

Ainda, viabilizar a moradia transitória antes da moradia fixa é prover o aco-

OBJETIVO

O objetivo deste trabalho final de graduação é identificar as necessidades espaciais na habitação, no bairro e cidade de mães solo residentes na cidade de São Paulo e seus padrões de habitar, de modo que ao final desse trabalho se viabilize um anteprojeto arquitetônico de moradia transitória para mães solo residentes na cidade de São Paulo e seus filhos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Aplicar os preceitos da arquitetura modular, com o uso de tecnologias locais, para desenvolver um projeto base de moradia transitória destinada a famílias monoparentais, tendo sua fundamentação na arquitetura dialógica, de modo a equilibrar estética, ética e ciência, promovendo um projeto capaz de dialogar com o contexto social, físico e temporal em que está inserido.

01 ABORDAGEM TEÓRICA

1.1 O ato de habitar, as dimensões socio físicas da habitação e seus padrões

"Habitar forma parte da própria essência de nosso ser e nossa identidade" (Pallasmaa, 2016, p. 8, tradução nossa). Neste sentido, o autor cunha que arquitetura é originária da necessidade de habitar e do exercício da socialidade, e que o emprego do termo "lar" se trata da parte mais conectada ao sentimental do ser vivo, sendo o lugar onde o habitante coloca a sua personalidade e exerce seus padrões de vida, e que segundo Alexander (1981), moldam o caráter do lugar, pois as experiências do ser humano para com o lugar vivenciado são dadas em parte pelo meio físico, mas essencialmente pelos "padrões de acontecimento" existentes no local, cuja vivência se dá em função de experiências particulares de cada cultura.

São esses padrões: a reunião familiar na cozinha, as lembranças natalinas, a decoração e apropriação de um determinado lugar da casa etc., e que não dependem exclusivamente de ações humanas, a exemplo dos fenômenos da natureza, os quais se repetem diariamente e não são fatores sociais, mas afetam os seres humanos e seu entorno de modo a constituir padrões de acontecimento nos interiores domésticos e na cidade (Alexander, 1981), como o sol da manhã incidente sobre um recinto e práticas relacionadas nesse espaço em função desse acontecimento frequente.

Ainda, o lar é espaço de ritualísticas únicas de cada família, é a essência do lugar e remete aos conceitos de proteção, intimidade e identidade, pois é a materialização da personalidade do indivíduo. "El hogar es una experiencia multidimensional que cuesta describir con objetividad" (Pallasmaa, 2016, p. 20), portanto a análise da habitação e seus componentes deve partir de abstrações para sua concepção, como o imaginário das pessoas e suas memórias afetivas com o lugar, positivas ou não, e que na fase adulta representam a busca ou o rechaço pelo lugar de acordo com sentimentos adquiridos na infância. Assim, Alexander (1981) afirma que a vida da construção ou do seu entorno está, portanto, na qualidade das experiências com o espaço, pois é a situação que permite o ser humano ser.

Outro conceito trabalhado por Pallasmaa (2016) é da imagem do lugar, em que o lar existe melhor no plano das ideias do que no plano físico, já que as lembranças imagéticas unificadas representam bem esse sentimento do indivíduo para com o lugar em comparação à construção física da casa, pois sintetizam os sentidos que o corpo lembra a partir de ações vividas no espaço. Assim, o autor (2016) afirma que a fenomenologia da arquitetura está nos verbos e não nos substantivos, pois o "adentrar" a casa é mais significativo do que "a porta".

Por outro lado, Alexander (1981) reforça o simbolismo da palavra para com o acontecimento de uma ação, pois pontua que os padrões de acontecimentos de uma cultura são definidos a partir de referências de nomes dados para elementos físicos do espaço que são comuns a essa cultura, ou seja, cada componente cultural define um padrão de acontecimento e traduz ao padrão de vida dos que a integram, como a relação que o elemento "porta" institui para com a ação de "adentrar" a casa, e o padrão instituído conforme a cultura daquele que habita, sendo diferente o passar pela porta e adentrar a casa chinesa, do passar pela porta e adentrar a casa brasileira, por exemplo, em que a individualidade do habitante e sua cultura irão instituir maneiras diferentes de realizar o ato. Desta forma, entende-se que o padrão de espaço é o pré-requisito para que se ocorra os padrões de acontecimentos, em que o padrão de espaço "cozinha", por exemplo, possui uma natureza invariável, mas dotado de elementos chineses, constitui o padrão de relações "cozinha chinesa", que permite acontecimentos específicos de uma cozinha chinesa.

Todas as análises relacionadas anteriormente reforçam a interdependência entre identidade e contexto. O lar, portanto, é o espaço de intermediação entre privado e público, de domínios diferentes conforme cada cultura, onde se exerce o íntimo de cada pessoa. Segundo Pallasmaa (2016), os principais elementos que constituem o lar, diferente da arquitetura que trabalha em sistema de hierarquias, são organizados por funções e objetos, sendo:

1. Elementos com fundamentos a um nível biocultural profundo e inconsciente (entrada, telhado, chaminé).
2. Elementos relacionados com a vida pessoal e a identidade do habitante (conjunto de recordações, equipamentos, objetos herdados da família).
3. Símbolos sociais cujo objetivo é oferecer certa imagem e mensagens aos estranhos (símbolos de riqueza, educação, identidade social, etc.) (Pallasmaa, 2016, p. 29, tradução nossa).

"A forma de existência caracteristicamente humana tem lugar no mundo das possibilidades e está moldada por nossa capacidade de imaginar e fantasiar" (Pallasmaa, 2016, p. 60, tradução nossa). Os planos empírico e abstrato se fundem no mundo em que o ser humano habita, e assim o autor (2016) conceitua o espaço existencial como um espaço vivido, baseado nos valores da cultura que ali vive, constituindo sua identidade coletiva. Assim, são constituídos os padrões culturais, conceito cunhado por Alexander (1981), em que uma cadeia de padrões de relações está ligada a outra cadeia de padrões de relações menores, todos relacionados a um contexto e seus padrões de acontecimentos, e que quando correlacionadas, as cadeias formam o padrão cultural, ou seja, o lugar se torna efetivamente qualificado quando seus padrões de acontecimentos condizem com os padrões de espaço, e se tornam mais profundos ao passo que se relacionam com escala reduzidas, "Assim, os padrões variam de lugar em lugar, de cultura em cultura, de época em época [...]" (Alexander, 1981, p. 90, tradução nossa).

Assim, a casa é a construção que intermedia a relação entre mundo interior e exterior, privado e público, além de oferecer refúgio e moldar as experiências sociais de quem lhe habita desde a fase inicial da vida; a casa é proteção e mediação.

Ainda, a arquitetura se apropria de metáforas espaciais e materiais da existência humana para compreender suas dinâmicas e experiências, de modo a criar uma única imagem que seja capaz de traduzir a relação entre ser existente e mundo. Por exemplo, a casa pode representar diversas relações de psique, da estrutura familiar, do entorno, assim como seu projeto pode se apropriar das relações e ordens musicais para estruturar seus elementos. Em suma, assim como a arquitetura pode se utilizar de metáforas para sintetizar sua imagem, outras áreas do conhecimento também podem se utilizar da arquitetura para explicar dinâmicas sociais e científicas.

Segundo Pallasmaa (2016), o mundo existencial é dividido entre corpo e lugar, afinal a constante interação entre corpo e lugar os torna uma unidade de existência inseparável, pois é preciso o espaço para se existir, e o espaço existe devido ao corpo. Principalmente, a casa é o maior espaço de identificação entre corpo e o lugar, onde existe um diálogo íntimo com as memórias de infância e as relações vividas nessa tipologia arquitetônica, e as trocas entre o corpo que a experimenta e os elementos que são experimentados.

Outro ponto fundamental da arquitetura pontuado pelo autor (2016) diz respeito à sua função de salvaguardar a memória do passado e conservar a cultura local para que não seja perdida no tempo, e preservar o tempo experiencial

digno da vida no espaço, já que é detentora do poder de alterar as dinâmicas de tempo em uma sociedade e de tornar visível os estratos temporais por meio de sua imagem. Portanto, pode-se dizer que essas obras que sobrevivem ao tempo são grandes obras, pois possuem um grande significado arquitetônico, ou seja, são dotadas de um contexto sólido e atemporal, quase palpável, e que para se criar grandes obras não basta conservar a tradição e replicar o que já foi realizado por mestres do passado, é preciso se apropriar dessa tradição e reinventá-la de maneira contemporânea, dar sentido histórico à construção para que não se perca vínculo entre gerações.

Em suma, uma boa arquitetura é atemporal, histórica no tempo-espaço e bem contextualizada, de maneira que emociona e estimula aqueles que a experienciam devido à sua sensibilidade com o caráter humano e cultural, pois permite que o ser humano também se perceba como um ser corpóreo e espiritual (Pallasmaa, 2016).

1.2 A moradia adequada enquanto direito fundamental à proteção da vida e especificidades quanto a mulheres e crianças

O direito à moradia foi concebido enquanto direito fundamental à vida pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, por meio da Organização das Nações Unidas (ONU), em função da necessidade de assegurar a dignidade habitacional a todos indivíduos devido à situação de insegurança habitacional instaurada no período pós-guerra. Tamanha importância da questão progrediu de modo que, em 1992, o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (ONU, 1992) reconheceu o direito à moradia enquanto um direito de caráter universal a todo e qualquer ser humano, como meio de garantir que os Estados componentes da Organização promovam melhorias às condições de vida de seus cidadãos e medidas mitigatórias ao déficit habitacional, que se configura desde então como um quadro persistente devido à insegurança de posse instaurada pela especulação imobiliária e inacessibilidade à moradia adequada, com custos exorbitantes de aluguéis e ameaças de despejo, levando às pessoas a habitar e resistir em assentamentos ilegais, precários e insalubres (SDH/PR, 2013).

Ainda, de modo a fundamentar as bases do direito à moradia adequada, o Comitê sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais declara que tal direito deve ser assegurado a todo e qualquer tipo de família, independente da composição estabelecida, sem discriminações por idade, condição econômica, participação de papéis de gênero estabelecidos pela sociedade nos núcleos familiares, sejam eles chefiados por quem for, dentre outros fatores, de maneira que todos os indivíduos sejam detentores do direito de gozo à habitação adequada, sendo aquela capaz de assegurar outros direitos humanos fundamentais e básicos previstos em legislação internacional, sendo interdependentes, indivisíveis e inter-relacionados, não somente um corpo edificado com seus devidos fechamentos e como um produto mercantil (Tradução dos Comentários Gerais dos Comitês de Tratados de Direitos Humanos da ONU, 2018). Assim sendo, o 4º comentário estabelecido no do-

cumento da ONU dá parâmetros e providências para assegurar esse direito, sendo:

Segurança da posse: a moradia não é adequada se os seus ocupantes não têm um grau de segurança de posse que garanta a proteção legal contra despejos forçados, perseguição e outras ameaças.

Disponibilidade de serviços: materiais, instalações e infraestrutura: a moradia não é adequada, se os seus ocupantes não têm água potável, saneamento básico, energia para cozinhar, aquecimento, iluminação, armazenamento de alimentos ou coleta de lixo.

Economicidade: a moradia não é adequada, se o seu custo ameaça ou compromete o exercício de outros direitos humanos dos ocupantes.

Habitabilidade: a moradia não é adequada se não garantir a segurança física e estrutural proporcionando um espaço adequado, bem como proteção contra o frio, umidade, calor, chuva, vento, outras ameaças à saúde.

Acessibilidade: a moradia não é adequada se as necessidades específicas dos grupos desfavorecidos e marginalizados não são levados em conta.

Localização: a moradia não é adequada se for isolada de oportunidades de emprego, serviços de saúde, escolas, creches e outras instalações sociais ou, se localizadas em áreas poluídas ou perigosas.

Adequação cultural: a moradia não é adequada se não respeitar e levar em conta a expressão da identidade cultural (SDH/PR, 2013 apud UNITED NATIONS, 1991, grifo nosso).

Para o Comitê, o direito à moradia é o direito de viver com segurança, paz e dignidade em algum lugar, com privacidade, espaço, segurança iluminação e ventilação, infraestrutura básica e localização adequadas, de modo que seu assentamento seja apropriado bem como seu entorno, tudo isso a um custo acessível. Ademais, é estabelecido que os Estados Partes devem priorizar o atendimento da moradia adequada aos grupos sociais inseridos em condições socioeconômicas desfavoráveis, por meio de políticas públicas e legislações competentes conforme adequação política de cada Estado Parte, entretanto, desde que todos sigam as recomendações de não violar direitos humanos imprescindíveis e atrelados ao direito à moradia adequada, considerando, portanto, a consulta pública de todas as partes afetadas pelo déficit habitacional, incluindo pessoas em situação de rua, para elaboração das medidas legais (Tradução dos Comentários Gerais dos Comitês de Tratados de Direitos Humanos da ONU, 2018).

Dentre os grupos entendidos como vulneráveis, segundo a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (2013), estão as mulheres, as crianças, os habitantes de favelas, populações em situação de rua, pessoas com deficiência, deslocados e imigrantes e povos indígenas. Em função do tema proposto neste trabalho final, destaca-se a questão das mulheres e crianças, as quais são enquadradas enquanto grupos vulneráveis, pois, segundo a SDH/PR (2013), as mulheres enfrentam discriminações diversas no acesso à habitação em função de suas características de gênero, idade, cor, classe econômica, orientação sexual, etnia, com papéis socialmente estabelecidos e legislações que invalidam sua posição enquanto chefes de família e capazes de gozar de seus direitos, coloca

das em posição de insegurança de posse na ausência de uma figura masculina. "Quando o acesso das mulheres à moradia, terra ou a propriedade depende de uma pessoa [...] do sexo masculino, elas se tornam vulneráveis à falta de moradia, pobreza e miséria, se esse relacionamento chega ao fim." (SDH/PR, 2013, p. 22).

As crianças, por sua vez, na ausência da moradia adequada e quando colocadas em situações traumáticas de insegurança de posse na infância, em lares instáveis e inapropriados a privacidade de cada membro, insalubres e em localização pouco privilegiada, seu desenvolvimento e gozo dos direitos humanos nessa fase são afetados, consequentemente o direito à educação, à saúde e à segurança habitacional também.

A localização da moradia também é fundamental para garantir o acesso das crianças a creches, escolas, serviços de saúde, entre outros. Se os assentamentos habitacionais ficam distantes de escolas, ou se o transporte é inexistente ou muito caro, é muito difícil que as crianças tenham acesso a educação ou saúde (SDH/PR, 2013, p. 24).

Por classificação de crianças, segundo dados do Sistema de Informação de Tendências Educacionais na América Latina (UNESCO,[20--]), observatório regional on-line do Instituto Internacional de Planejamento Educacional da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (IIPE UNESCO), considera-se fundamental a proteção integral à primeira infância, ocorrida entre os 0 e 8 anos em função de abranger a fase até o início da vida escolar, pauta normatizada e institucionalizada com a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) em 1989, pois além de exigir os mesmos direitos fundamentais que adultos, as crianças requerem vigilância sanitária e nutricional, alimentação adequada, auxílio no desenvolvimento cognitivo, afetivo, emocional, psicomotor e social com atividades lúdicas e recreativas, bem como responsáveis por assisti-las quando da ausência dos genitores. Portanto, pensar centros de desenvolvimento infantil e/ou creches domiciliares é fundamental para a conciliação de tarefas de cuidados e atividades de trabalho para famílias em situação de vulnerabilidade social que dependem do aparato estatal e políticas públicas, como as mães solo e seus filhos (UNESCO,[20--]), uma vez que a insegurança de posse e o incesso à moradia adequada interfere na formação da criança e na capacidade dos responsáveis de buscarem condições adequadas de trabalho em conjunto com a rotina de cuidados no lar.

Assim, garantir os direitos da primeira infância implica garantir os direitos das famílias, permitindo o acesso a moradia e infraestrutura adequadas; a provisão de estratégias para desenvolver capacidades e habilidades de cuidado e criação; a sustentação de fluxos de renda que permitam o bem-estar de seus membros; a serviços de educação e cuidados que permitam a conciliação das atividades laborais com o cuidado familiar, entre outros. Nesta linha, faz-se necessário articular a agenda da primeira infância com a do movimento de mulheres, re- vendo os papéis e estereótipos tradicionais de gênero que ainda sustentam algumas das estratégias estatais de cuidado e educação da

primeira infância, e a invisibilidade e precariedade do trabalho de cuidado. Abordar estes pontos, e aqueles que possam surgir ao debater e refletir sobre o assunto, resultará em serviços de cuidado e educação para a primeira infância equitativos, inclusivos e interculturais e que, em coordenação com outras estratégias, serviços e bens, permitam a garantia efetiva dos direitos para que as crianças, mas também suas famílias, possam se desenvolver em todo o seu potencial (UNESCO, [20--], p. 15).

O Brasil enquanto Estado Parte da ONU, por sua vez, possui marcos legais na garantia do direito à moradia adequada e no combate ao déficit habitacional instaurado no país há décadas, a começar pelo maior aparato legal que é a Constituição Federal de 1988, a qual prevê em seus artigos fundamentais o sentido de direito de propriedade e a casa enquanto artefato inviolável, aliado à obrigatoriedade do atendimento da propriedade à sua função social, com legislações complementares de instrumentos urbanísticos que devem contribuir na garantia dessa função, por meio do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) e da aplicação de Planos Diretores em municípios determinados.

Art. 6º. São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. [...] Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...] IX - Promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico; [...] (BRASIL, 1988).

Por conseguinte, o Plano Nacional pela Primeira Infância (Rede Nacional Primeira Infância, 2020), documento político e técnico, estabelece ações de proteções e direitos fundamentais para as crianças na primeira infância, com foco nos seis primeiros anos, já que no cenário brasileiro constitui-se a primeira infância legalmente dos 0 aos 6 anos, e dentre esses direitos está o direito às condições dignas de moradia alinhado a outros valores constitucionais que garantam o desenvolvimento potencial da criança, já que a pobreza e suas consequências de moradia precária, má nutrição, violência etc. geram estresse tóxico no infante e, consequentemente, afetam a formação cognitiva em função do trauma sofrido (Rede Nacional Primeira Infância, 2020).

Longe de ser uma contradição, uma ingenuidade ou uma alienação, falar de beleza num plano pela Primeira Infância é dizer que as crianças aprisionadas nesses contextos têm o mesmo direito à beleza, com a mesma sensibilidade e sutileza, que aquelas que têm moradia digna e alimentação saudável, convivência familiar e formação serena do vínculo afetivo, que frequentam uma creche ou uma pré-escola de qualidade, que estão cercadas de cuidados e têm atenção responsiva, que, nas suas aventuras de conhecer e relacionar-se, em vez de sucessivos "não" que travam a liberdade de iniciativa e de criação, recebem apoio e orientação; que, em vez do "sim" que corresponde à omissão e ao desinteresse, ouvem o "não" que significa limite que protege. (Rede Nacional Primeira Infância, 2020, p. 206).

Promover o acesso à moradia adequada é garantir o acesso de crianças à correta alimentação, ao brincar, ao desenvolver, e proporcionar a diminuição de taxas de mortalidade infantil e materna, bem como da pobreza, da discriminação de mulheres e meninas, da violência e tráfico infantil, fazendo-se necessária a ação Estatal e de entes da sociedade civil na promoção de assistência social a este público e recursos voltados à proteção integral de crianças e mães, especialmente após o aumento do número de famílias com crianças, jovens e idosos em situação insalubre habitacional ou em situação de rua em decorrência da desestabilização nacional e mundial provocada pela pandemia do Coronavírus, com crises de violação ao direito à vida, aos bens essenciais e culturais (Rede Nacional Primeira Infância, 2020).

"O acesso à moradia adequada pode ser uma pré-condição para a realização de vários outros direitos humanos, incluindo o direito a trabalho, saúde, segurança social, voto, privacidade ou educação." (SDH/PR, 2013, p. 69). Porém, o atual cenário habitacional brasileiro denuncia uma dificuldade maior, com um déficit habitacional significativo, ou seja, a proporção de pessoas sem moradia adequada para o número de imóveis vagos, em condições insalubres ou insuficientes para atender à população em busca de habitação, em que dos 90.688.021 domicílios brasileiros cadastrados no Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 20% do total correspondem a domicílios vazios e 7,4% de uso ocasional (Habitat Brasil, 2024). Ainda, a cidade de São Paulo, presente objeto de estudo, denuncia uma condição significativa entre os censos de 2010 e 2022, com aumento do número de imóveis permanentes não ocupados e de uso ocasional, correspondendo a 1.164.139 no caso de domicílios particulares permanentes não ocupados, ou seja, vagos, e 1.216.634 particulares permanentes não ocupados de uso ocasional, que somados 15,68% do total de domicílios recenseados (SEADE Censo, 2022).

Segundo a Habitat para a Humanidade Brasil (2024), organização da sociedade civil, fundada em 1992 no país, tendo sede em 1976 nos Estados Unidos, para o combate de desigualdades e garantia de moradia digna a pessoas em situação de pobreza por meio de incidência em políticas públicas e articulação com setores e comunidades, os principais obstáculos para o acesso à moradia adequada no país são decorrentes da urbanização desordenada, empecilho histórico advindo com as primeiras nuances de urbanização do tecido e intensificado com a industrialização atrativa ao crescimento desordenado, desencadeando fatores como:

- o baixo acesso ao crédito imobiliário, o qual está presente em diversas políticas nacionais de habitação, mas dificultado por processos burocráticos de acesso e com altas taxas de juros, inviabilizando o financiamento para pessoas físicas e jurídicas;

- a desigualdade econômica, em que numa mesma cidade existem relações triviais de setor imobiliário, especuladores e população em situação de vulnerabilidade habitacional, as quais não podem pagar pelos aluguéis exorbitantes e se vêm sem opção, senão habitar espaços distantes dos olhos do poder público, insalubres e desprovidos dos direitos básicos à humanidade, submetidas à insegurança de posse em função de ameaças de despejo por parte do mercado imobiliário;

- falta de infraestrutura e de políticas públicas eficazes, sendo que medi-das mitigatórias, ainda que não plenamente ideais ao atendimento da segurança de posse, podem contribuir com a ocupação dos grupos vulneráveis em moradias adequadas e dignas, por meio de políticas de subsídio de aluguel, moradias transitô-rias, ocupação de imóveis públicos, aluguel social com possibilidade de compra etc.

Ou seja, para a Habitat Brasil (2024), para garantir o direito à moradia dig-na no Brasil, é preciso que os programas habitacionais sejam mais acessíveis à população, independentemente da modalidade de moradia, com articulação tri-partite, ou seja, entre governo federal, estadual e municipal na criação e expan-são de oportunidades aptas a reduzir o déficit habitacional do país, sempre pre-zando pela disponibilidade de serviços e infraestrutura adequada à moradia digna.

1.3 Parâmetros normativos e acadêmicos brasileiros para a moradia adequada

Outro meio de garantia à moradia adequada no Brasil é assegurado pela im-posição de normativas de projeto, as quais são obrigatórias em diversos programas habitacionais de interesse social, de modo que as edificações habitacionais sejam de-senvolvidas com condições dignas de habitabilidade e acessibilidade. Nesse sentido, a ABNT NBR 15575:2013 - Edificações habitacionais - Desempenho, dividida em 6 par-tes, traz em seu primeiro documento as exigências de desempenho das construções destinadas à habitação, com critérios arquitetônicos, estruturais, contra incêndio, se-gurança de uso e operação, estanqueidade, desempenho térmico, acústico e lumini-co, durabilidade e manutenibilidade, saúde, higiene e qualidade do ar, funcionalida-de e acessibilidade, conforto tátil e antropodinâmico, adequação ambiental, dentre outros anexos informativos referentes ao desempenho das edificações habitacionais.

Em seu capítulo 4, intitulado "Requisitos do usuário", a norma (2013) traz definições técnicas dos quesitos da moradia adequada, os quais devem ser aten-didos em função de se tratar de exigências dignas ao usuário, vide Quadro 01

Ainda, referente ao capítulo 16, intitulado "Funcionalidade e acessibilidade", os subtópicos trazem fatores importantes a serem considerados nos projetos de unidades habitacionais, os quais devem ser seguidos de modo a permitir a flexibilidade da cons-trução para que se adeque às diferentes pessoas e necessidades espaciais dos usuários (Quadro 2).

Quadro 1 - Relação entre os parâmetros da moradia adequada e seus requisitos normativos.	
PARÂMETROS	REQUISITOS
Segurança	Segurança estrutural; segurança contra fogo; segurança no uso e na operação
Habitabilidade	Estanqueidade; desempenho térmico; desempenho acústico, de-sempenho luminoso; saúde, higiene e qualidade do ar; funcionalidade e acessibilidade; conforto tátil e antropodinâmico
Sustentabilidade	Durabilidade; manutenibilidade; impacto ambiental
Nível de desempenho	Em função das necessidades básicas de segurança, saúde, higiene e economia, são estabelecidos para os diferentes sistemas requisitos mínimos de desempenho (M) que devem ser considerados e atendi-dos. As referências informativas de valores relativos aos níveis inter-mediário (I) e superior (S) estão indicadas no Anexo E nesta parte da ABNT NBR 15575 e nas ABNT NBR 15575-2 e ABNT NBR 15575-3, no Anexo F da ABNT NBR 15575-4 e no Anexo I da ABNT NBR 15575-5.
Fonte: ABNT NBR 15.575:2013 - Edificações Habitacionais - Desempenho, 2013, p. 10-11. Adaptado pela autora, 2024.	

Quadro 2 - Relação entre os requisitos da funcionalidade e acessibilidade e seus critérios normati-vos.	
PARÂMETROS	REQUISITOS
Altura mínima do pé direito	Deve ser compatível com as necessidades humanas, não podendo ser inferior a 2,50m. Em vestibulos, halls, corredores, instalações sa-nitárias e despensas, é permitido o mínimo de 2,30m. Em tetos com superfícies salientes na altura piso a piso e/ou o pé direito mínimo, devem ser mantidos pelo menos 80% da superfície do teto, podendo ser o pé direito livre mínimo de 2,30m.
Disponibilidade mínima de espaços para uso e operação da habitação	Em projetos de unidades habitacionais, os espaços mínimos devem ser calculados com base em mobiliário e equipamentos padrão de cada espaço e a devida circulação mínima no entorno destes, confor-me o Anexo F da Norma.
Adequação para pessoas com deficiências físicas ou pessoas com mobilidade reduzida	O percentual mínimo de unidades habitacionais adaptadas deve se-guir a legislação vigente, e a adaptação deve atender aos requisitos da ABNT NBR 9050. Todas áreas comuns devem prever acesso ade-quado a pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida e idosos, considerando usualmente a substituição de escadas por rampas, declividade adequada, rotas acessíveis, portas e corredores de largura adequada, instalações sanitárias acessíveis e equipamen-tos assistivos
Possibilidade de ampliação da unidade habitacional	Unidades térreas e assobradadas, de caráter evolutivo, devem prever o projeto de ampliação por parte da incorporadora ou construtora, considerando um manual de ampliação e uso de recursos regionais, com materiais e técnicas construtivas iguais ao do imóvel original, mantendo os níveis de desempenho da construção e funcionalidade da Norma.
Fonte: ABNT NBR 15.575:2013 - Edificações Habitacionais - Desempenho, 2013, p. 10-11. Adaptado pela autora, 2024.	

Para tanto, de modo a garantir o previsto pelo requisito de acessibilidade exigido pela norma (2013), a ABNT NBR 9050:2020 - "Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos" propõe uma série de referenciais para tal, como os parâmetros antropométricos brasileiros pensado em pessoas em pé, em cadeira de rodas, a devida circulação para manobras e transferências, parâme-tros visuais e auditivos no espaço, informação e sinalização padronizada para leitura universal visível, sonora ou tátil, acessos e circulação alinhados à materialidade dos acabamentos do espaço construído, projeto de sanitários, banheiros e vestiários ade-quados, mobiliário urbano, mobiliário de interiores, equipamentos urbanos e adapta-bilidade necessária ao uso coletivo, dentre outros pormenores baseados em condi-ções de mobilidade e percepção ambiental, com auxílio de recursos assistivos ou não.

A norma (2020) parte do princípio do desenho universal, em que se objeti-va uma arquitetura e um design que contemplem o ser humano em sua comple-xidade e diversidade de ser, de modo que a maior parte dos usuários de todos os tipos de espaços externos e internos da cidade sejam contemplados sem discriminações, segundo os sete princípios de: uso equitativo; uso flexível, uso simples e intuitivo; informação de fácil percepção; tolerância ao erro; baixo esforço físico; dimensão e espaço para aproximação do uso (ABNT NBR 9050:2020 - Acessibili-dade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, 2020, p 138-139).

Segundo a norma (2020), os espaços técnicos não necessitam ser dimensio-nados conforme a acessibilidade, como casas de máquinas, entretanto todas residên-cias multifamiliares, condomínios e conjuntos habitacionais devem ser acessíveis em suas áreas de uso comum, bem como as entradas com distância máxima de 50m en-tre cada uma e portas mínimas de 0,80m de vão, todas vinculadas por rota acessível à circulação principal e às de emergência, sem obstáculos e com área de resgate para Pessoa com Cadeira de Rodas (PCR), e o percentual de unidades autônomas acessi-veis devem ser localizadas em rota acessível, conforme dispõe nos seguintes subitens:

6.1.1.1 As áreas de qualquer espaço ou edificação de uso público ou coletivo devem ser servidas de uma ou mais rotas acessíveis. As edificações residen-ciais multifamiliares, condomínios e conjuntos habitacionais necessitam ser acessíveis em suas áreas de uso comum. As unidades autônomas acessíveis devem estar conectadas às rotas acessíveis. Áreas de uso restrito, conforme definido em 3.1.38, como casas de máquinas, barriletes, passagem de uso técnico e outros com funções similares, não necessitam atender às condi-ções de acessibilidade desta Norma.

6.1.1.2 A rota acessível é um trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecta os ambientes externos e internos de espaços e edificações, e que pode ser utilizada de forma autônoma e segura por todas as pessoas. A rota acessível externa incorpora estacionamentos, calçadas, faixas de travessias de pedestres (elevadas ou não), rampas, escadas, passarelas e outros ele-mentos da circulação. A rota acessível interna incorpora corredores, pisos, rampas, escadas, elevadores e outros elementos da circulação. (ABNT NBR 9.050:2020 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamen-tos urbanos, 2020, p. 52).

De maneira a facilitar o dimensionamento dos espaços acessíveis, a norma (2020) sugere módulos de referência em planta de diversas condições de mobilidade entre pessoas em cadeira de rodas e pessoas em pé, conforme relacionado no Quadro 3.

Quadro 3 - Relação entre as condições de mobilidade e módulos espaciais requeridos.	
CONDIÇÃO	MÓDULO
Uma pessoa em cadeira de rodas	Largura mínima de 0,90m
Uma pessoa em cadeira de rodas e uma pessoa em pé	Largura mínima de 1,20m a 1,50m
Duas pessoas em cadeira de rodas	Largura mínima de 1,50m a 1,80m
Transposição de obstáculos isolados por uma pessoa em cadeira de rodas	Largura mínima de 0,90m
Manobra de cadeira de rodas sem deslocamento, para rotação de 90º	Módulo mínimo de 1,20m x 1,20m
Manobra de cadeira de rodas sem deslocamento, para rotação de 180º	Módulo mínimo de 1,50m x 1,20m
Manobra de cadeira de rodas sem deslocamento, para rotação de 360º	Círculo com diâmetro mínimo de 1,50m
Corredores de uso comum com extensão de até 4,00m	Largura mínima de 0,90m
Corredores de uso comum com extensão de até 10,00m	Largura mínima de 1,20m
Corredores de uso comum com extensão superior a 10,00m	Largura mínima de 1,50m
Corredores com grande fluxo de pessoas	Largura maior do que 1,50m
Fonte: ABNT NBR 9.050:2020 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, 2020, p. 9-13. Adaptado pela autora, 2024.	

Dentre outras providências da norma (2020), as quais os empreendimen-tos devem se atentar no quesito de desenho arquitetônico para a acessibilidade, a sinalização de pavimento quando posicionadas escadas fixas e rampas é ne-cessária para alertar pessoas com deficiência visual e baixa visão para as tran-sições de níveis, início e fim da inclinação ou dos andares, por meio de sinaliza-ção tátil e visual com piso de alerta e sinalização em pisadas e espelhos, com material de cor fotoluminescente ou retroiluminada, e sinalização do pavimento em braille, com relevo ou não, sobre corrimão ou parede. E, somente será con-siderada acessível a circulação vertical quando contemplar no mínimo duas for-mas de deslocamento, com observância para a inclinação máxima de rampas de 8,33% e projeto de patamar de descanso com dimensão longitudinal mínima de 1,20m a cada 50m de percurso para rampas com inclinação acima de 6,25%.

Referente aos sanitários, considera-se a localização acessível quando posi-cionados em rotas não isoladas, com entrada independente, e no caso do presente objeto temático deste trabalho, para edificação de uso coletivo a ser construída,

deve-se destinar 5% do total de cada peça sanitária, com no mínimo um em cada pavimento, onde houver sanitário, e quando houver unidades autônomas de comércio ou serviços, prever, no mínimo, um sanitário por pavimento nas áreas de uso comum do andar (ABNT NBR 9.050:2020 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, 2020, p. 83). Ainda, convém considerar uma bacia infantil para uso de pessoas com baixa estatura e crianças, sendo as medidas mínimas de banheiros acessíveis um módulo de 1,50m de largura por 1,30m de profundidade, considerando o giro pleno de uma PCR, com seus devidos acessórios hidrosanitários previstos em norma, bem como os boxes com chuveiro e ducha devem prever o giro pleno da PCR, com banco articulado ou removível de 0,45m x 0,70m minimamente, e altura de 0,46m do piso acabado e possuir acessórios adequados.

No caso de sanitários e banheiros familiares, em que há a instalação de trocador para criança e bacia de uso adulto, a entrada deve ser independente, com boxe dotado de sanitário acessível e boxe com superfície para troca de roupas na posição deitada, em um módulo mínimo de 0,70m de largura por 1,80m de comprimento e 0,46m de altura, com barras de apoio. Sanitários coletivos devem atender ao requisito de boxe comum com 0,80m de vão livre e área livre de no mínimo 0,60m de diâmetro, e recomenda-se um com barra de apoio para o uso de pessoas com mobilidade reduzida, um acessível para uso preferencial de PCR, e um acessível com entrada independente (ABNT NBR 9.050:2020 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, 2020).

Ademais, de modo a garantir o conforto térmico nas edificações, a ABNT NBR 15.220 - 3: 2005 - Desempenho térmico de edificações - Parte 3: Zoneamento bioclimático brasileiro e diretrizes construtivas para habitações unifamiliares de interesse social, dá providências normativas de estratégias bioclimáticas conforme a classificação de cidades em zonas bioclimáticas, estando a cidade de São Paulo inserida na Zona Bioclimática 3 e, conseqüentemente o distrito da Penha, portanto a estratégia a ser adotada é do tipo "BCFI", conforme indica o Quadro 4.

Quadro 4 - Parâmetros para a Zona Bioclimática 3.

PARÂMETROS DA ABERTURA		TIPOS DE VEDAÇÕES EXTERNAS		ESTRATÉGIAS DE CONDIÇÃOAMENTO TÉRMICO PASSIVO	
Ventilação	Sombreamento	Parede	Cobertura	Verão	Inverno
Média *Considerar 15% < Área do piso de ambientes de longa permanência < 25%	Permitir sol durante o inverno	Leve refletora	Leve isolada	Ventilação cruzada	Aquecimento solar da edificação, vedações internas pesadas
ESTRATÉGIA		DETALHAMENTO			
B	A forma, a orientação e a implantação da edificação, além da correta orientação de superfícies envidraçadas, podem contribuir para otimizar o seu aquecimento no período frio, através da incidência de radiação solar. A cor externa dos componentes também desempenha papel importante no aquecimento dos ambientes através do aproveitamento da radiação solar.				
C	A adoção de paredes internas pesadas pode contribuir para manter o interior da edificação aquecido				
F	As sensações térmicas são melhoradas através da desumidificação dos ambientes. Esta estratégia pode ser obtida através da renovação do ar interno por ar externo através da ventilação dos ambientes				
H e I	Temperaturas internas mais agradáveis também podem ser obtidas através do uso de paredes (externas e internas) e coberturas com maior massa térmica, de forma que o calor armazenado em seu interior durante o dia seja devolvido ao exterior durante a noite, quando as temperaturas externas diminuem				
I e J	A ventilação cruzada é obtida através da circulação de ar pelos ambientes da edificação. Isto significa que se o ambiente tem janelas em apenas uma fachada, a porta deve ser mantida aberta para permitir a ventilação cruzada. Também deve-se atentar para os ventos predominantes da região e para o entorno, pois o entorno pode alterar significativamente a direção dos ventos				
Fonte: ABNT NBR 15.220-3:2005, p. 5; 16. Adaptado pela autora, 2024.					

Referente aos espaços da habitação, suas determinadas funções e dimensões adequadas conforme o mobiliário mínimo necessário, Boueri (2008) propõe parâmetros alinhados ao estudo de antropometria do corpo brasileiro, em sua pluralidade etária, de gênero e formato, para projetos de arquitetura, design, engenharia e outros, de modo que o dimensionamento da habitação siga princípios ergonômicos e seja conforme as atividades exercidas na residência tipicamente brasileira.

Deste modo, segundo Boueri (2008), a área mínima de um ambiente pode ser calculada conforme seus "espaços de atividades", ou seja, "[...] a superfície necessária e suficiente para que uma pessoa possa desenvolver qualquer atividade sem interferência ou restrição provocada por mobiliário, equipamentos e/ou componentes do edifício." (Boueri, 2008, p. 7), com base no layout requerido pelo programa do espaço, a frequência de uso, o agrupamento funcional, a sequência de uso e a intensidade

de fluxo. Assim, o Quadro 5 propõe um cruzamento de informações conceituadas por Boueri (2007) no quesito de atividades e funções do espaço arquitetônico, juntamente com a definição do mobiliário mínimo por espaço a partir da NBR 15.575-1:2013 Edificações habitacionais - Desempenho Parte 1: Requisitos Gerais, em seu Anexo F.

Quadro 5 - Relação espaços, funções e atividades exercidas nestes.

Boueri (2007)		NBR 15.575-1 (2013)	
Espaço possível	Atividades	Função	Móveis e equipamentos-padrão
Dormitório casal	Dormir (descanso de casal); convalescer; permanência em reservado	Repouso pessoal	Cama de casal + guarda-roupa + mínima de 1 mesa de cabeceira
Dormitório individual/duplo	Dormir (descanso individual/duplo, descanso de crianças); convalescer; permanência em reservado	Repouso pessoal	1 ou 2 camas de solteiro + guarda-roupa + mesa de cabeceira ou mesa de estudo
Cozinha/Copa	Preparação de alimentos; arrumação de louças e utensílios; tratamento de resíduos	Preparo de refeições	Fogão + geladeira + pia de cozinha + armário sobre a pia + gabinete + apoio para refeição
Sala de jantar/Copa	Refeições correntes; refeições formais; estar à mesa	Refeições	Mesa + 4 cadeiras
Sala de estar e TV	Estar passivo; receber visitas, recreio de crianças; diversão de jovens e adultos; lazer em família; eventos sociais em grupo; estar em ambiente externo privado; receber em ambiente externo privado; lazer em ambiente externo privado	Estar/Lazer	Sofá de 2 ou 3 lugares + armário/estante + poltrona
Escritório/Biblioteca	Estudo de jovens; estudo de adultos; trabalho de adultos	Estudo/Trabalho	Escritivaninha ou mesa + cadeira
Banheiro/Lavabo	Lavagens corporais; funções vitais; cuidados pessoais	Higiene pessoal	Lavatório + chuveiro com box (opcional em lavabo) + vaso sanitário

Fonte: Boueri, 2007. NBR 15.575-1:2013, 2013. Organizado pela autora, 2024.

Quanto às áreas mínimas dos espaços da habitação, Boueri (2004) propõe índices ergonômicos para avaliação da qualidade dimensional destes com base em classificações de Bom, Satisfatório, Regular e Precário, as quais envolvem critérios de análise, e que interessa ao presente trabalho o que diz respeito à área útil do ambiente, cuja conceituação trabalha com a capacidade dimensional de cada ambiente da habitação em propiciar a execução dos afazeres domésticos de maneira

adequada, eficiente e segura. Sendo assim, a Tabela 1 exemplifica o cruzamento de informações entre os critérios propostos por Boueri (2004) e as dimensões de circulação e mobiliário mínimos para empreendimentos habitacionais da NBR 15.575:2013.

Tabela 1 - Área útil do ambiente e circulação mínima.

ESPAÇO	Área Útil (m²) Boueri (2004)				NBR 15.575-1 (2013)
	Bom	Satisfatório	Regular	Precário	Circulação (m)
Sala de estar	18 a 15	15 a 12	15 a 12	12 a 10	Largura mínima da sala de 2,40m, circulação mínima de 0,50m na frente do assento (número a definir pela quantidade de leitos)
Sala de jantar/copa Copa/cozinha	-	-	-	-	Largura mínima da sala de 2,40m, circulação mínima de 0,75m a partir da borda da mesa, mínimo de 1 mesa para 4 pessoas
Dormitório casal	15 a 12	15 a 12	12 a 10	10 a 9,0	Circulação mínima entre mobiliário e/ou paredes de 0,50m
Dormitório duplo	15 a 12	12 a 10	10 a 8,0	8,0 a 6,0	Circulação mínima entre as camas de 0,60m, demais de 0,50m
Dormitório simples	12 a 10	10 a 9,0	9,0 a 8,0	8,0 a 6,0	Circulação mínima entre o mobiliário e/ou paredes de 0,60m, demais de 0,50m
Cozinha	12 a 10	10 a 8,0	8,0 a 6,0	6,0 a 4,0	Largura mínima de 1,50m, circulação mínima de 0,85m frontal à pia, fogão e geladeira
Área de serviço	12 a 10	10 a 8,0	8,0 a 6,0	6,0 a 4,0	Circulação mínima de 0,50m, frontal ao tanque e máquina de lavar
Banheiro	6,0 a 5,5	5,5 a 5,0	5,0 a 4,5	4,5 a 4,0	Largura mínima de 1,10m (exceto no box), circulação mínima de 0,40m frontal ao lavatório vaso e bidê

Fonte: Boueri, 2008. NBR 15.575-1:2013, 2013. Organizado pela autora, 2024.

Referente ao dimensionamento do mobiliário mínimo, propõe-se na Tabela 2 também o cruzamento entre o proposto pela NBR 15.575:2013-1 em seu Anexo F, bem como os mobiliários de maior área proposta por Boueri (2007) em sua pesquisa a respeito dos módulos disponíveis em 3 varejos diferentes na cidade de São Paulo na referida época.

Em função da proposta projetual do presente trabalho tratar de mães solo e filhos na fase da primeira e segunda infância, a Tabela 3 relaciona outros mobiliários mínimos e as medidas convencionais disponíveis em sites de venda de artigos para residências, de modo a subsidiar o desenvolvimento do layout da habitação transitória conforme os equipamentos comumente utilizados por gestantes, lactantes, bebês e crianças nas fases anteriormente referidas, tendo como base a análise fotográfica dos estudos de casos dos Centros de Acolhida Especial voltados a este público, uma vez que a modulação da unidade habitacional mínima requer dados específicos de mobiliários.

Tabela 2 - Módulos de mobiliários mínimos para a habitação.				
Mobiliário	Boueri (2007)		NBR 15.575-1 (2013)	
	L	P	L	P
Sofá de três lugares com braço	2,14	1,10	1,70	0,70
Sofá de dois lugares com braço	1,60	1,10	1,20	0,70
Poltrona com braço	1,09	0,83	0,80	0,70
Sofá de três lugares sem braço	2,25	0,80	1,50	0,70
Sofá de dois lugares sem braço	1,50	0,80	1,00	0,70
Poltrona sem braço	0,95	0,88	0,50	0,70
Estante/armário para TV	1,86	0,37	0,80	0,50
Mesinha de centro ou cadeira	1,10	0,60	-	-
Mesa redonda para quatro lugares	D = 1,10		D = 0,95	
Mesa redonda para seis lugares	D = 1,20		D = 1,20	
Mesa quadrada para quatro lugares	1,10	0,83	1,00	1,00
Mesa quadrada para seis lugares	1,50	1,50	1,20	1,20
Mesa retangular para quatro lugares	1,40	0,82	1,20	0,80
Mesa retangular para seis lugares	1,60	0,90	1,50	0,80
Pia	1,20	0,55	1,20	0,50
Fogão	0,50	0,55	0,55	0,60
Geladeira	0,60	0,70	0,70	0,70
Armário sobre a pia	1,45	0,33	-	-
Gabinete	1,20	0,60	-	-
Apoio para refeição (duas pessoas)	1,40	0,30	-	-
Cama de casal	2,20	2,45	1,40	1,90
Mesa de cabeceira	0,60	0,40	0,50	0,50
Guarda-roupa	2,80	0,62	1,60	0,50
Camas de solteiro	1,00	2,00	0,80	1,90
Mesa de estudo	1,40	0,55	0,80	0,60
Armário	-	-	1,20	0,50

Fonte: Boueri, 2008. NBR 15.575-1:2013, 2013. Organizado pela autora, 2024.

Tabela 3 - Módulos de mobiliários mínimos para a habitação pensada para mães, bebês e crianças.				
Mobiliário	Site 1		Site 2	
	L	P	L	P
Mini berço Moisés móvel multifuncional	0,89	0,50	0,85	0,92
Trocador de bebê parede retrátil	0,80	0,53	0,11	0,80
Poltrona balanço para amamentação	0,63	0,69	0,95	0,63
Cama beliche 2 andares com proteção	1,00	2,14	1,66	0,94
Banheira para bebê com suporte dobrável	0,77	0,69	0,90	0,45

Fonte: Rede Varejista 1, 2024. Rede Varejista 2, 2024. Organizado pela autora, 2024.

Por fim, no que diz respeito à localização da moradia adequada, a correta escolha do contexto a ser implantada é o que garante aos futuros habitantes, tanto de grandes cidades como de áreas rurais, o direito de acesso à cidade sem custos excessivos de tempo de locomoção e insegurança orçamentária com valores dispendiosos de transporte (Secretaria de Direitos Humanos/Presidência da República, 2013, p. 36).

Para tanto, autores com Prinz (1986) e Pitts (2004) propõem estudos sugestivos de raios de abrangência e influência na relação entre o equipamento analisado, no caso do presente trabalho a moradia transitória, e a disponibilidade de equipamentos públicos, serviços e comércios no entorno desse, de modo que os usuários daquele espaço possam exercer atividades básicas do direito à vida e à cidade de maneira simples e convidativa nos espaços urbanos. Assim, Prinz (1986) propõe raios de análise a partir da disposição dos equipamentos em distâncias e caminhos peatonais, ou seja, ruas de convívio público e social, com rasgos edificadas ou não, de velocidade reduzida e qualificadas ao passeio do pedestre. Pitts (1986), por outro lado, propõe raios indicadores de viabilidade urbana, ou seja, a distância adequada entre a habitação e o equipamento a ser acessado no entorno, conforme exemplificado pela Tabela 4.

Tabela 4 - Raios de acesso a equipamentos públicos, comércio e serviços no entorno da habitação.

Tipo	Equipamentos	Distância peatonal Prinz (1986)	Raio de influência Pitts (2004)
Urbana	Comércio	600 m	400 m – 499 m
	Supermercado	1,00 km	-
	Correio	-	600 m – 749 m
	Metrô e Trem	1,00 km	1,00 km – 1,24 km
	Ponto de Ônibus	600 m	500 m – 624 m
	Hospital	-	6,00 km – 7,49 km
	Posto de Saúde	600 m	1,75 km – 2,17 km
	Educação Infantil	600 m	800 m – 999 m
	Ensino Médio e Superior	1,00 km	2,25 km – 2,80 km
	Centros Culturais	1,00 km – 1,50 km	5,50 km – 6,86 km
Cultural	Centros Esportivos	750 m	800 m – 999 m

Fonte: Prinz, 1986. Pitts, 2004. Organizado pela autora, 2024.

1.4 O método da arquitetura dialógica aplicada a projetos em centros históricos e centros urbanos consolidados

Os centros históricos são estruturas urbanas e arquitetônicas, os quais possuem componentes e vestígios testemunhos da formação da cidade e a evolução das relações sociais, econômicas, políticas, culturais e tecnológicas de determinada civilização, portanto tratam-se de uma área consolidada, consequentemente atrativa à indústria da construção civil, e que de modo a evitar descaracterização do complexo histórico e cultural, devem-se impor normas de preservação das características arquitetônicas, urbanísticas e de ambiência, em que os novos edifícios respeitem a configuração estética e funcional desses centros, afinal sua preservação não deve significar o congelamento das atividades socioculturais e econômicas, pois sua dimensão urbana é produto da relação entre homem e espaço, espaço esse provido pela arquitetura que cria lugares para viver, desde o passado até os tempos hodiernos, e permite o registro do fazer humano (Salcedo *et al.*, 2015).

Neste sentido, a dialogia na arquitetura, conceito cunhado por Muntañola (2007 citado por Salcedo *et al.*, 2015), a qual se baseia na abordagem filosófica de Mikhail Bakhtin (1997 citado por Salcedo *et al.*, 2015) e na hermenêutica de Paul Ricoeur (2003 citado por Salcedo *et al.*, 2015), surge de modo a viabilizar a compreensão da relação estética entre forma e conteúdo, e nas interações entre a arte, ciência e ética. É o pensamento arquitetônico unido à capacidade de contestar e se dirigir a algo ou a alguém, na comunicação social (Salcedo *et al.*, 2015).

A base da dialogia, portanto, é pautada na relação entre corpo e arquitetura em uma dinâmica cronotópica, sendo a relação entre tempo e lugar, e fenomenológica, sendo a percepção do fenômeno e suas causas, em que a capacidade da arquitetura dialógica se dá pela articulação entre o projeto, a construção e o uso social, ou seja, a relação do diálogo entre projeto, leitura e contexto, em que o produto final é a plena dialogia dessa obra, a qual se inicia no estudo do projeto e culmina no seu uso, inserido em um contexto sociopolítico determinado (Salcedo et al., 2015).

"A arquitetura é para o espaço o que o relato é para o tempo, isto é, uma operação configuradora, um paralelismo, por um lado entre o ato de construir, ou seja, de edificar no espaço e, por outro lado, o ato de narrar, dispor a trama no tempo." (Salcedo *et al.*, 2015, p. 4), dissertam os autores sobre o entendimento de Ricoeur (2003 citado por Salcedo *et al.*, 2015) entre narratividade e arquitetura, em que por meio do cruzamento entre espaço e tempo sobre o ato de construir, é possível definir a temporalidade do ato arquitetônico, e divide essa analogia autoral em três dimensões sucessivas: prefiguração, configuração e refiguração, todas em regime de tempo e relato.

A primeira fase de Ricoeur (2003 citado por Salcedo *et al.*, 2015) considera a vida cotidiana no relato e a ideia na arquitetura, em que sua função é de projetar histórias e compreendê-las em uma cadeia de projetos, projetando o futuro como projeto cultural, que une tradição e inovação. É o universo poético da arquitetura, em que o mundo é lido pelo arquiteto como um lugar e o interpreta como um conceito, com

padrão de ordem e valor, harmonia e estética, com base em relações fundamentadas nas narrativas históricas e nos valores pessoais do arquiteto (Salcedo *et al.*, 2015).

Dentro disto, o conceito de hibridação tem importância ao estabelecer a interpretação de um edifício antigo através de um olhar que proporcione novos usos para a construção, sob um regime harmônico entre o novo e o velho. Muntañola (2007 citado por Salcedo *et al.*, 2015), neste sentido, disserta sobre a hibridação como uma nova poética que se aproveita e se apoia na poética do pré-existente, em que o novo usuário possa dialogar com o antigo, pois a linguagem antiga não é substituída pela nova, e sim "iluminada pelo novo" (Salcedo *et al.*, 2015).

A segunda fase diz respeito ao ato de narrar no âmbito da literatura, em que se efetiva pela escrita e narração. No âmbito da arquitetura, é o ato de construir, de adaptar o meio natural às necessidades sociais e resultado das expressões culturais, e que a etapa final é a intertextualidade, a qual se efetiva na ambiência dos edifícios já existentes que contextualizam o novo edifício. É a união tradição e inovação, em que o novo valoriza o antigo e responde às necessidades das novas maneiras de viver o espaço, inseridas em contextos históricos de vidas passadas (Salcedo *et al.*, 2015).

Para Muntañola (2003 citado por Salcedo *et al.*, 2015), a configuração é a técnica determinada pelo projeto e aplicada aos elementos que compõem a paisagem a fim de ordená-los em um sentido de projeto a fim de possibilitar a vida do homem social e histórico, ou seja, a configuração é a dimensão lógica da arquitetura.

A última fase é estabelecida por Ricoeur (2003 citado por Salcedo *et al.*, 2015) como leitura do relato na obra construída, em que a releitura é possível devido às diferentes maneiras de habitar do ser humano que se desenvolvem no espaço, nas dimensões simbólicas e do uso, possibilitada pelo meio do tempo e espaço. A refiguração é integrante do universo fenomenológico da arquitetura, sendo a relação de uso promovida pelo homem social e histórico, vivida no momento presente; é a arquitetura enquanto lugar e que ressignifica o contexto. A refiguração é a responsável por permitir que a arquitetura seja avaliada e validada enquanto objeto social e histórico, das novas narrativas históricas criadas pela reconfiguração, que obedece a um sentido ético de verossimilhança entre realidade objetiva e realidade social histórica (Salcedo *et al.*, 2015).

Baseado nesta fundamentação teórica e filosófica, o método dialógico para arquitetura em centros históricos ou centros urbanos consolidados, proposto por Salcedo *et al.* (2015), surge em duas instâncias de análise: o contexto do centro histórico e o texto ou arquitetura.

Apriimeirainstânciadizrespeitoàabordagemdocontextodocentrohistóricoem relação "a sua formação urbana, morfologia urbana e edílicia, aos aspectos históricos culturais, políticos e sociais", junto ao contexto do arquiteto em sua jornada profissional. Já a segunda instância define a análise dialógica da arquitetura a partir da compreensão do texto arquitetônico, ou seja, desde o projeto, a sua construção até o uso social, baseado nas fases hermenêuticas de Ricoeur (2003 citado por Salcedo *et al.*, 2015).

Portanto, para os autores (2015) e seu método, a prefiguração consiste na análise dos elementos pela compreensão e interpretação do contexto e identidade do local como motivadores de projeto; a intencionalidade projetual ou intertextualidade como a relação dialógica entre contemporaneidade e historicidade; a hibridação como a preservação e novos usos ao edifício antigo; e a contemporaneidade como o contraste entre arquitetura tradicionalista e a configuração de novos usos.

A configuração, por sua vez, tem a análise dos elementos pelo estilo como a ordem dos elementos e tipologia; a intertextualidade como a relação da arquitetura com o contexto e entorno; a historicidade e inovação como a análise da relação entre edifício e espaço construído; a morfologia como a relação entre edifício e a morfologia urbana e edílicia do contexto; a contemporaneidade; e a materialidade como as tecnologias empregadas no projeto (Salcedo et. al, 2015).

A refiguração, por último, compreende a análise dos elementos em âmbito fenomenológico sociofísico pela qualidade da arquitetura, sendo a relação entre espaço construído e usuário; a viabilidade social como o juízo de valores pelo uso social; a viabilidade econômica para apropriação do espaço construído; a viabilidade urbana no sentido da proximidade do edifício a equipamentos coletivos e mobilidade urbana condizentes com o contexto; a viabilidade ambiental como os espaços verdes livres disponíveis no entorno e o mobiliário urbano disponível (Salcedo et al., 2015).

Assim, o método dialógico se configura como um processo reflexivo sobre o conceito de lugar enquanto resultado das dinâmicas sociais em um determinado contexto, e da interpretação desse contexto e da arquitetura em si; é a leitura da arquitetura como um texto, interpretada em dimensões de espaço-tempo. Portanto, o método dialógico da arquitetura pode ser aplicado na leitura de centros históricos ou centros urbanos consolidados a fim de embasar projetos que se apropriem das potencialidades locais e respeitem a historicidade de maneira contemporânea, ou na análise de um objeto arquitetônico em um determinado contexto a fim de avaliar sua dialogia, ou seja, o método dialógico permite refletir e interpretar as dinâmicas de passado e presente, a fim de promover um futuro construtivo e social melhor por cidades mais seguras, harmônicas e coerentes (Salcedo et al., 2015).

1.5 A maternidade solo e a família monoparental chefiada por mulher

Uma breve conceituação sobre a maternidade solo se faz necessária para o apontamento da discussão no cenário brasileiro, pois o assunto não diz respeito, nem reduz a condição da parentalidade ao estado civil daquela que materna, portanto, a mãe solo é aquela que **"[...] assume de forma exclusiva todas as responsabilidades pela criação do filho, tanto financeiras quanto afetivas, em uma família monoparental."** (Academia Brasileira de Letras, 2022).

Ainda, segundo Galvão (2020), a maternidade solo pode ser voluntária e pla-

nejada, como em casos de adoção unilateral ou por reprodução alternativa, ou não, como em casos de abandono ou omissão paterna em relações heteroafetivas. Portanto, não se deve cunhar o termo "mãe solteira", bastante utilizado no século passado para reprimir mulheres sozinhas com seus filhos, reflexos de uma sociedade patriarcal machista em que os direitos femininos eram atrelados às vontades do cônjuge masculino, como no Código Civil de 1916 com uma série de exigências sobre o papel submisso feminino e suas liberdades civis cerceadas à permissão do marido, em que a existência de uma família implicava na existência de um matrimônio, fruto também da influência da Igreja Católica na sociedade brasileira, esclarece a autora (2020), com os dogmas matrimoniais e de submissão da mulher a uma figura masculina, fosse o pai, o irmão ou o marido, e à sua função doméstica socialmente atribuída.

Galvão (2020) resgata alguns documentos importantes para a emancipação feminina que **"[...] proporcionam paulatinamente a ampliação dos direitos civis, sexuais e reprodutivos da mulher."** (Galvão, 2020, p. 5), com destaques mais recentes para a Constituição Federal de 1988, em seu Capítulo VII intitulado "DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DO JOVEM E DO IDOSO", que inova e reconhece a família monoparental ao que institui **"Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes."** (Constituição Federal de 1988, Art. 226, § 4º), desvinculando o arranjo familiar como objeto relacionado à relação conjugal. O Estatuto da Criança e do Adolescente em seu Art. 21 com a instituição de que **"O poder familiar será exercido, em igualdade de condições, pelo pai e pela mãe, na forma do que dispuser a legislação civil [...]"** (Lei nº 8.069, 1990, Art. 21), e o Código Civil de 2002 (Lei nº 10.046, 2002), ao igualar o poder familiar entre pai e mãe, de modo a garantir direitos iguais para si, sobre os filhos e para os filhos, em qualquer constituição familiar, seja monoparental, anaparental, pluriparental ou recomposta.

Apesar das conquistas no âmbito legislativo, a pesquisadora (2020) aponta para a divergência na situação real, em que as mulheres ainda sobrevivem em função de um imaginário popular conservador que lhe atribui ao papel de "cuidadora" ou "doméstica", restando para si uma sobrecarga de trabalho doméstico não reconhecido, e a função de criação de seus filhos dotada de estigmas sociais sobre o que é ser uma "boa mãe", limitando seu exercício enquanto ser independente na sociedade, uma pressão que não se faz sobre os pais, menos ainda sobre os homens que, por escolha própria, abandonam seu papel paterno. Ou seja, Borges (2020) sugere que nesta relação do abandono ou omissão paterna, há uma naturalização social desta ruptura masculina, do pai ausente e da sobrecarga feminina.

Ainda, Galvão (2020) ressalta que a maternidade solo, no Brasil, é mais expressiva nas situações do abandono ou omissão paterna do que a efetiva liberdade feminina em escolher maternar de maneira solitária, visto que somente no ano de 2023, dentre os 2.608.417 nascidos, 6,53% não possuem pai no registro civil (Portal da Transparência do Registro Civil, 2024), e as técnicas de reprodução alternativas não correspondem à realidade socioeconômica da maior parte dessas mães, e tampouco a adoção unilateral é facilitada, e ter uma rede de apoio é também uma realidade distante.

Segundo a pesquisadora Janaina Feijó (2023) pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV) em uma interpretação de microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNADC/IBGE), o número de domicílios com mães solo cresceu em 17,8% entre os anos de 2012 e 2022, de 9,6 milhões para 11,3 milhões, sendo que o maior número correspondente ao aumento de mães solo diz respeito a mulheres negras, com um aumento de 5,4 milhões para 6,9 milhões em 10 anos, enquanto o número de mães solo brancas e amarelas cresceu em menor escala, de 4,1 milhões para 4,3 milhões em 10 anos.

Ainda, o nível educacional das mães solo negras no ano de 2022 representa sua maioria com 58,7% com fundamental completo ou menos, e 8,9% de superior ou mais, e mães solo brancas e amarelas representam sua maioria com 46,3% de fundamental completo ou mais, e 21,4% com superior ou mais, enquanto a porcentagem de ensino médio completo é bastante parecido entre as duas categorias, o que evidencia uma situação de exclusão maior de acesso ao ensino superior para mães solo negras, e uma dificuldade global para mães solo de inserção no mercado de trabalho devido à não qualificação com a interrupção dos estudos devido à maternidade, uma vez que a união de dados representa que apenas 13,8% das mães solo tem ensino superior ou mais, principalmente porque quanto mais nova for no nascimento do primeiro filho, numa escala de 15 a 35 anos ou mais, menores são as chances de entrada no ensino superior ou conclusão devido aos sacrifícios exigidos pela monoparentalidade sem rede de apoio (Feijó, 2023).

Além disso, em relação a idade dos filhos, quanto mais novos, menor a porcentagem de mães solo empregadas, pois com filhos de até 5 anos, 57,6% das mães solo estão fora da força de trabalho, isto devido à necessidade de dedicação integral à primeira infância da criança não compartilhada com outros, e quando analisados os dados por raça das mães, 34,6% das mães solo negras estão fora da força de trabalho, e 27,5% das mães solo brancas e amarelas estão fora da força de trabalho, evidenciando novamente uma disparidade de acessos devido à segregação racial no espaço brasileiro, mesmo dentro de um recorte populacional já marginalizado. E para aquelas mães solo que empregadas no ano de 2022, além de possuírem um Rendimento Habitual Médio menor do que homens e mulheres casados com filhos, as mães solo negras possuem um RHM de R\$1685,00, as mães brancas e amarelas possuem um RHM de R\$2772,00, sendo maior os valores para todas as mães solo que tiveram seu primeiro filho mais tardiamente do que as mães solo adolescentes (Feijó, 2023).

Dentro do aspecto social e psicológico da subsistência, Borges (2020) atenta para a questão da romantização do empreendedorismo materno como alternativa à recusa de contratação de mães solo no mercado de trabalho, pois ter o próprio negócio enquanto pessoa jurídica tende a ser uma medida em função da necessidade de re-inserção neste mercado predatório, e não por se tratar de uma vontade pessoal, além de estarem frente a uma realidade social em que ainda há de se escolher entre "maternidade e realização profissional".

Ademais, Feijó (2023) aponta que 72,4% das mães solo registradas no ano de 2022 vivem em domicílio monoparental, ou seja, sem demais pessoas além de seus filhos, o que representa uma situação desafiadora devido à ausência de uma rede de apoio consolidada, para além da ausência de um cônjuge, que poderia colaborar com renda e/ou cuidados domésticos e parentais de modo a permitir uma rotina mais flexível para a mãe se dedicar à vida pessoal e profissional. Entretanto, Teresa Caldeira, pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP), explica para o Jornal da USP na matéria recigida por Pecinato (2023), que a maternidade solo não decorre exclusivamente primeiro do abandono paterno, pois é também possível a escolha materna pela monoparentalidade como meio de se proteger contra um relacionamento abusivo e violento, que com a separação há a ausência completa do outro genitor, não ocorrendo o processo legal da guarda compartilhada devido ao abandono de fato, a uma situação de prisão do genitor, e até mesmo assassinato deste. Ainda, a monoparentalidade pode e deveria decorrer de uma escolha pessoal saudável da mãe.

E no ano de 2022, o estado com maior referência de monoparentalidade materna é Sergipe, na região Nordeste do país, com 19,9% de domicílios nesta configuração, enquanto o de menor referência é Santa Catarina, na região Sul do país, com 10,6%. Já o estado de São Paulo, região Sudeste do país e presente objeto de estudo, possui 14,2% de domicílios nessa configuração. Em suma, os estados da região Norte e Nordeste apresentaram um aumento na porcentagem em relação a 2012, enquanto

1.6 A face da maternidade solo no Estado de São Paulo e em sua Região Metropolitana

Segundo informações da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE, 2023), para o Estado de São Paulo, ainda que os arranjos familiares tenham se diversificado ao longo dos anos, o trabalho de cuidados no domicílio ainda é atrelado ao papel social da mulher, não como contratada, mas enquanto residente e familiar, correspondendo a 90% de mulheres neste papel de cuidadora domiciliar, e quando relacionado aos cuidados com crianças de até cinco anos, o percentual é de 95% de mulheres, sendo 94% residentes familiares desta criança, com porcentagem muito similares para os cuidados de enfermos entre 6 e 59 anos e pessoas com deficiência. Além disso, 44% dos cuidadores familiares e residentes do domicílio são também responsáveis pelas tarefas domésticas, alguns conciliando estas atividades com emprego remunerado na própria residência, o que caracteriza uma sobrecarga física e emocional de cuidados, majoritariamente geridos por mulheres familiares.

Quando relacionado exclusivamente à maternidade, segundo o SEADE (2023), observa-se que há uma oscilação e consequente queda no número médio de filhos por mulher entre os anos 2000 e 2022, de 2,1 filhos para 1,5 filho, bem como uma queda na gravidez na juventude, tendo diminuído o número de nascidos vivos por idade da mãe entre 15 e 19 anos, entre os anos de 2000 e 2022, de

2,1 filhos para 1,5 filho, bem como uma queda na gravidez na juventude, tendo diminuído o número de nascidos vivos por idade da mãe entre 15 e 19 anos, entre os anos de 2000 e 2022, de 130.000 para 40.000, e de 20 a 24 anos, de 205.000 para 110.000, quedas menos significativas entre 25 a 34 anos, e um aumento aparente para mulheres entre 35 a 39 anos, de 50.000 para 85.000, e entre 40 e 44 anos de 15.000 para 40.000, e uma taxa inexpressiva entre mulheres de 45 e 49 anos. Ou seja, aumentou a idade média das mães de 25,9 para 29,1 anos, uma mudança de comportamento reprodutivo.

Na Região Metropolitana de São Paulo, a Pesquisa SEADE (2020) a respeito de “Mulheres e arranjos familiares na metrópole”, constatou que 39% das famílias possuem como chefe de família mulheres, e que a cada 100 famílias, 18 são nesta configuração de mulher chefe sem cônjuge, com filho e/ou neto, e dentre as famílias chefiadas por mulheres, a maior faixa etária destas corresponde a 51% de mulheres entre 31 a 59 anos, sendo a média de idade correspondente a fase em que mulheres no Estado de São Paulo passam a ter seu primeiro filho nascido vivo.

Quanto à renda familiar desses lares chefiados por mulheres, a Pesquisa SEADE (2020) apresenta que o rendimento é cerca de 30% inferior àquelas famílias chefiadas por homens, o que evidencia um processo de desigualdade de renda por gênero na metrópole, e mesmo entre o grupo de mulheres há desigualdade no recebimento, pois aquelas que estão entre os 25% mais pobres dispõem de R\$17,00/dia, no máximo, enquanto as que estão no topo da pirâmide de 25% mais ricos dispõem de R\$48,00/dia, no mínimo. Ademais, as famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge, com filho e/ou neto, são as mais beneficiadas por programas sociais, possivelmente pela insuficiência da renda advinda do emprego para suprir as necessidades mínimas familiares, porém 78% da fonte de renda é por trabalho.

Referente ao local de moradia, dentre a famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge, com filhos e/ou netos, a maioria, correspondente a 21%, vivem na porção Sul da metrópole de São Paulo, 18% no norte, 18% na RMSP, 18% nos demais municípios da RMSP, 17% na leste e 16% no centro ampliado, com renda média de R\$31,00/dia. Ou seja, observa-se uma distribuição pouco heterogênea na escolha do lugar a residir por estas famílias.

Entretanto, a escolha da localidade se faz importante quando se observa os deslocamentos realizado por mulheres chefes de família, pois 41% frequentam comércio do dia a dia, mais do que os homens chefes de família, correspondente a 36%, e frequentam menos o lazer (19%) do que os homens (22%), dentre outras atividades sociais, culturais, esportivas o que, segundo o SEADE (2020), indica uma sobrecarga de outras atividades hodiernas e falta de alternativas.

Dentro dessas análises de dados, a pesquisadora Márcia Gobbi (2023) pontua a ausência de coleta de dados relativa a crianças com idade inferior a quatro anos devido ao fato de que a partir de 5 anos é obrigatória a educação infantil, e que são poucas as crianças com idade inferior que estão matriculadas e frequentam creches, portanto Gobbi (2023) sugere que essas crianças

de idade igual ou inferior a 4 anos que não estão em creches, estão sob cuidados domésticos de mulheres, muitas marginalizadas pela sociedade.

Segundo a pesquisa “Viver em São Paulo: Mulheres (2023)”, realizada pela Rede Nossa São Paulo, com apoio do IPEC (Inteligência em Pesquisa e Consultoria) e ICS (Instituto Cidades Sustentáveis), dentro de uma amostra regional de 800 pessoas moradoras do município de São Paulo com 16 anos ou mais, dentre as 55% mulheres e 45% homens, no que diz respeito a parte da pesquisa sobre igualdade de gênero, os afazeres domésticos são respondidos pelos entrevistados como sendo 36% divididos igualmente entre homens e mulheres, 29% de mulheres fazem a maior parte, 16% sendo responsabilidade apenas de mulheres, 1% de homens responsáveis pela maior parte, 1% apenas de homens responsáveis, enquanto 11% mora sozinho (não divide as tarefas) e 6% reside com pessoas do mesmo sexo. Ou seja, há uma evidência de que 45% dos afazeres domésticos são de maior parte ou exclusivamente de responsabilidade das mulheres, reforçando a ideia de sobrecarga de trabalho imbuída a figura feminina da casa.

Ainda, dentro da correlação de dados realizada pela pesquisa, dos que responderam que as atividades domésticas são apenas responsabilidade das mulheres (16%), o perfil dominante é de pessoas da região Leste do município (32%), com apenas o ensino fundamental (33%), de renda familiar até 2,5 salários mínimos (29%), composto por pessoas pretas e pardas (29%), levantando uma hipótese de marginalização significativa destas mulheres que habitam a porção leste.

Sobre as atividades mais realizadas em casa pelas mulheres e homens, a pesquisa (2023) pontua os seguintes dados, vide Tabela 5.:

Tabela 5 -Relação de atividades exercidas por homens e mulheres.		
Atividade	Mulheres	Homens
Preparo de refeições	67%	42%
Limpeza da casa	56%	11%
Lavar a louça	36%	60%
Fazer compras	22%	36%
Levar e buscar os filhos	20%	29%
Cuidado diário dos filhos	18%	8%
Organizar a casa	13%	3%
Atividades escolares dos filhos	11%	13%
Cuidado médico dos filhos	10%	7%
Cuidar dos animais	8%	3%
Cuidado médico idosos	7%	3%
Tirar o lixo	6%	16%
Manutenção da casa	3%	9%
Não sabe/Não respondeu	5%	13%

Fonte: Rede Nossa São Paulo, 2023. Adaptado pela autora, 2024.

Com esse quadro comparativo, é possível notar que as atividades centrais no domicílio são predominantemente realizadas por mulheres, enquanto as atividades externas ao domicílio ou complementares às básicas são realizadas por homens, o que traz à tona mais uma vez a questão da sobrecarga do trabalho feminino de cuidados para com outros, mesmo que não qualificada profissionalmente para tratar de idosos ou enfermos em casa, tendo de administrar a rotina curta com todos cuidados para com seus filhos, cônjuge, pais, sogros etc., e quando colocada em uma situação de maternidade solo, conforme tratado nesta dissertação, a sobrecarga aumenta, pois carece do outro genitor para o mínimo de contribuição na criação de seu filho, tanto doméstica como financeira.

Dentro da amostragem de mulheres (55%), a pesquisa (2023) mostra também a violência e assédio que a cidade apresenta a elas, sendo os locais mais inseguros a grande parte dos equipamentos públicos que não deveriam marginalizá-las, como o transporte público (39%), a rua (23%), pontos de ônibus (8%), e outros espaços particulares, não estando excluído desta lista o ambiente familiar (2%).

Ainda, em um resgate de pesquisas anteriores, existe uma progressão de afirmação sobre ter sofrido assédio no ambiente familiar, sendo 14% em 2020, 19% em 2021 e 21% em 2023, e na caracterização destes 21% de 2023, o perfil de destaque é de mulheres com o ensino fundamental (29%), pretas e pardas (28%). E no que diz respeito a opinião das mulheres sobre medidas mitigatórias para combater a violência contra a mulher, há uma predominância em pensar políticas de assistência social para promover a segurança da mulher, acolhê-la de maneira apropriada quando necessário e assegurar vínculos entre a indivíduo e assistência comunitária, o que traz a hipótese deste trabalho de como pensar a arquitetura enquanto meio para viabilizar a segurança, acolhimento e fortalecimento destas mulheres e de seus filhos, sem descredibilizar a sensação de impunidade das mulheres paulistanas em relação ao serviço público e legislativo em protegê-las.

1.7 Mães solo, seus filhos e a luta por moradia e cidades mais sustentáveis

Segundo dados do IBGE pelo Censo 2022, no âmbito da coleta de dados para a pesquisa PNADC, a população residente em domicílios brasileiros, constando 74.145.000 domicílios cadastrados, é predominantemente feminina, representando 51,5% de moradores, enquanto homens representam 48,5% da população residente, e em uma divisão de cor e raça, a população é majoritariamente parda (45,3%), seguida de branca (43,5%), preta (10,2%), indígena (0,6%) e amarela (0,4%).

Quanto à característica de tipo de domicílio, a porcentagem do tipo casa corresponde a 85%, enquanto o tipo apartamento corresponde a 14,9%, sendo deste total 63,8% de imóveis próprios já pagos, ou seja, há uma porcentagem outra expressiva de imóveis possivelmente alugados, cedidos ou que expressem outra forma de

morar. E na cobertura de serviços básicos, os dados são otimistas, tendo a coleta de lixo diária e o abastecimento de água em mais de 80% dos domicílios, enquanto o esgotamento sanitário está próximo de 70% de cobertura (PNADC, IBGE, 2022).

Neste tópico de predominância feminina e caracterização domiciliar, Souza (2020) traz à tona a questão do protagonismo feminino na luta pela moradia digna, que há de ser pensada em espaços urbanos brasileiros que continuam a reproduzir um modelo de privilégio a determinados grupos sociais e a manutenção do poder destes na sociedade, pois ao perpetuar um princípio de universalidade e sujeito ideal que se apropria do espaço, exclui-se aqueles que estão em contexto de vulnerabilidade social de participar da cidade, planejamento herdado do colonialismo produzido no espaço onde hoje se situam as cidades.

Ainda, Helene (2019) propõe um resgate histórico dessa relação em que a ascensão do modelo capitalista de cidades e sociedades europeias nos séculos XVI e XVII fomentou a guerra civil contra mulheres, degradando seu papel na sociedade e reduzindo sua atuação ao interior doméstico, ao matrimônio e à procriação, criando relações desiguais conforme classificações de “classe, sexo e raça” sob a justificativa de diferenças biológicas e naturais, estruturadas em uma lógica patriarcal de predominância masculina, e que ainda refletem em tempos atuais nas diferenciações capitalistas do trabalho, em que mulheres são atreladas a trabalhos considerados inferiores e avalorados por serem “femininos”, dando origem ao trabalho invisibilizado e não remunerado, que sobrecarrega mulheres e ausenta homens de responsabilidades domésticas e familiares por não serem “masculinas”

Para além da manutenção da posição elevada de determinados grupos sociais na cidade, o modelo colonial também é responsável por impor um complexo de inferioridade sobre o colonizado, em que o modelo de planejamento urbano exterior é visto como mais adequado para ser reproduzido na cidade “universal”, ainda que descolado da realidade local (Souza, 2020). E quando trazido às famílias, institui um papel social e de trabalho atrelado ao gênero, hierarquizando posições sociais conforme distintas características do ser, onde o topo é comumente o homem branco do modelo europeu, e que estrutura uma relação social onde para existir o poder e a ascensão social do homem, reconhecido e visibilizado, existe o trabalho feminino não reconhecido para com a casa e a família, e mesmo quando remunerado e regular o trabalho dessa mulher, há diferenças na folha de pagamento e no tratamento no ambiente de trabalho, com poucas chances de ascensão pela sobrecarga do trabalho doméstico (Helene, 2019).

Neste sentido, é importante compreender o que os movimentos brasileiros na luta pelo acesso à moradia digna e à cidade propõem como alternativa a produção do espaço urbano, e quando analisados aqueles liderados por mulheres, Souza (2020) pontua a dificuldade em fazê-lo devido ao silenciamento que as mulheres passam por serem lidas socialmente como “seres inferiores”. Ainda, referencia a arquiteta feminista brasileira Joice Berth (Berth, 2019 citado por Souza, 2020) e a importância da interseccionalidade no movimento feminista, ou seja, de considerar uma luta coletiva de mu-

mulheres que leva em consideração os diferentes aspectos que compõem a identidade de uma mulher, como cor, etnia, classe social, orientação sexual etc., pois não há universalidade no ser humano, bem como não deve haver no desenho da cidade e da moradia, que deve atender a princípios plurais dos grupos que compõem a sociedade.

Helene (2019) ressalta que essa participação ávida feminina nos movimentos sociais por moradia também está pautada na “feminização da pobreza”, pois o fato de estarem inseridas em situação de vulnerabilidade social e financeira em função das desigualdades de gênero na sociedade e no mercado de trabalho, implica muitas vezes na insegurança habitacional devido ao difícil acesso ao mercado popular de moradia e à terra, tendo assim de buscar alternativas para habitar e resistir no espaço urbano - muitas vezes de modo informal nas periferias da cidade, em constante mudança -, principalmente quando se é mulher pobre, e mulher pobre negra.

Souza (2020) pontua a importância de compreender esta pluralidade que compõe a sociedade brasileira, pois exigir um modelo heteronormativo e patriarcal, onde homem, mulher e criança ocupam diferentes posições determinadas pelo gênero biológico, para as famílias brasileiras é uma realidade distante, especialmente pela ascensão do modelo monoparental, em grande parte chefiadas por mães solo, conforme apresentado anteriormente nas estatísticas brasileiras, e como elucidam o contexto do gênero na sociedade brasileira e o protagonismo na luta por moradia exercida por este grupo, pois sua condição entendida como não produtiva para uma sociedade capitalista neoliberal, dificulta a subsistência básica, o acesso à educação e ao mercado de trabalho, à cidade e à moradia digna, ficando sujeitas a sobreviver nas margens da cidade, longe do acesso aos equipamentos e oportunidades da cidade, trabalhando em empregos precarizados, habitando espaços precarizados, com uma exaustão por conciliar as diversas atividades que ficam na responsabilidade da única progenitora desta família, ausentada de cônjuge ou de rede de apoio, especialmente quando são mulheres racializadas, segregadas por seu gênero e sua cor.

Para essas mulheres mães solo em situação de vulnerabilidade social, a luta por moradia se faz por meio de ocupações e organizações “micropolíticas” que buscam romper com o colonialismo, a exemplo da entrevistada R., por Souza (2020), que relata o caso de uma ocupação que atendeu 2 pais de família e 28 mulheres “com criança”, e assim com a luta, ainda que com suas dificuldades de se impor diante a sociedade, conseguiram o subsídio do aluguel social, o que evidencia a o protagonismo dessas mulheres em pensar formas mais inclusivas para o espaço urbano, que também atendam às necessidades de mulheres e crianças.

Por exemplo, Gobbi (2023) traz o estudo de caso da Casa da Mãe Solo, Ocupação Jardim da União no distrito do Grajaú, periferia no extremo da Zona Sul de São Paulo, sobre um vazio urbano público da CDHU, em que a resistência materna, pelo direito feminino e infantil e a luta por moradia digna coexistem em um espaço de “acolhimento, assistência e formação” para gestantes e mães solo, englobando ainda as avós solo, situação que expõe um déficit habitacional específico a ser pensado: a habitação para mães solo e crianças, ambas necessitadas de moradia

digna e acesso às oportunidades da cidade, com devidos cuidados e assistência a esse público que dizem respeito a “[...] políticas públicas de saúde, educação, moradia, infância e mulheres.” (Gobbi, 2023, p. 5).

Portanto, a pesquisadora (2023) evidencia o processo da luta feminina por moradia associada à luta pelos direitos dos filhos dessas mulheres, em sua maioria bebês e crianças, agentes também ativos do modo de construir e habitar o espaço. A Casa da Mãe Solo não é só ocupação pela moradia, é coletivo social de visibilidade de mulheres e crianças que constroem juntos uma rede de apoio e resistência às violências sofridas por estes grupos.

Segundo a Habitat Brasil (2018), em seu portal de notícias com a temática de “Mães solo no Brasil: a realidade da pobreza e a ajuda da Habitat”, denunciam a necessidade de ações sociopolíticas para a inclusão social e econômica das famílias monoparentais chefiadas por mulheres, afinal a maioria vive abaixo da linha da pobreza segundo os dados anteriormente apresentados, e como ressalta a organização (2018), a pobreza não se trata unicamente da vulnerabilidade financeira, “[...] mas também está ligada a outras dimensões da vida, como acesso à educação, moradia digna, saúde e oportunidades de trabalho” (Habitat Brasil, 2018), fatores estes que as mães solo e seus filhos devem ter acesso e devem ser vistos também como prioritários nas políticas públicas, pois com a presença de uma única genitora responsável no arranjo familiar, recai sobre si a responsabilidade integral em prover educação e sustento desses filhos, sem rede de apoio, sem cônjuge ou genitor, e excluída de oportunidades de geração de renda, seja por dificuldade em gerir as diversas responsabilidades para com a casa, os filhos e consigo, seja pela segregação do mercado de trabalho e da sociedade com seus estigmas sobre as mães solo.

Neste sentido, a Habitat Brasil (2018) atua com o projeto “Mulheres pela Vida”, o qual oferece capacitação em educação financeira e empreendedorismo para mães solo que estejam em situação de vulnerabilidade social, e promovem uma outra iniciativa de construção de moradias dignas para pessoas em situação de pobreza, e segundo as estatísticas da organização (2018), das mais de 7500 moradias construídas, 80% são chefiadas por mulheres ou mães solo, o que evidencia dois aspectos: a crescente nos arranjos familiares monoparentais chefiados por mulheres e a situação de pobreza que predomina sobre esse grupo em função das condições de vulnerabilidade que estão inseridas.

Segundo o Governo do Estado de São Paulo (2024), entre os anos de 2017 e 2024, 10.626 famílias monoparentais chefiadas por mulheres foram atendidas pela produção habitacional da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SDUH), o que corresponde a 34,88% do total de famílias habilitadas pelo programa, de modo a garantir a segurança habitacional para as mulheres mães solo, com a promoção da situação de recomeço seguro e digno junto aos seus filhos, com a compreensão da segurança de posse permitir que “Ao saírem do aluguel, essas mulheres alcançam mais tranquilidade, do ponto de vista financeiro, para criarem seus filhos e se desenvolve-

rem.” (SDUH, 2024), habilitadas por meio de sorteio para serem contempladas com financiamento seguro segundo a Política Habitacional do Estado de São Paulo. Assim, garantir a moradia para mães solo e seus filhos é empoderá-los de seguridade social e patrimonial, e os dados expostos pelo Governo do Estado de São Paulo (2024) evidenciam a demanda latente desse arranjo familiar que tem crescido expressivamente nos últimos anos e tem sido reconhecido pela comunidade pública e acadêmica.

O empoderamento para as famílias monoparentais chefiadas por mulheres é também na esfera do reconhecimento da criança que vive sua primeira infância, pois essa experimenta um universo específico e deve viver em harmonia com o entorno e contexto que está inserida, participando ativamente como cidadã na apropriação dos espaços da cidade, os quais devem ser seguros e adaptados às questões de gênero e infância, protegendo meninos e meninas da violência civil e da segregação do planejamento urbano, pois a tendência de exclusão de um desenho urbano pensado para a infância e gênero resulta na construção de espaços insustentáveis e vulneráveis, onde crianças e mulheres não possuem acesso aos equipamentos de saúde, educação e emprego da cidade, afetando inclusive o direito reprodutivo das mulheres devido ao inaccessso ao cuidado com gestação e filhos (Rede Nacional Primeira Infância, 2020).

É preciso, portanto, promover inclusão de infância e gênero no planejamento urbano, no pensar o desenho da cidade e seus equipamentos, de modo a garantir menor desigualdade ambiental e social, visto que o crescimento dos centros urbanos necessita de estratégias e políticas para a garantia de acessos equitativos e maior sustentabilidade no consumo de recursos para não condenar mais famílias à pobreza e à situação violenta de inseguridade habitacional e civil.

Propor uma moradia transitória para mães solo e seus filhos é dar voz a quem necessita de acolhimento, como o caso de diversas mães solo que relatam em entrevistas para jornais e revistas on-line as dificuldades que vivenciam em uma família monoparental, muitas na linha de pobreza, como Danie Sampaio, mãe solo e doula na periferia de São Paulo, relata para a redação “Elas que Lucrem” (2023), da plataforma de notícias Terra:

No território em que eu estou, com a pandemia e a falta de emprego, cresceu uma nova favela. É moradia num terreno que estava disponível, não tem saneamento básico, luz, nem água encanada. Essa mulher precisa sobreviver com seus filhos. Ela está na linha da pobreza e não sei como falar de organização financeira sem um ensino continuado, espaço de convivência e cooperativas de economia circular. Não dá para falar sobre mulheres mães solo em situação de pobreza sem colocar o Estado, as políticas públicas voltadas para essa mulher e as organizações sociais para estarem presentes nesses espaços. As mulheres precisam de um lugar para construir vínculo, para viver outras histórias, fortalecer outras mães e não tem outra forma de fazer isso na periferia a não ser coletivamente (Elas Que Lucrem, 2023).

Ou como relata Valdênia para a Revista Digital Laboratório da Faculdade Cásper Líbero “Revista Esquinas”, o impacto da ausência de uma rede de apoio para conciliar a criação do filho com emprego:

Acordava quatro horas da manhã para fazer comida para mim e para ele. Saía para o serviço muito cedo, então os vizinhos levavam ele para a escola e ficavam de olho caso acontecesse alguma coisa, mas o cuidado não é o mesmo. Muita gente falava que era para eu desistir, já me denunciaram pro conselho tutelar. Minha mãe, às vezes, me ajudava (Kabzas *et al.*, 2023).

Ainda, a denúncia que a matéria da BBC News, redigida por Leandro Machado (2022), faz a respeito da luta por moradia de mães solo na periferia de São Paulo e a ausência de atuação do poder público, onde na Ocupação Anchieta, no distrito do Grajaú elas se mobilizam para construir a própria moradia, urbanizar o local e conciliar com a busca por emprego, criação dos filhos e manutenção das tarefas diárias. Ali, Priscila Santos, mãe solo na ocupação, atua como pedreira na construção das casas de alvenaria em substituição às casas de madeirite, e diz sonhar em voltar para a educação e terminar o ensino médio, ingressar no superior para prover uma vida melhor à filha mais nova que reside consigo. Suzane, também moradora da ocupação e mãe solo de cinco crianças, chegou ali após vir do Recife para São Paulo e não conseguir emprego, portanto faz “bicos” e, como muitas outras, recebe auxílio financeiro do Governo como parte da sobrevivência. Assim, o economista Naercio Menezes Filho conta para o noticiário:

É muito difícil sair da extrema pobreza sem programas de acesso aos serviços públicos. Sem alimentação correta, por exemplo, a criança não desenvolve seu potencial de habilidades cognitivas e sociais. Ela acaba repetindo de ano, depois sai da escola e, quando adulta, cai na informalidade. Então esse ciclo de pobreza se repete (Machado, 2022).

Portanto, a moradia transitória adequada às famílias monoparentais chefiadas por mães é resposta para continuar a luta pelo direito das mulheres e crianças à cidade, com oportunidades de formação e segurança, tendo um olhar voltado a um déficit habitacional específico, que antes da promoção final da habitação definitiva, necessita de um espaço capacitador capaz de intermediar a espera pela aquisição da habitação, e que mesmo em caráter transitório, seja habitação e seja digna, inserida em um tecido urbano consolidado dotado de equipamentos públicos arquitetônicos, urbanos e ambientais próximos, de modo que as famílias monoparentais chefiadas por mulheres possam exercer sua autonomia na cidade e sejam socialmente reinseridas.

1.8 As políticas dos Centros de Acolhida da Prefeitura de São Paulo, a Casa de Marta e Maria e o Centro de Acolhida Amparo Maternal

A Prefeitura de São Paulo (2023) disponibiliza serviço de Centros de Acolhida para grupos específicos de pessoas que urgem de atendimento diferenciado, com o objetivo de acolhê-las e oferecer proteção integral com escuta e promoção de capacitações internas para fortalecimento da autonomia, a fim de gerar possibilidades a essas pessoas superarem a condição de rua, setorizando elas de modo a respeitar suas condições sociais e diferenças de origem, para que se tenha um cuidado direcionado a diferentes grupos sociais. Para pessoas adultas e em situação de rua, a partir dos 18 anos, existem 10 modalidades de Centros de Acolhida e que se distribuem pelas cinco porções da cidade, sendo o acesso por meio de encaminhamento do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), Coordenação de Pronto Atendimento Social (CPAS), dentre outros órgãos prestadores de serviços socioassistenciais, políticas públicas e do Sistema de Garantia de Direitos (ver distribuição no Quadro 6).

As vagas para seleção e ingresso nos Centros de Acolhida são geridas por meio da Central de Vagas e Acolhimento Institucional e Familiar da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), vinculada ao CPAS, CPSE e COVS, sendo direcionadas a crianças, adolescentes, jovens de 0 a 21 anos e mulheres, separados conforme o grau de necessidade do Serviço de Acolhimento Institucional (SAICA), como: I - SAICA a) Acolhimento Inicial; b) SAIC - crianças de 0 a 6 anos; c) SAICA 0 a 18 anos; II - Serviço de Acolhimento Familiar; III - Casa Lar; IV - República Jovem; V - Centro de Acolhida Especial para Mulheres, VI - Centro de Acolhida Especial para Mulheres em Situação de Violência - Sigiloso; VII - República para Adultos (Prefeitura de São Paulo, 2023)

Especificamente, o Centro de Acolhida Especial para Mulheres (CAEM) atende mulheres a partir de 18 anos, acompanhadas ou não de seus filhos, de até 18 anos incompletos em caso de filhos do gênero masculino, em situação de rua ou vulnerabilidade social, em que as vagas devem ser solicitadas em CREAS / Centro POP, Centro de Defesa e Convivência da Mulher (CDCM), Centro de Cidadania da Mulher (CCM), Centro de Referência da Mulher (CRM), Casa da Mulher Brasileira (CMB), Casa de Passagem, Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS) ou em Núcleo de Convivência para Adultos em Situação de Rua (Prefeitura de São Paulo, 2023).

Ainda, segundo a ficha técnica de orientação da SMADS (2023), os critérios para a avaliação da necessidade de atendimento são: a fragilidade ou rompimento de vínculos familiares e comunitário, a situação ou vivência de rua, situações de risco pessoal e/ou a inexistência de outras ofertas que evitem o acolhimento. Ainda, em caso de indicativo de violência doméstica, é requerida a avaliação do risco iminente de morte, e se não for necessário acolhimento sigiloso, deve-se considerar os territórios de risco para a mulher por meio de sua fala.

Se atendidos os critérios da necessidade de atendimento, os critérios para a solicitação da vaga são: mulheres acima de 18 anos, e se acima de 60 anos e sem filhos, priorizar encaminhamento para CAE Idosos; mulheres cis e transgêneros; mulheres com filhas do gênero feminino, cis e trans, sem idade definida; mulheres com filhos do gênero masculino, cis e trans, e se acima de 13 anos, priorizar o encaminhamento para CAE Famílias, conforme avaliação socioassistencial; identificação do território onde a mulher e seus filhos possuem vínculos familiares, comunitários, de educação ou saúde; identificação de território de risco, e considerar relatório de ocorrências anteriores em caso de acolhimento anterior; mulheres e/ou filhos com deficiência ou demandas específicas de saúde, para avaliação da pertinência do acolhimento na rede disponível; necessidade de leito baixo ou berço para bebês e crianças pequenas, dentre outros trâmites burocráticos de responsabilidade do órgão da assistência social quanto aos documentos das mulheres e seus filhos para encaminhamento e ingresso no Centro de Acolhida. (SMADS, 2023).

Quadro 6 - Distribuição dos Centros de Acolhida Especial (CAE) para mulheres por zona da cidade.

Modalidades	Função	Zona	Total
Mulheres	Atender mulheres, acompanhadas ou não de filhos	Centro	1
		Leste	4
		Norte	3
Mulheres trans	Atender mulheres transgênero	Centro	1
		Norte	1
		Sul	1
Mulheres imigrantes	Atender mulheres, acompanhadas ou não de filhos, com foco no fortalecimento de vínculos e resgate da individualidade	Leste	1
Mulheres em situação de violência	Atender mulheres acima de 18 anos, acompanhadas ou não de filhos (com idade de máxima de 18 anos incompletos para filhos homens), em situação de violência doméstica, abusos e exploração em risco iminente de morte, oferecendo proteção integral, condições para o fortalecimento da autoestima pessoal e social, superação e prevenção da situação de violência e ruptura de vínculos, de modo seguro e sigiloso	Sigiloso	-
Convivência e Defesa da Mulher	Atender mulheres e seus familiares, de todos os públicos, visando a prevenção da violência territorial, com oferta de acolhimento, convivência, atividades, trabalho e assistência na defesa de seus direitos, contribuindo no fortalecimento da mulher e seus familiares, superação da violência e desenvolvimento da autonomia e protagonismo feminino, sendo um espaço sem caráter de moradia	Centro	1
		Leste	7
		Norte	2
		Sul	4
Gestantes, Mães e Bebês	Atender mulheres grávidas ou com bebês, em situação de rua e/ou vulnerabilidade social, com rede de proteção e cuidados, organizado pela associação Amparo Maternal	Sul	1

Fonte: Prefeitura de São Paulo, 2022. Adaptado pela autora, 2024.

Os Centros de Acolhida compõem parte de serviços de acolhimento e convivência da rede socioassistencial da Prefeitura de São Paulo, tendo parceria com associações que contribuem na autonomia dos acolhidos, sendo 337 Organizações da Sociedade Civil (OSC) (Prefeitura de São Paulo, 2023), como a Associação Reciclázaro, a qual dispõe de programas sociais em casas transitórias e que visam a promoção de autonomia e reinserção social dos que ali permanecem por tempo determinado, pois além de ofertar abrigo coletivo, são promovidas alternativas para ensino e geração de renda, de modo que os assistidos possam alugar uma moradia individual ou familiar de maneira segura, e promover enquanto instituição, além da assistência social, intervenções no tecido urbano de cuidado e melhoria do meio ambiente, já que é uma associação social e religiosa ligada à luta pela sustentabilidade das cidades.

Assim, no que diz respeito ao presente trabalho, a Associação trabalha com a Casa de Marta e Maria "Centro de Acolhida Especial para Mulheres", criada em 2003 e localizada no distrito de Belém, no entorno do centro histórico e fabril de São Paulo, em que recebe mulheres e suas crianças em situação de vulnerabilidade social, causada por violência, abandono e/ou abuso praticado em domicílio e/ou pela dinâmica violenta da cidade. Nessa casa, as mães e seus filhos são acolhidos, mantidos unidos, recebem assistência e direcionamento social, e no espaço desenvolvem vínculos familiares, autonomia e poder de reinserção social.

Ainda, a casa é fruto dessa colaboração com a Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), e proclama estar alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), sendo estes: 1. Erradicação da Pobreza, pela capacitação de mulheres na geração de renda; 3. Saúde e Bem-Estar, pelo desenvolvimento psicossocial e de educação das crianças; 4. Educação de Qualidade, por eventos internos capacitores para mulheres e crianças; 5. Igualdade de Gênero, pela promoção do protagonismo feminino em empreendimentos sustentáveis; 8. Trabalho Decente e Crescimento Econômico; 10. Redução das Desigualdades; 11. Parcerias e Meios de Implementação.

Outro Centro de Acolhida referente ao tema do presente trabalho é o Amparo Maternal, o único desse tipo mencionado acima no Quadro 06, localizado na Vila Clementino, Zona Sul de São Paulo, em que a acolhida é direcionada a gestantes, mães e bebês, com oferta de moradia provisória, da gestação até os recém-nascidos por seis meses, podendo ser prolongado o período, atendimento especializado e acompanhamento da mãe e bebê por nutricionistas, psicólogas, assistentes sociais, orientadoras socioeducativas, pedagogas e agentes operacionais, visando a reinserção social por meio do Centro de Acolhida, com oficinas de capacitação profissional, em parceria firmada com a SMADS em 2021, regulado pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A Associação Amparo Maternal surge em 1939, em que o assunto da gravidez indesejada ou não planejada era um tabu social, levando à segregação de mães solo, pobres, negras, abandonadas pelas famílias. O objetivo principal da Associação é de acolher todas gestantes e parturientes da cidade de São Paulo, firmando

parceria com a Prefeitura de São Paulo para providenciar uma construção adequada ao acolhimento dessas mães e seus bebês, porém com dificuldades na atuação pela difamação preconceituosa dos veículos de imprensa, mas conseguiu regularização pública em 1945 pela Câmara Municipal, na gestão do prefeito Prestes Maia, com ideais arquitetônicos de orientação para insolação matutina a fim de prover saúde vitamínica às mães e recém-nascidos, finalizando a obra em 1964 apesar das diversidades da opinião popular e da falta de recursos (Associação Amparo Maternal, 2024).

A Associação trabalha num edifício que abriga espaços coletivos para as mulheres, como pode-se ver nas imagens na próxima página (Figuras 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08).

Figura 01 - Brinquedoteca.



Fonte: Associação Amparo Maternal, 2024.

Figura 02 - Serventia do refeitório coletivo e uso.



Fonte: Associação Amparo Maternal, 2024.

Figura 03 - Serventia do refeitório coletivo e uso.



Fonte: Associação Amparo Maternal, 2024.

Figura 04 - Quartos coletivos com cama de solteiro, berço, cadeira de amamentação e trocador.



Fonte: Associação Amparo Maternal, 2024.

Figura 05 - Quartos coletivos com cama de solteiro, berço, cadeira de amamentação e trocador.



Fonte: Associação Amparo Maternal, 2024.

Figura 06 - Salas multiusos para ensino de ofício profissional e estudos.



Fonte: Associação Amparo Maternal, 2024.

Figura 07 - Salas multiusos para ensino de ofício profissional e estudos.



Fonte: Associação Amparo Maternal, 2024.

Figura 08 - Lavanderia de uso coletivo.



Fonte: Associação Amparo Maternal, 2024.

02 ESTUDOS DE CASO

2.1 Centro para Gestantes / MASS Design Group

O presente estudo de caso foi selecionado em função da característica modular e vernacular utilizada para promover um centro funcional de acolhimento a gestantes no Malawi, cujo destaque se dá pela compatibilização entre materiais disponíveis, técnicas construtivas locais e conforto térmico valorizado no desenho, proporcionando um agrupamento interessante e referencial para o projeto a ser proposto neste trabalho, uma vez que se visa a utilização de módulos compatibilizados e de boa arquitetura para o habitar de mães, bebês e crianças, público que demanda extrema salubridade e sustentabilidade para um desenvolvimento saudável.

Em resumo, o projeto foi desenvolvido pelo escritório MASS Design Group, na cidade de Kasungu, Malawi, em 2015 (Figuras 9 e 14), em função de uma demanda emergente de proteger a maternidade e as crianças no Malawi, devido às crescentes estatísticas de mortalidade durante a gravidez ou o parto em função do inaccessível à saúde por aquelas que vivem em vilarejos remotos, portanto a proposta parte de uma iniciativa pública que visou o acesso das gestantes aos agentes de saúde e permanência para acompanhamento pré e pós natal correto.

Trata-se de um projeto de moradia transitória com aparatos de saúde para gestantes, em que um protótipo foi reabilitado com modularidade considerando a opinião dos agentes e usuárias, de maneira a estimular a estadia das mães em espaço salubre e com a devida rede de apoio necessária (The Plan, 2016).

Os módulos habitacionais (Figura 10) se materializam a partir da percepção dos complexos familiares vernaculares da cidade de Kasungu enquanto volumes pequenos e em cadeia de unidades que abrigam gerações, portanto seguem o princípio vernacular de organização dos vilarejos, com alvenarias pesadas de bloco de terra comprimida e estabilizada para garantia de conforto térmico e alternativa menos danosa ao meio ambiente em função dos poucos materiais sustentáveis na região que não demandem da queima da madeira, coberturas longas com es-



Figura 09 - Centro para gestantes .

Fonte: The Plan, 2016.

trutura treliçada em madeira local para proteção contra chuva, e uso de técnicas locais que permitem a replicação dos módulos, viabilizam o programa de 12 dormitórios mínimos coletivos para 4 pessoas cada, estimulante à troca de conhecimentos e contato entre as mães. Cada dormitório possui o próprio banheiro e espaço para higienização de roupas, enquanto a cozinha é comunal (The Plan, 2016).

O que ordena o desenho em malha é a disposição das colunas e suas ligações que formam espaços para paredes, portas, bancos e armários construídos, as quais suportam as coberturas treliçadas que possuem inclinação pensada para a captação de águas pluviais e proteção do adobe, bem como ventilação e iluminação suficiente (Figuras 12 e 13). É um projeto que enfatiza a capacidade local e a capacitação desta mão de obra, provida de recursos públicos em parceria com o Mass Design e entidades acadêmicas (The Plan, 2016).

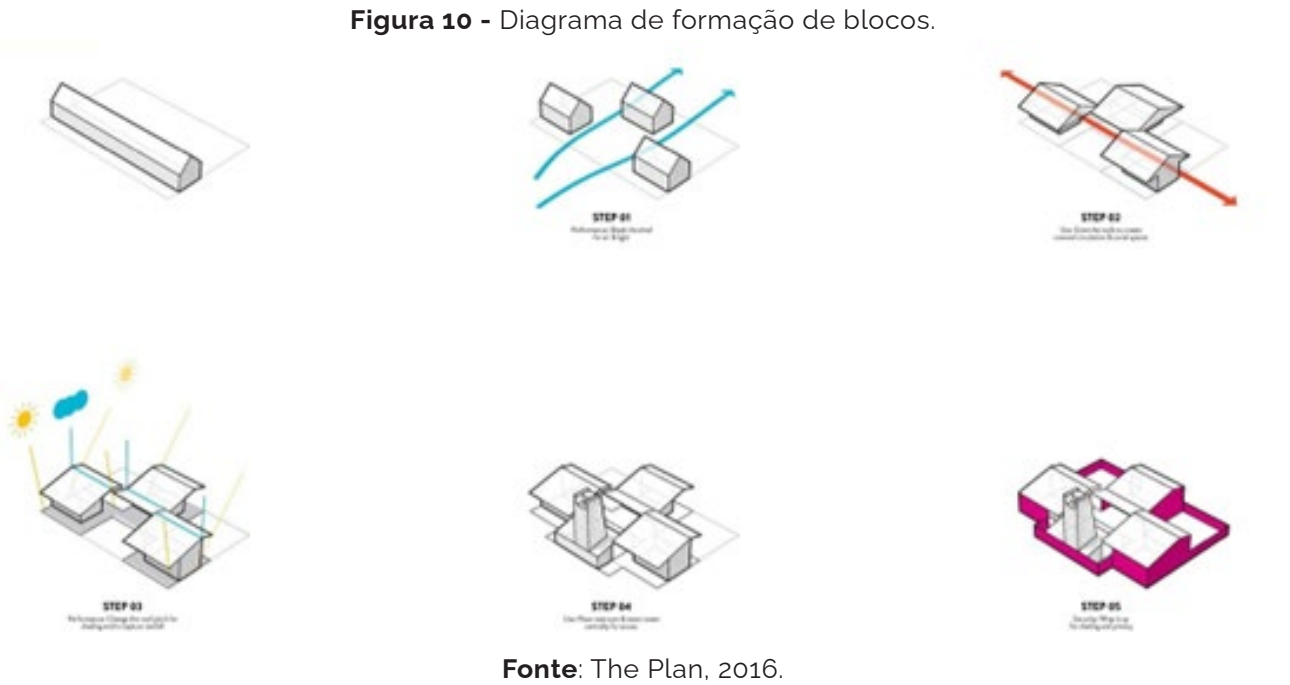


Figura 10 - Diagrama de formação de blocos.

Fonte: The Plan, 2016.

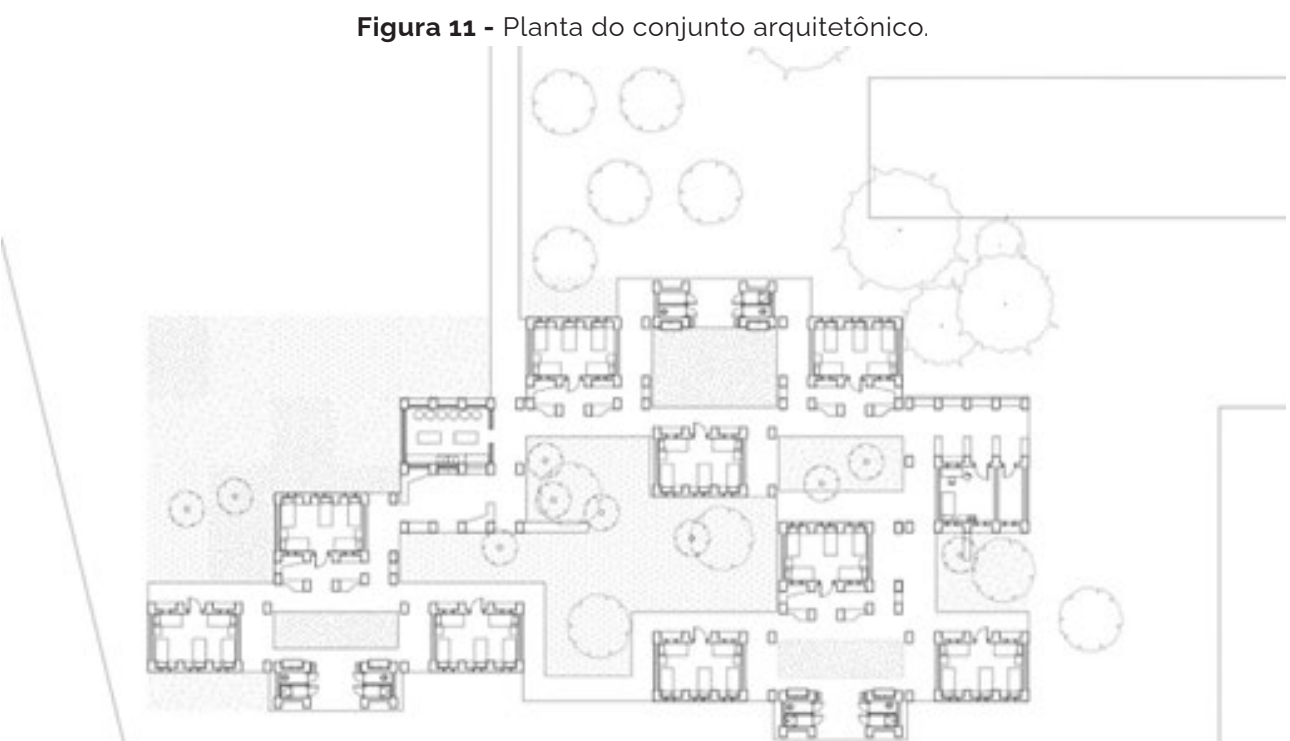


Figura 11 - Planta do conjunto arquitetônico.

Fonte: The Plan, 2016.

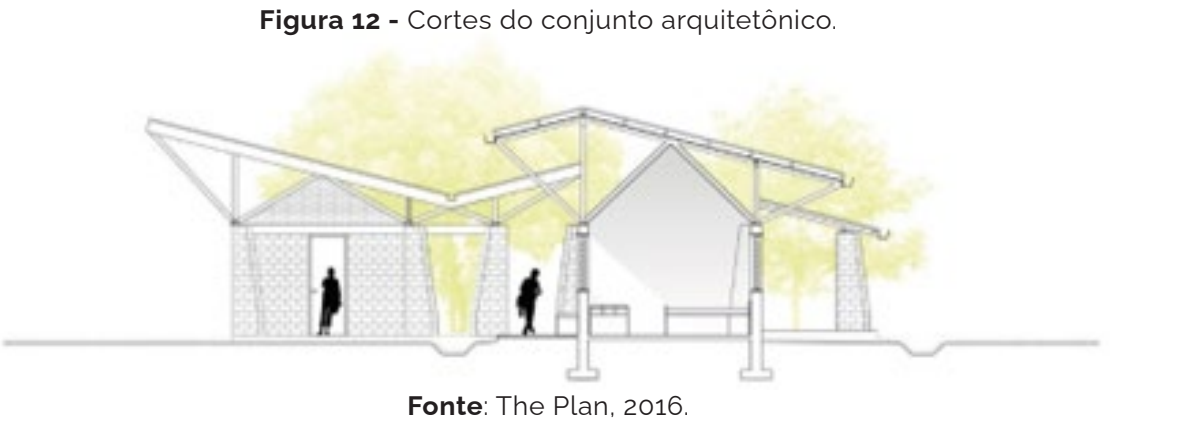
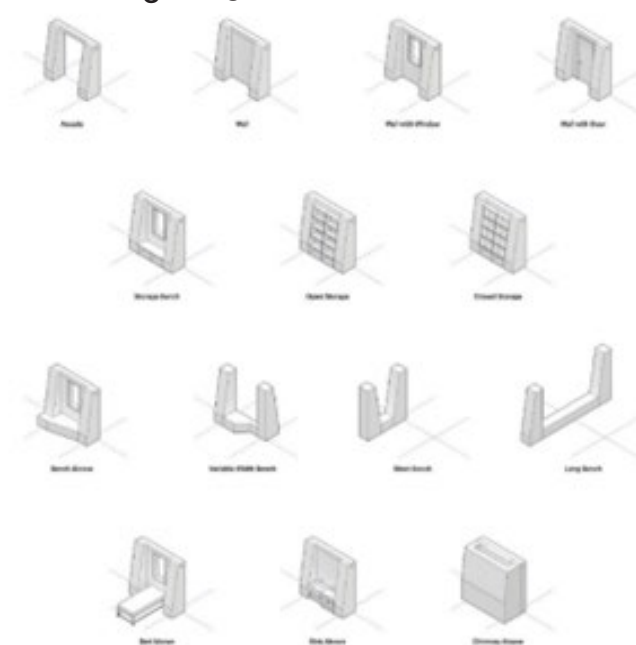


Figura 12 - Cortes do conjunto arquitetônico.

Fonte: The Plan, 2016.

Figura 13 - Módulos estruturais.



Fonte: The Plan, 2016.



Figura 14 - Centro para gestantes, vista lateral.

Fonte: The Plan, 2016.

2.2 Habitação de Emergência para Mães Solteiras / 4L ARQ

Figura 15 - Módulos habitacionais.



Fonte: 4L ARQ. Archdaily (2013).

Desenvolvido pelo escritório 4L ARQ, na cidade de Cutral Cò, Argentina, o projeto de habitação de interesse social interessa à proposta deste trabalho devido a sua iniciativa arquitetônica de prover moradia emergencial para mães solo da cidade de que estejam em situação habitacional vulnerável (Figura 15), por meio da arquitetura modular, a partir de um módulo base e que pode ser modificado e ampliado, permitindo assim a customização da unidade habitacional e a participação dessas mães no fazer arquitetônico, pois acreditam ser “[...] fundamental no desenho participativo compreender as dinâmicas do habitar específicas de cada lugar.” (4L ARQ, 2013, Archdaily). Ainda, o projeto se destaca pela possibilidade de ampliação, podendo ser acrescido mais cômodos para a moradia devido a sua modularidade customizável e a facilidade de se prover uma ampliação da fundação (Figuras 16 e 17).

O módulo projetado é também um elemento transportável por caminhões, diretamente da fábrica para que possa ser imediatamente habitado, dotado de conforto e durabilidade provido pela tecnologia, sendo sua casca em concreto armado em painéis pré-fabricados tipo sanduiche para que possam ser colocados materiais termoacústicos em função das condições climáticas do local de assentamento dos módulos (Figuras 18 e 19).

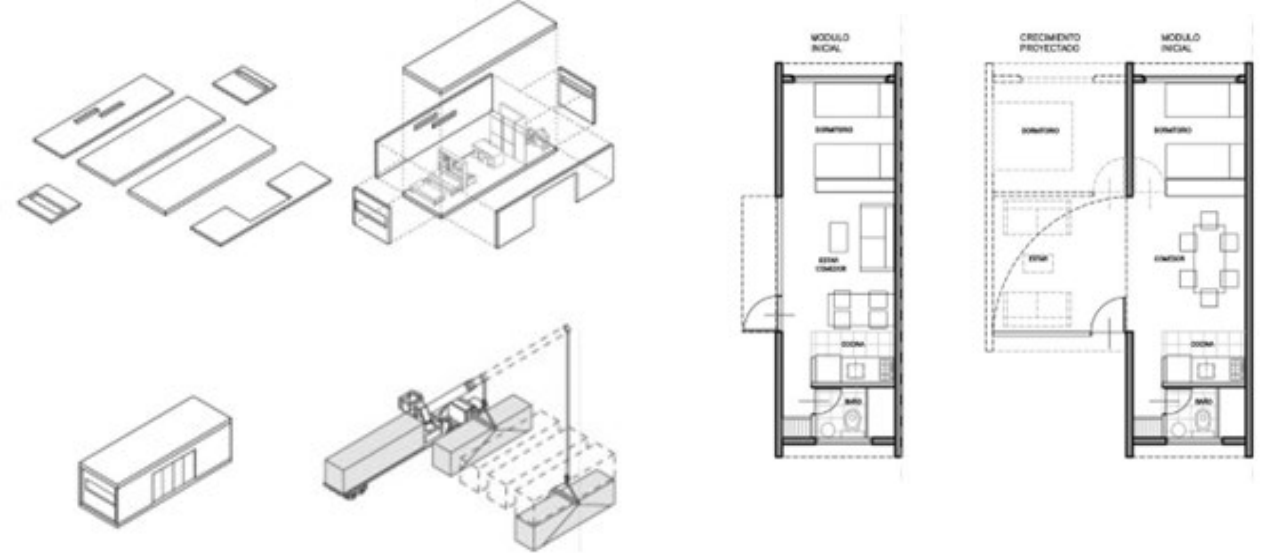
Outro ponto interessante do projeto é a utilização do mobiliário sob medida como divisória do ambiente interno do módulo, separando o espaço em comodidades funcionais, substituindo assim o uso de divisórias estruturais que tornam o módulo mais pesado e menos customizável, por mobiliários móveis e que podem

ser trocados conforme o desejo de quem habita. Ademais, a sutileza fachadista dos módulos é outro ponto a se observar, pois as casas não se impõem no ambiente, já que a simplicidade da forma e o uso de esquadrias convencionais permitem que elas se fundam à paisagem do entorno, e com as cores individualizadas apenas nas fachadas menores é suficiente para diferenciá-las entre si (Figura 20)..

O projeto das residências modulares faz parte do MOBA, um projeto social destinado a habitação progressiva, que entregue eficiência, durabilidade e possibilidade de ampliação em baixo custo, de modo a atender demandas urgentes e emergenciais em função da vulnerabilidade social de grupos e/ou em situações de desastres naturais. Para tanto, as habitações desenvolvidas são transportáveis para que cheguem em quaisquer lugares e ofereçam abrigo imediato, e posteriormente possam se tornar habitações definitivas, por meio da arquitetura de sistema construtivo pré-moldado, mais sustentável, rápido, econômico e de impacto socioambiental positivo (Figura 22).

Ademais, o MOBA estimula a geração de emprego local por meio de capacitações de construção aos moradores do entorno, com uma participação da vizinhança que agregue vivências e consciência coletiva da cooperação e do habitar (MOBA, 2024).

Figuras 16 e 17 - Planta e diagrama dos módulos habitacionais.



Fonte: 4L ARQ. Archdaily, 2013.

Figuras 18 e 19 - Elementos construtivos modulares e execução da fundação.



Fonte: 4L ARQ. Archdaily, 2013.

Figura 20 - Corte perspectivado da habitação.



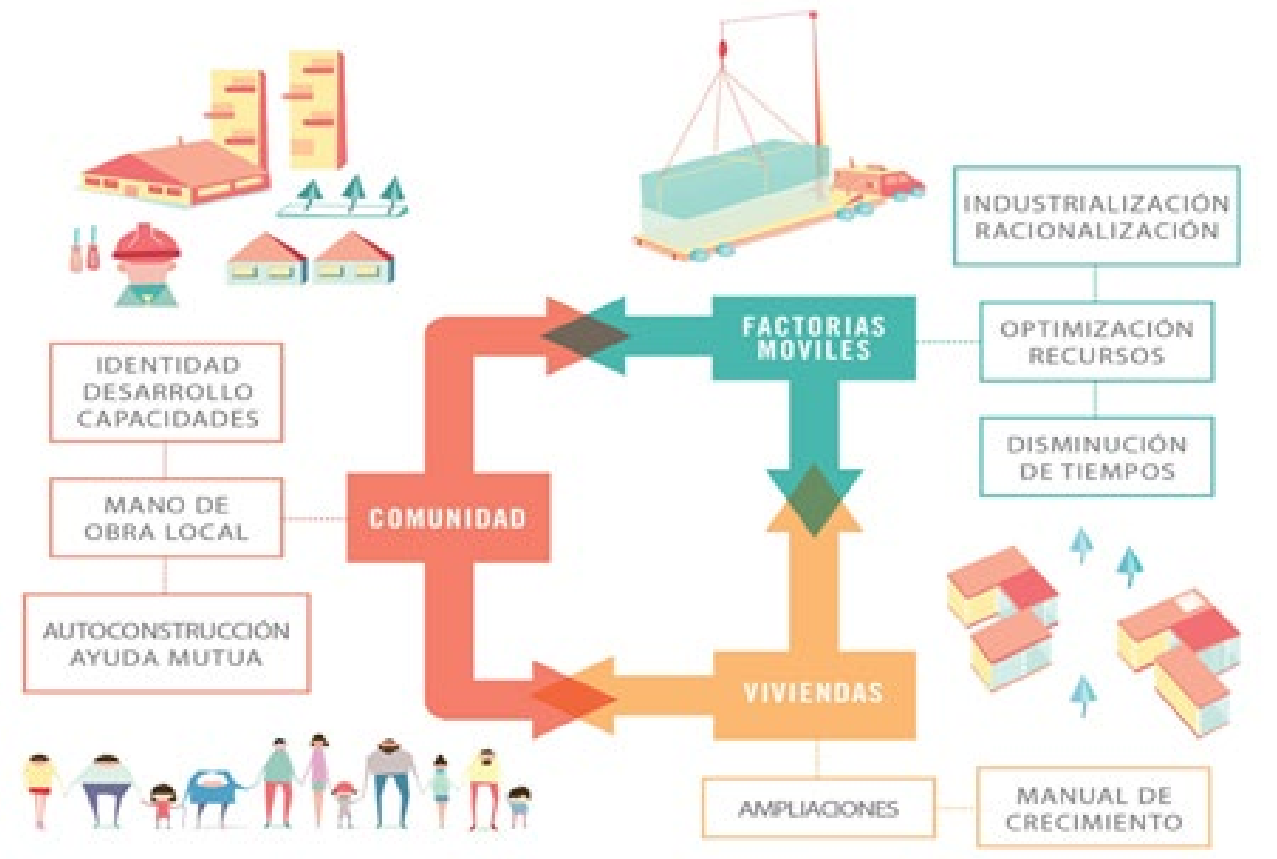
Fonte: 4L ARQ. Archdaily, 2013.

Figura 21 - Corte perspectivado da habitação.



Fonte: 4L ARQ. Archdaily, 2013.

Figuras 21 - Diagrama de funcionamento do MOBA.



Fonte: MOBA, 2024.

2.3 Peluquería Diego Guerrero / Carol Burton

Este estudo de caso interessa à parte de promoção do ofício da moradia transitória proposta neste trabalho final de graduação, de modo a elucidar a setorização e funcionalidade do programa requerido por um salão de cabeleireiro pequeno e que trabalha a arquitetura de fachada alinhada ao passeio público, como uma vitrine, e devido à sua localização em um centro urbano consolidado, que requer maior sensibilidade para estabelecimento de diálogo com entorno..

Assim, a renovação do salão de cabeleireiro de Diego Guerrero, projeto de Carol Burton, localizada em um tecido urbano tradicional na cidade de Córdoba, Argentina, possui uma área de 43 m² em função da proposta se tratar de reabilitação de uma antiga casa em espaço comercial, em que o objetivo era estabelecer uma relação estética contemporânea, porém coerente com os valores tradicionais do corpo existente e de seu contexto (Figura 23) (Archdaily, 2017).

Figura 23 - Interior à fachada do salão de cabeleireiro.



Fonte: Archdaily, 2017.

Dessa forma, a fachada recebe uma grande abertura com vidro, típica de salões de cabeleireiro em que se estabelece uma relação de transparência entre o cliente e o trabalhador (Figura 24), além do mobiliário pensado em medidas mínimas e adaptáveis para permitir maior circulação no ambiente e flexibilidade para a movimentação de objetos e pessoas conforme a demanda do trabalho (Figuras 26, 27 e 28). Todo a escolha de materiais segue cores neutras e texturas rústicas, propondo uma releitura dos elementos tradicionais em gosto contemporâneo,

com pisos padronizados, uso de madeira e concreto exposto da estrutura antiga, bem como uma sala intimista para convivência ao longo da espera (Figura 25).

Figuras 24 e 25 - À esquerda, salão de espera e corte. À direita, salão de convivência.



Fonte: Archdaily, 2017.

Figura 26 - Planta humanizada.



Fonte: Archdaily, 2017.

Figuras 27 e 28 - Vistas humanizadas.



Fonte: Archdaily, 2017.

2.4 Restaurante Mocotó / LAB Arquitetos

Por último, o restaurante Mocotó, localizado na Zona Norte de São Paulo, interessa igualmente à proposta deste trabalho, no que diz respeito ao ofício a ser empregado no programa habitacional, devido à escolha baseada em aplicação de questionários a ser apresentada em capítulos seguintes, unindo tradição e contemporaneidade em uma proposta que dialoga com o entorno e o público.

Inicialmente, o restaurante surge na década de 1970 com o objetivo de ser um bar e empório de culinária nordestina, e que atualmente compõe um conjunto de 3 partes devido às ampliações visadas (Marquez, on-line), somando 1411 m². Dessa forma, o antigo empório de arquitetura simples foi expandido e recebeu elementos de design remetentes à cultura nordestina, com madeira rústica nos brises e esquadrias, guarda-corpos em formato de meia porta malhada, cores do sertão, grafites que reinterpretem as xilogravuras de cordéis, e com configuração arquitetônica de uma varanda convidativa à espera, grandes aberturas na fachada alinhada à calçada, mesas intimistas, cozinhas semiabertas para maior visibilidade dos clientes, e o uso de materiais de fácil manutenção para espaços de alimentação, como os azulejos cerâmicos coloridos.

É um conjunto que contempla a tradição das raízes nordestinas e a contemporaneidade no uso de materiais funcionais e que não produzem um falso histórico, respeitando também as construções já existentes que foram adaptadas para o recebimento das expansões.

Figura 29 - Fachada do Esquina Mocotó, restaurante Mocotó e Pracinha Mocotó (da esquerda para a direita).



Fonte: LAB Arquitetos, 2019.

Figura 30 - Esquina Mocotó.



Fonte: LAB Arquitetos, 2019.

Figura 31 - Salão do restaurante.



Fonte: LAB Arquitetos, 2019.

Figura 32 - Hall da Pracinha Mocotó.



Fonte: LAB Arquitetos, 2019.

Figura 32 - Salão da Pracinha Mocotó.



Fonte: LAB Arquitetos, 2019.

03 METODOLOGIA

O método deste trabalho tem por objetivo revisar a literatura sobre habitação e centros de acolhida para mães solo e elaborar o projeto de arquitetura para moradia transitória de mães solo e seus filhos em situação de vulnerabilidade social, residentes na cidade de São Paulo, com base no programa de Centro de Acolhida Especial (CAE) da Prefeitura Municipal de São Paulo.

Com base na dialogia na arquitetura, a metodologia compreende 3 etapas:

01 A primeira etapa da metodologia deste trabalho consiste em uma abordagem teórica a respeito da habitação e os padrões sobre o ato de habitar, moradia adequada, sustentabilidade e fundamentação da arquitetura dialógica, de modo a embasar o referencial teórico para aplicação projetual. Posteriormente, uma síntese de informações e dados por meio de pesquisas acerca da temática de mães solo no Brasil, na cidade de São Paulo e o déficit habitacional das famílias monoparentais chefiadas por mulheres para maior compreensão da problemática a ser estudada, bem como pontuações sobre a proteção integral à primeira infância, uma vez que o projeto entendido lida com questões de gênero e infância. E, para subsidiar exemplos de aplicação, é realizado levantamento de estudos de caso de moradias transitórias voltadas a mulheres e crianças.

02 A segunda etapa da metodologia, de maneira a validar a escolha da localidade do projeto a ser implantado, consiste no estudo do contexto, o Distrito da Penha de França, a partir dos parâmetros físico geográfico, urbanas e arquitetônicas (Quadro 07), de modo a compreender a composição do tecido urbano para a compreensão das potencialidades locais e padrões arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos a serem mantidos e/ou aperfeiçoados de maneira contemporânea na proposta projetual.

Ainda, um breve resgate histórico é considerado para melhor orientar a aplicação dos princípios apresentados pela metodologia da arquitetura dialógica em contexto histórico ou contexto urbano consolidado.

Quadro 7- Parâmetros para análise do contexto do distrito da Penha de França e do lote de intervenção.	
Parâmetros	Crítérios
Físico-geográficas	Topografia, clima, orientação solar, ventos.
Arquitetônicas	Construções preexistentes no entorno, segundo os estilos, gabaritos, formas, texturas e materiais.
Urbanas	Morfologia urbana, por meio das escalas da rua e do bairro, para entender as relações da moradia transitória com seu contexto. Localização dos equipamentos e serviços coletivos (educação, saúde, lazer, cultura, transporte coletivo), comércio e serviços básicos (quitanda, supermercado, padaria, açougue, farmácia), segundo raios de abrangência delimitados a partir do empreendimento habitacional (Prinz, 1986, Pitts, 2004).
Ambientais	Localização de parques, praças, áreas verdes públicas.
Fonte: Organizado pela autora, 2024.	

03 A terceira etapa se desenvolve a partir da necessidade de identificar quais são as necessidades sociais e espaciais do público visado neste trabalho, a forma de habitar e as vivências coletivas, de modo a viabilizar o programa de necessidades e o anteprojeto de arquitetura. A coleta de dados foi realizada por meio de formulário on-line com mães solo residentes na cidade de São Paulo, com caracterização anonimizada, de modo a compreender a percepção delas sobre os espaços da habitação enquanto coletivos ou individuais, o programa de necessidades de espaços coletivos internos e externos e o ofício a ser empreendido na moradia transitória que julgam necessários. As questões abordadas no formulário on-line estão nos Quadros 8, 9, 10, 11 e 12.

Quadro 8 - Caracterização anonimizada das mães solo e seus filhos residentes na cidade de São Paulo.	
Critério	Caracterização
Idade da mãe	18 a 19 anos; 20 a 24 anos; 25 a 29 anos; 30 a 34 anos; 35 a 39 anos; 40 a 44 anos; 45 a 49 anos; 50 a 54 anos; 55 a 59 anos; 60 anos ou mais
Grau de escolaridade da mãe	Não alfabetizada; Ensino Fundamental; Ensino Médio; Ensino Médio e Técnico; Ensino Superior; Pós-graduação
Número de filhos	1 a 2 filhos; 2 a 4 filhos; 4 ou mais filhos
Situação habitacional atual da família	Em habitação própria; Em habitação cedida; Em habitação alugada; Em habitação transitória
Fonte: Organizado pela autora, 2024.	

Quadro 9 - Percepção das mães solo residentes na cidade de São Paulo sobre os espaços da habitação transitória (padrões individuais e coletivos).		
Espaço e Função	Caracterização	
Dormitório (repouso pessoal)	Individual (mãe solo e filhos em um dormitório próprio)	Coletivo (mães solo e filhos dividem o dormitório, como um quarto compartilhado com outras famílias)
Cozinha (preparo de refeições)	Individual (cada unidade habitacional com a própria cozinha)	Coletivo (cozinha de uso compartilhado)
Sala de jantar (realizar refeições)	Individual (cada unidade habitacional com a própria sala)	Coletivo (sala de jantar de uso compartilhado)
Sala de estar e de TV (descansar e lazer)	Individual (cada unidade habitacional com a própria sala)	Coletivo (sala de estar e TV de uso compartilhado)
Sala de estudos (uso de crianças, jovens e adultos)	Individual (cada unidade habitacional com a própria sala de estudos)	Coletivo (sala de estudos de uso compartilhado)
Banheiro (higiene pessoal)	Individual (cada unidade habitacional com o próprio banheiro)	Coletivo (banheiro de uso compartilhado)
Fraldário (higiene de bebês)	Individual (conjunto ao banheiro individual)	Coletivo (fraldário de uso compartilhado)
Lavanderia (lavar e secar roupas)	Individual (cada unidade habitacional com a própria lavanderia)	Coletivo (lavanderia de uso compartilhado)
Fonte: Organizado pela autora, 2024.		

Quadro 11 - Percepção das mães solo residentes na cidade de São Paulo sobre os equipamentos.	
Âmbito	Equipamentos
Educação	Escola de Educação Infantil; Escola de Ensino Fundamental; Escola de Ensino Médio; Escola de Ensino Técnico; Centros de Ensino; Centro Universitário
Saúde	Posto de Saúde; Centro de Saúde; Hospital Regional; Hospital Especializado; Hospital de Base; Farmácia Popular
Abastecimento	Hortifrutigranjeiro; Mercearia; Feira Livre; Mercado; Supermercado; Hipermercado; Atacado; Rua Comercial; Galeria Comercial; Shopping Center
Esporte e Lazer	Quadra Poliesportiva Comunitária; Praça de Vizinhança; Parque de Bairro; Parque da Cidade; Centro Esportivo

Âmbito	Equipamentos
Cultura	Casa de Cultura; Centro Cultural; Teatro; Museu; Cinema
Mobilidade Urbana	Ponto de Ônibus; Terminal de Ônibus; Estação de Metrô; Estação de Trem; Terminal Rodoviário
Fonte: Organizado pela autora, 2024.	

Quadro 10 - Percepção das mães solo residentes na cidade de São Paulo sobre os espaços comunitários da habitação transitória.	
Espaços comunitários internos e externos	
	Biblioteca
	Brinquedoteca
	Salão para eventos
	Parque infantil
	Bicicletário
	Enfermaria
	Sala para atendimento psicossocial
	Sala de visitas
Fonte: Organizado pela autora, 2024.	

Quadro 12 - Percepção das mães solo residentes na cidade de São Paulo sobre ofícios potenciais ao fortalecimento pessoal e busca de autonomia primeira.	
Ofícios possíveis	
Artesanato de reciclagem	Etiqueta à mesa
Costura voltada ao vestuário	Limpeza doméstica profissional
Cerâmica para a produção de louças	Limpeza hoteleira
Cabeleireiro profissional	Moda e visagismo (auxílio na imagem pessoal)
Gastronomia para preparo de marmitas e outras refeições comercializáveis	Marcenaria para montagem de móveis
Gastronomia para padarias	Técnicas de canteiro de obras para atuação profissional de assistente de pedreiro
Confeitaria profissional	Pintura de residências profissional
Fonte: Organizado pela autora, 2024.	

Assim, por último, o projeto de arquitetura para moradia transitória de mães solo e seus filhos em situação de vulnerabilidade social é complementado por estudos de implantação no lote de intervenção, a organização espacial das funções de forma a atender ao programa de necessidades estabelecido a partir das análises coletadas pelo método proposto, em atendimento aos parâmetros normativos, literários e metodológicos.

04 ESTUDOS PRELIMINARES

4.1 Justificativa da escolha do distrito

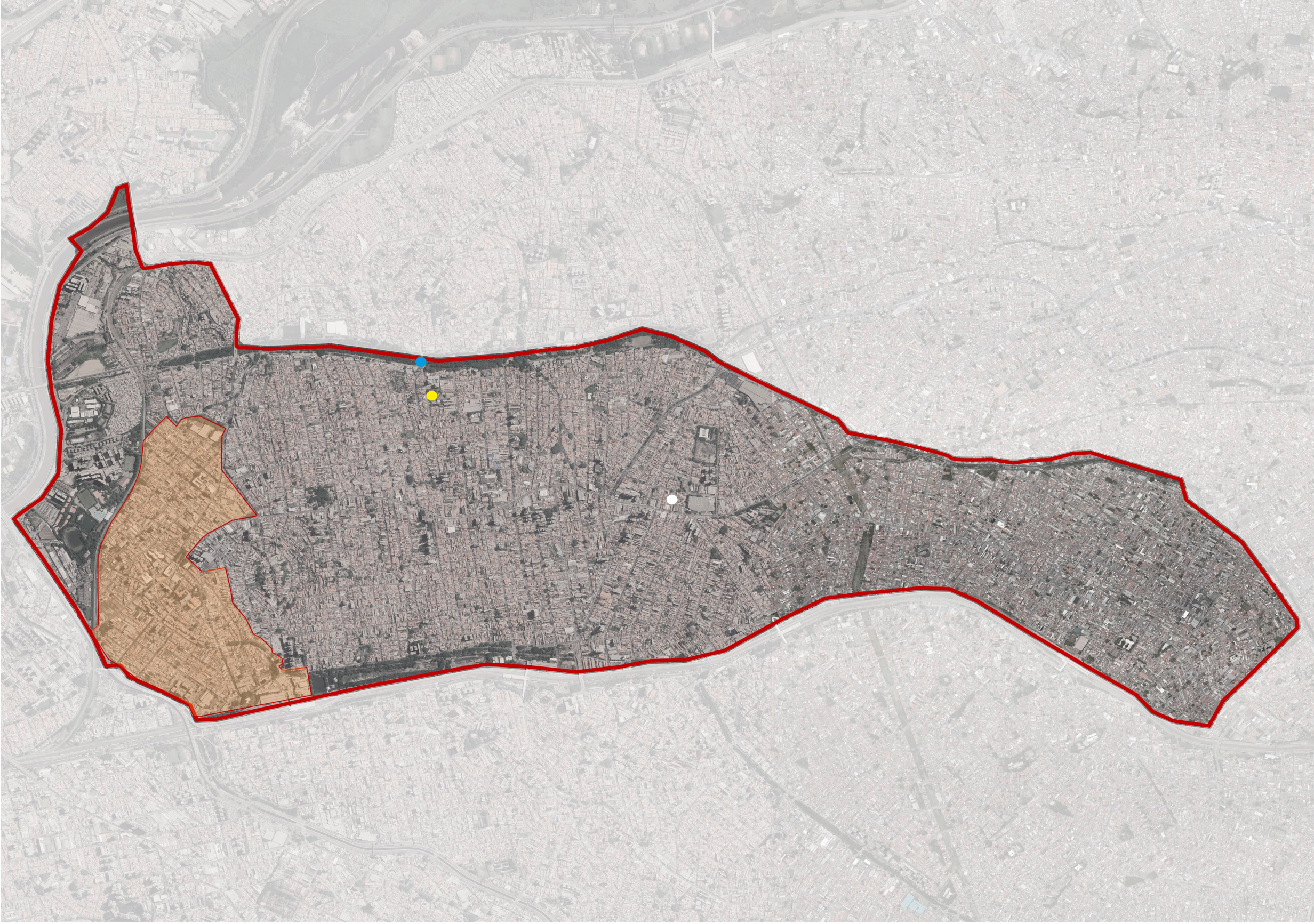
A seleção do distrito para receber a moradia transitória, o distrito da Penha de França, localizado na Zona Leste da cidade de São Paulo, justifica-se primeiro em função da política pública de Centros de Acolhida ser consolidada na região leste, atualmente dotada de 42 Centros de Acolhida (SMADS, 2017), já que é uma região populosa e representa demanda significativa de políticas sociais. Ademais, a única casa transitória destinada a mães gestantes e com bebês de colo está localizada na Zona Sul da cidade de São Paulo, portanto se faz necessária a expansão do modelo para as outras regiões da cidade de modo a viabilizar o programa de maneira mais específica e em mais localidades, já que os dados apresentados anteriormente evidenciam o crescente déficit habitacional de mães solo e seus filhos.

A outra parte da justificativa da escolha do distrito, dentre tantos outros componentes da zona leste da cidade de São Paulo, dá-se pela Penha de França ser um dos primeiros núcleos urbanos periférico e consolidado da cidade, reconhecido devido à sobrevivência no tempo de monumentos arquitetônicos religiosos e culturais, componentes da formação do bairro em uma paisagem diferenciada dos demais núcleos. Ademais, sua importância histórica enquanto território de parada e passagem de viajantes contribuiu em sua consolidação ao longo dos séculos, e que hoje dispõe de equipamentos públicos diversos no setor de educação, saúde, mobilidade urbana, assistência social, emprego, comércio e serviços, acesso cultural e de lazer, dentre outras ofertas presentes em núcleos urbanos consolidados, o que subsidia a compreensão desse tecido enquanto potencial para o recebimento de um equipamento público social, cuja estrutura urbana conta com 3 Centros de Acolhida (ver Figura 34).

Ainda, segundo dados, coletados e interpretados em 2021, da plataforma on-line Negócios SP (Prefeitura de São Paulo, 2021), o distrito possui 53,33% de mulheres, com 47,05% de mulheres empregadas formalmente, majoritariamente na escala etária de 18 a 54 anos (variação de 4615 a 2225 mulheres), sendo a renda média do distrito de R\$2.405,16, mais próxima da média de pessoas sem

instrução ou com instrução até o ensino médio, e predominância da atividade de comércio e varejo, bem como vocação de indústria e economia criativa, o que apresenta uma oportunidade de reinserção econômica para as mães solo que ali irão residir por tempo determinado na moradia transitória, cuja proposta contempla a capacitação profissional e oferta de comércio e serviço na fachada ativa.

Figura 34- Mapa de localização dos Centros de Acolhida Especial no distrito da Penha de França.



Fonte: Base extraída do Google Earth, 2024. Dados extraídos do GeoSampa, 2024. Elaborado pela autora, 2024.



LEGENDA

- Centro de Acolhida Especial para Mulheres Imigrantes - CAEMI Palotinas
- Centro de Acolhida - CA Começar de Novo
- Centro de Acolhida - CA Famílias Penha
- Perímetro distrito da Penha de França
- Perímetro de tombamento SMC/CONPRESP N° 13/2018

N
Sem Escala

4.2 O distrito da Penha de França: breve caracterização histórica e política

O distrito da Penha de França está na área central São Paulo, politicamente inserido na subprefeitura da Penha de França, região Macrorregião Leste 1 da cidade de São Paulo, contendo atualmente sob sua administração os distritos da Penha, Vila Matilde, Cangaíba e Arthur Alvim, totalizando 87 bairros e estimativa de 475 mil habitantes em 2010 (Prefeitura de São Paulo, 2016), e 129.065 mil somente no distrito da Penha de França (Prefeitura de São Paulo, Negócios SP, 2021).

Entretanto, a história do distrito da Penha de França da Zona Leste de São Paulo remonta o aparecimento em cartografias de época entre os séculos XVII e XVIII. O bairro da Penha, segundo Tourinho e Belorte (2016), possui sua formação inicial onde hoje é o território central do distrito, com o início de seu desenho ordenado a partir do topo da colina e seguindo para seu entorno, em função da construção de uma pequena igreja dedicada à Nossa Senhora da Penha, em 1667, que marcava a paisagem colinosa para os viajantes que cruzavam seu caminho em direção ao Rio de Janeiro, a São Paulo de Piratininga ou a Minas Gerais, consolidando-se assim um ponto de paragem de viajantes coloniais e visitantes devotos da Nossa Senhora da Penha de França. Dessa forma, o indicio de aglomeração urbana residente no território da freguesia de Nossa Senhora da Penha de França na segunda metade do século XVII não somente se organizou em torno da atual Catedral de Nossa Senhora da Penha de França, bem como a resistência da população negra no território marca sua presença com a construção da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, em 1802 (Prefeitura de São Paulo, 2016).

Entretanto, com a industrialização e o fomento ao modal ferroviário ao final do século XIX e primeira metade do século XX, a antiga área rural da Penha, marcada por chácaras férteis, pequeno comércio e manufatura e núcleos residenciais espoliados (Prefeitura de São Paulo, 2016), passou a ser urbanizada e permitiu-se a ocupação mais a leste da cidade por imigrantes e operários, modificando assim as dinâmicas sociais do tecido: de território rural e religioso concedido em sistema de sesmarias à território urbanizado e subcentro leste, estabelecendo conexões entre centro e periferia enquanto um território intermediário consolidado (Tourinho e Belorte, 2016). Ademais, com a vinda de imigrantes e migrantes, as trocas culturais e religiosas acontecidas permanecem até os dias atuais no território, materializadas por meio de associações da sociedade civil, festas realizadas na praça das igrejas, carnavais, dentre outras festividades que marcam a paisagem do bairro (Prefeitura de São Paulo, 2016).

Já na segunda metade do século XX, com a expansão da malha urbana na cidade de São Paulo em função de políticas desenvolvimentistas e atrativas, há o estabelecimento de um centro vasto de comércio, serviços e equipamentos públicos relevantes aos moradores do bairro e do entorno, de modo que evoluiu sua condição de território intermediário à condição de subcentro, servindo a população local e das regiões circundantes imediatas sem a necessidade de deslocamentos ao centro histórico de São Paulo (Tourinho e Belorte, 2016).

Tal importância do distrito enquanto um subcentro consolidado se deu em função da periferização da cidade, em que a porção leste do município foi uma das mais intensamente ocupadas pela vinda incessante de mão de obra industrial, consequentemente, o distrito abrigou parte desses trabalhadores e ganhou um caráter residencial melhor definido, e suas áreas lindeiras a leste da cidade abrigaram a outra parte devido aos preços de lotes mais acessíveis, sem infraestrutura urbana apropriada, consolidando-se a moradia em modelo de autoconstrução para as classes populares até meados da década de 1970 (Prefeitura de São Paulo, 2016).

O distrito da Penha de França também recebeu edifícios relevantes à história referente ao período de consolidação do tecido, para além das igrejas, como casarões e benfeitorias, e que foram posteriormente demolidas com o processo de especulação imobiliária ascendente na década de 1980 em frente, criando conflitos visuais na paisagem atual, em que os edifícios sobreviventes históricos religiosos e ou horizontalizados disputam o protagonismo no topo da colina com edificações verticalizadas ao fundo e um entorno periférico em busca de consolidação e urbanização (Tourinho e Belorte, 2016).

A memória patrimonial arquitetônica do distrito é expressiva quando apon-tada na tipologia religiosa, pois foram essas as edificações que sobrevieram aos processos de especulação imobiliária no distrito em função do valor cultural que possuem para resguardar a memória do território e de seus povos na formação de uma identidade coletiva penhense, em que essa arquitetura foi e ainda é palco do exercício de coletividade e cidadania de cada cultura ali existente. É o que Tourinho e Belorte (2016) chamam de "permanências" do bairro, em que a tria-de de igrejas compõem a paisagem da colina histórica, sendo a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Penha (Igreja Velha), Igreja Rosário dos Homens Pretos, tombada pelo CONDEPHAAT em 1982 e pelo CONPRESP em 1991, e a Basílica de Nossa Senhora da Penha, que apesar de recente, representa a demanda religiosa do bairro no século XX e marca substancialmente a paisagem do distrito em função de sua localização no topo de uma colina mais alta em relação à matriz.

Outro patrimônio significativo na porção histórica do distrito é a arquitetura escolar, sendo o Grupo Escolar Santos Dumont e a Escola Estadual Nossa Senhora da Penha, ambas reconhecidas e tombadas pelo CONDEPHAAT e CONPRESP, devido à sua importância histórica, cultural e arquitetônica durante um período de reconhecimento do Estado enquanto provedor de educação básica, em que a arquitetura se expressou enquanto uma organização racional alinhada ao modelo de um programa pedagógico rígido (CONDEPHAAT, 2017).

Atualmente, o distrito da Penha está inserido na Macroárea de Estruturação Metropolitana - MEM (Setor Arco Leste), conforme disposto pelo Plano Diretor Estratégico Lei nº 16.050/14, visando transformações no uso e ocupação do solo para maior oferta de base econômica periférica, e parte na Macroárea de Qualificação da Urbanização - MCU, visando o melhor aproveitamento de terras para oferta de serviços, equipamentos e infraestrutura urbana, além de Eixos de Estrutura-

ção da Transformação Urbana que passam pelas principais avenidas de transporte de massa, adentram o Centro Histórico da Penha e definem diretrizes fundamentais para a melhoria de oferta de usos não residenciais para garantir o desenvolvimento equilibrado da subprefeitura como um todo (Prefeitura de São Paulo, 2016).

O território que compreende unicamente o distrito da Penha de França está dividido em uma pluralidade de zonas, as quais correspondem a Zona Mista (ZM), Zona Centralidade (ZC), Zonas Eixo de Estruturação da Transformação Urbanas existentes e planejadas (ZEU e ZEUp), Zonas Especiais de Preservação Ambiental (ZEPAM) e Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS).

4.3 Escolha do terreno no distrito da Penha de França

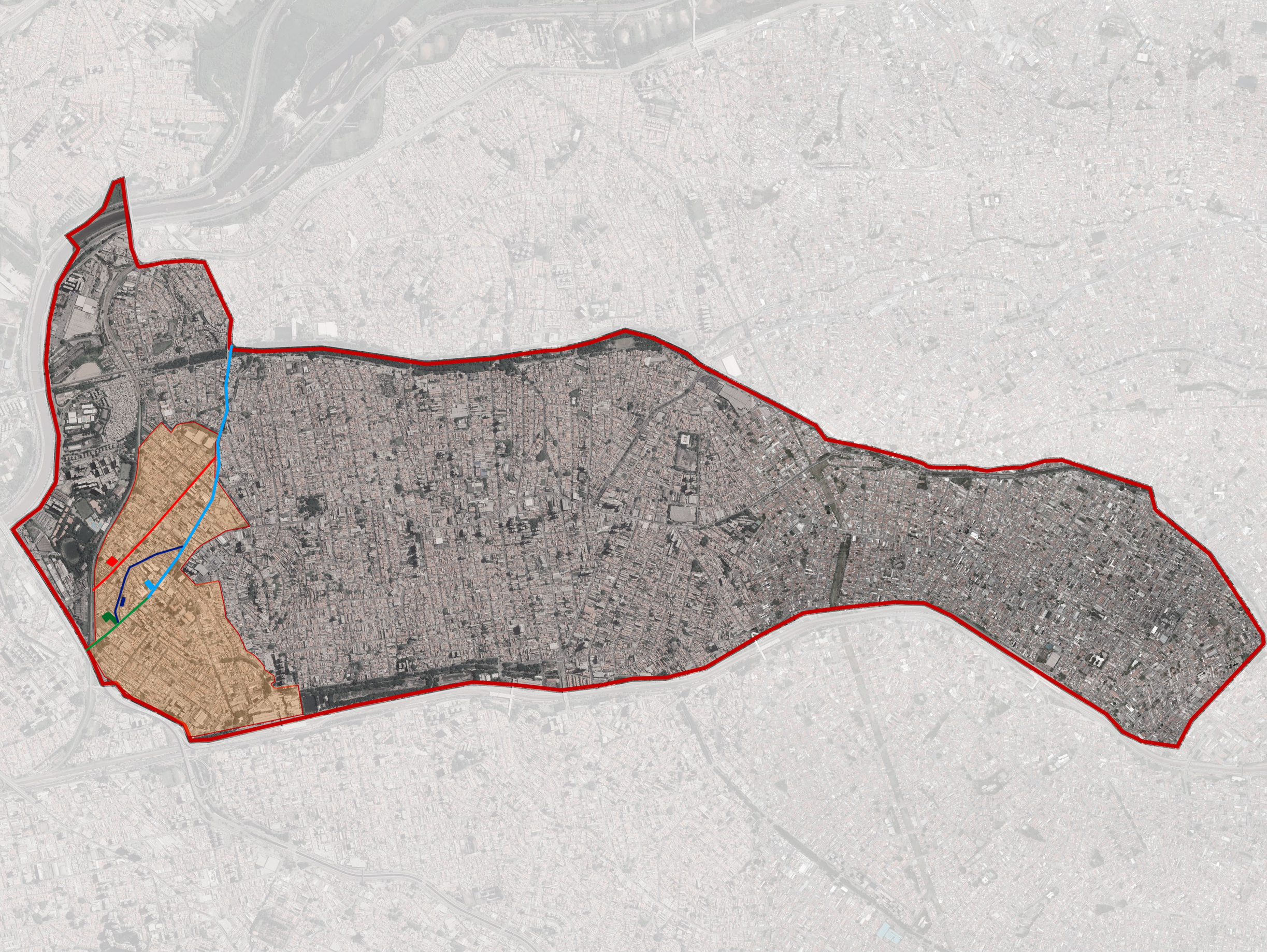
Com o embasamento apresentado anteriormente a respeito das qualidades e caracterizações do distrito, a Figura 35 relaciona os vazios urbanos potenciais que estão inseridos no perímetro de tombamento histórico da Resolução Secretaria Municipal de Cultura – SMC/CONPRESP Nº 13 de 27 de novembro de 2018, de modo a garantir que a localização da moradia transitória seja adequada em função da oferta de equipamentos públicos comunitários, comércio e serviços do contexto imediato, além de proporcionar uma inserção histórica ao objeto proposto de maneira a ressignificar histórias, tanto do contexto em receber mulheres e crianças que podem se apropriar de novas maneiras do lugar, quanto desse público que necessita de proteção social e de um espaço para recomençar de maneira segura.nhora da Penha de França, bem como a resistência da população negra no território marca sua presença com a construção da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, em 1802 (Prefeitura de São Paulo, 2016).

A análise relacionada no Quadro 13 constitui-se a partir da percepção da autora com base em vivências in loco e de levantamento de dados do GeoSampa (2024). Dentre as 4 possibilidades de lotes mapeadas, a que se apresenta de maneira mais adequada à moradia transitória é o Lote 4, pois trata-se de uma localização em via larga e de única direção, portanto com fluxo menor de transporte intenso de pessoas, o que é um diferencial dos outros lotes que se apresentam em importantes vias de mobilidade e, no caso do Lote 1 e 2, de comércio e serviços frequentados ininterruptamente em horários úteis, além de se tratar de uma via residencial que permite uma inserção mais adequada para a moradia transitória, cuja localização necessita ser adequada e próxima de importantes equipamentos públicos de saúde, educação, serviços, bem como de comércios de subsistência, entretanto necessita também da inserção em um contexto residencial mais consolidado de modo a garantir a proteção do público alvo, sem localidade evidente em meio a uma região comercial muito frequentada, ou em uma via insegura devido ao alto fluxo de veículos ao longo do dia. Ademais, o contexto do Lote 4 é potencial à proposição da moradia transitória no quesito de seu ofício, pois a promoção de uma fachada ativa integrante da paisagem pode viabilizar novos usos aos moradores e frequentadores

locais, como os estudantes, para um acesso mais convidativo e seguro à esta porção da cidade pouco utilizada para a permanência de pedestres, mesmo que curta.

Quadro 13 - Análise das vias dos lotes selecionados.	
Lote	Cacacterização da via de inserção
1	O lote está localizado na Avenida Penha de França, principal eixo de mobilidade urbana na conexão entre a Penha e os distritos do entorno. É um lote em meio ao tecido urbano histórico, portanto com movimentação assidua no acesso da população local e de regiões imediatas aos equipamentos públicos, comércio e serviços durante horários úteis do comércio ao longo de toda semana, e nada movimentada à noite devido à ausência de residências
2	O lote está localizado na Rua Comendador Cantinho, eixo fundamental de mobilidade urbana na conexão entre distritos remotos com o centro da cidade, pois se trata de um desvio de rota do centro urbano que concentra os primeiros edifícios e uma malha urbana mais estreita, portanto é uma via de grande movimentação veicular e de permanência curta por concentrar mais pontos de ônibus com linhas que levam embora os diversos trabalhadores e estudantes da região, tornando-se uma via vazia à noite e nos finais de semana
3	O lote está localizado na Rua Coronel Rodovalho, importante via que marca um dos pontos de entrada e saída do distrito, estabelecendo a relação do distrito para com seu entorno enquanto uma região de subcentro intermediário que conecta centro e periferia, pois dá acesso à Avenida Celso Garcia, importante eixo que segue até o Brás, porém sem a presença de comércios e serviços significativos para o movimento de pedestres, com maior concentração de movimentação veicular rápida e de passagem
4	O lote está localizado na Rua Padre Benedito de Camargo, uma via local de uso misto residencial, comercial e de serviços, um eixo de mobilidade também misto com a passagem mais significativa de carros e ônibus ao final da tarde, porém com importantes entre duas importantes vias de mobilidade, a Rua Rodovalho Junior e a Rua Comendador Cantinho, cruzando na diagonal o distrito da Penha em conexão com os distritos do entorno, porém sem movimento de pedestres significativo em função da ausência de equipamentos atrativos, constituindo exceção para os horários de entrada e saída escolar da EE Nossa Senhora da Penha
Fonte: Autora, 2024.	

Figura 34- Mapa de lotes potenciais no centro tombado da Penha de França.



Fonte: Base extraída do Google Earth, 2024. Dados extraídos do GeoSampa, 2024. Elaborado pela autora, 2024.

LOCALIZAÇÃO
SUBPREFEITURA



LEGENDA

Lote 1 - 2.493 m²

Lotes 2 - 1.078 m²

Lotes 3 - 2.989 m²

Lote 4 - 2.212 m²

Av. Penha de França

R. Comendador
Cantinho

R. Cel. Rodovalho

R. Pe. Benedito de
Camargo

Perímetro distrito
da Penha de
França

Perímetro de
tombamento
SMC/CONPRES
Nº 13/2018



O mapa a seguir (Figura 36) contribui na compreensão da característica viária onde está o lote 4 e das vias circundantes da quadra de inserção do lote, pois nota-se que a rua principal, a Rua Padre Benedito de Camargo, é caracterizada como uma via arterial segundo dados do GeoSampa (2024) pela definição hierárquica da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), ou seja, responsável por conexões entre diferentes regiões da cidade, neste caso forma um rasgo no distrito da Penha que conecta vias tanto em direção ao centro quanto às demais partes da zona leste da cidade, com cruzamentos semaforizados para passagem de pedestres e de acesso às vias coletoras e locais, em que a velocidade de rodagem é de 40 Km/h, com exceção para o trecho da quadra institucional onde está uma escola, com velocidade de 30 Km/h em função do perímetro escolar. Ademais, a via possui faixa exclusiva de ônibus para o uso durante o trânsito intenso do período vespertino, em que o deslocamento centro-periferia é significativo a via é unidirecional, e as demais ruas que circundam a quadra, nas laterais menores são coletoras de trânsito, enquanto a do lado maior atrás também é arterial com as mesmas características.

Quanto ao uso e ocupação da Rua Padre Benedito de Camargo, o mapa expõe uma relação dos lotes que compõem a fachada dessa, evidenciando uma pluralidade de usos, com predominância para residencial e serviço, em muitos casos mistos, já que há uma repetição de empreendimentos habitacionais antigos oriundos de desdobro de lote, com 2, 3 ou 4 unidades geminadas que servem tanto para o uso residencial, quanto para comércio e/ou serviços, sejam elas térreas com usos alternados, ou com térreo em fachada ativa e pavimento superior residencial (Figuras 37 e 38). A presença comercial é pouca e voltada a pequenos restaurantes, alguns prédios residenciais e empresariais se fazem presentes, porém não em quantidade significativa, e a única instituição presente na via é a Escola Estadual Nossa Senhora da Penha, voltada ao público de Ensino Médio.

Com o lote de intervenção escolhido e compreendida a caracterização da via de inserção, é preciso identificar as necessidades do público a ser atendido, as potencialidades da localização da moradia transitória, bem como suas deficiências, de modo que o projeto se viabilize também como integrador e reabilitador da paisagem residencial que sobrevive e resiste no perímetro tombado do distrito, o qual tem sofrido com desapropriações constantes para a implementação de novos empreendimentos imobiliários e de privatizações. Assim, as análises do próximo tópico contribuem com tais constatações e com o delineamento do programa de necessidades.

Figura 37 - Exemplo de adensamento construtivo em desdobro de lote com fachada ativa na Rua Padre Benedito de Camargo.



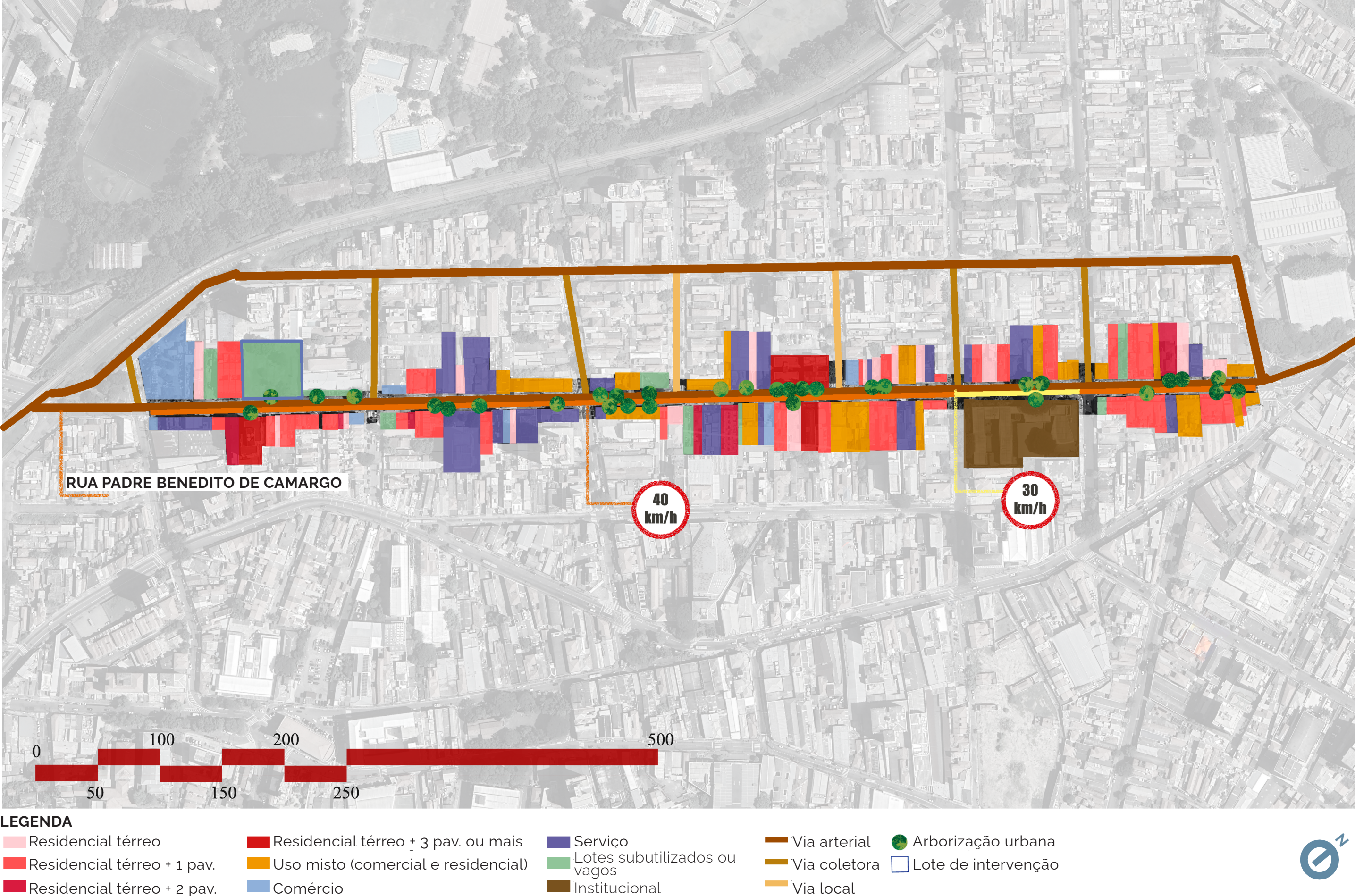
Fonte: Google Street View, 2024.

Figura 38 - Exemplo de adensamento construtivo em desdobro de lote com 1 e 2 pavimentos, uso residencial e de serviços.



Fonte: Google Street View, 2024.

Figura 36 - Caracterização viária da quadra do lote de intervenção e quadras lindeiras, uso e ocupação da Rua Padre Benedito de Camargo.



4.4 Programa de necessidades

A coleta de dados obtida para definir o programa de necessidades foi realizado por meio de formulário on-line divulgado por canais de comunicação diversos, aplicado entre 18/04/2024 e 18/05/2024, de maneira anonimizada e apenas com o objetivo de obtenção da opinião pública, visou a resposta de mães solo residentes na cidade de São Paulo, independentemente do local de origem, maiores de 18 anos independentemente da idade de concepção do primeiro filho, a respeito das suas necessidades espaciais quanto ao programa de uma moradia transitória, bem como em relação à cidade, uma vez que a cidade de São Paulo possui peculiaridades de mobilidade urbana devido ao seu caráter de capital do estado.

As questões abordadas no formulário on-line são: caracterização dos entrevistados (idade, gênero, estado civil, grau de escolaridade, ocupação, composição familiar), espaços da habitação e cidade, ofício potencial a ser empreendido.

4.4.1 Caracterização da amostra

A caracterização anonimizada da amostra de mães solo residentes na cidade de São Paulo compreende mães com filhos de diversas idades, uma vez que não houve restrição para a coleta de opinião pública, com a única exigência de que fossem mães solo maiores de 18 anos, independente da idade de concepção do primeiro filho.

Dessa forma, o público de 15 adultas, número similar à quantidade de famílias a serem contempladas pelo projeto, caracteriza-se como plural, com predominância de mães solo na faixa etária de 35 a 39 anos (38,5%), grau de escolaridade bem distribuído entre pós-graduação (30,8%), ensino superior (23,1%) e ensino médio (23,1%) (ver Figuras 39 e 40). Quanto à caracterização da família, para o número de filhos predomina de 1 a 2 (76,92%), e referente à situação habitacional predomina parcialmente a situação de habitação própria (61,54%), enquanto o restante se distribui em habitação cedida e alugada (ver Figuras 41 e 42).

Figura 39 – Caracterização da amostra de mães (faixa etária).

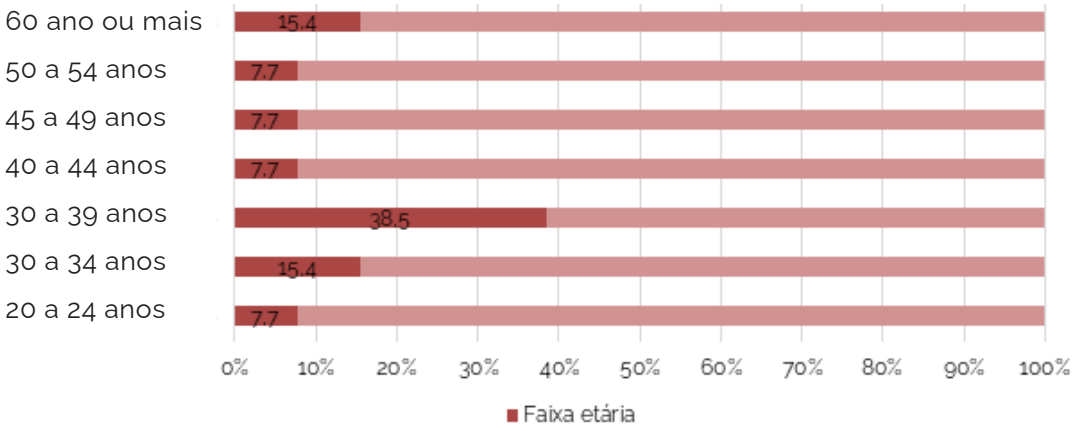


Figura 40 – Caracterização da amostra de mães (grau de escolaridade).

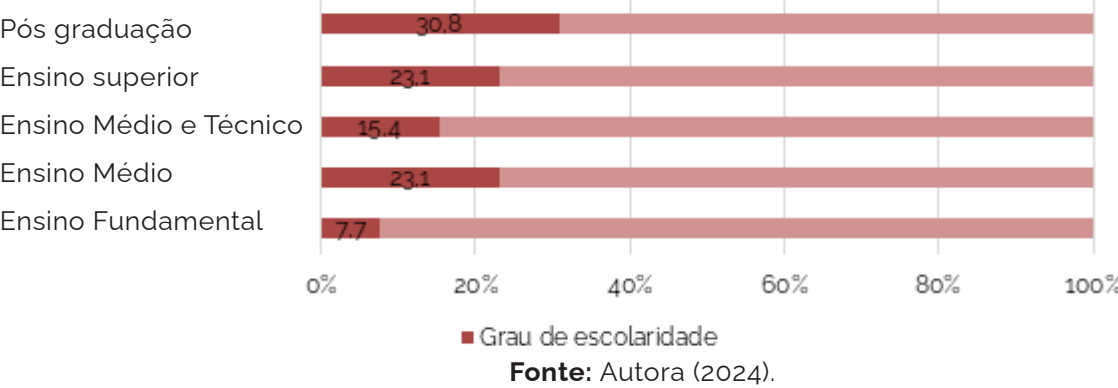


Figura 41 – Caracterização da família (número de filhos).

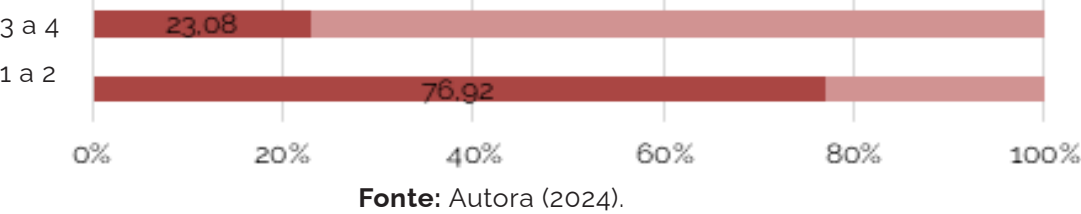
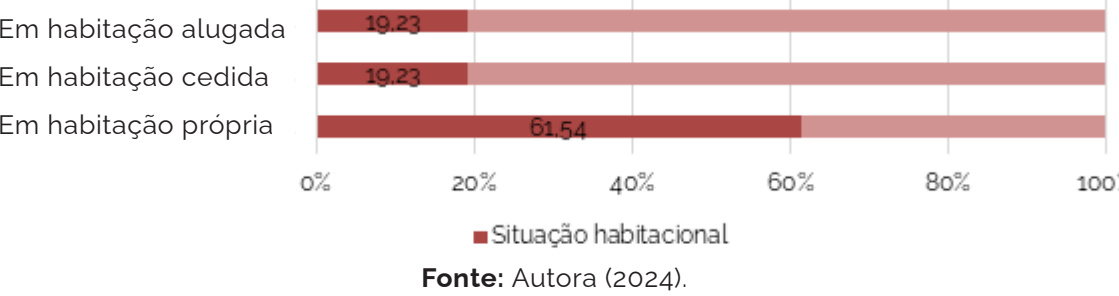


Figura 42 – Caracterização da família (situação habitacional).

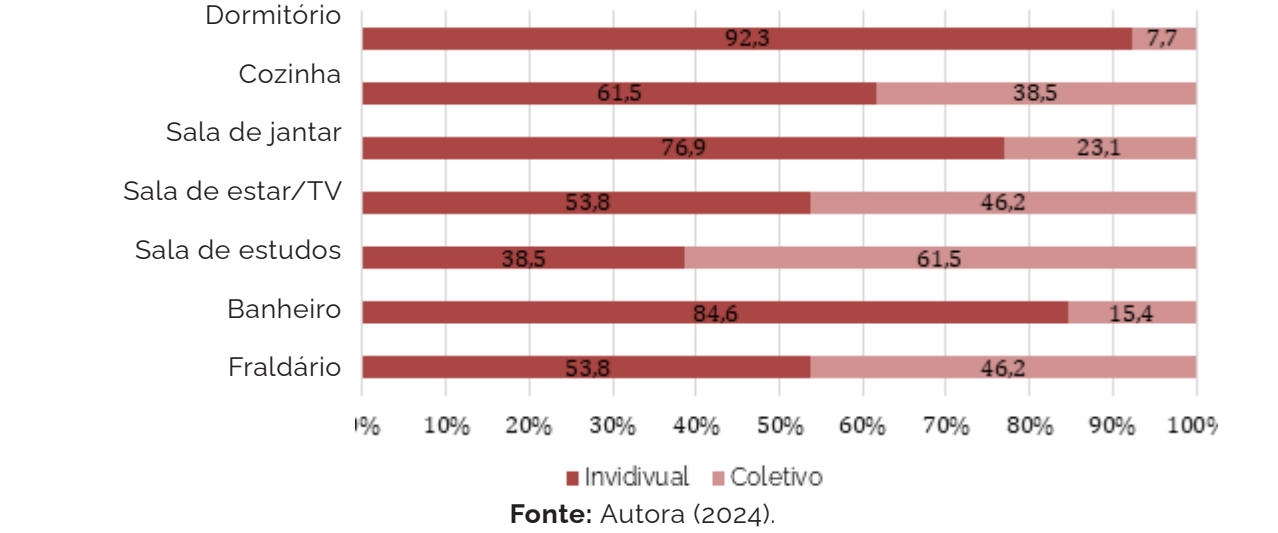


4.4.2 Percepção de mães solo residentes na cidade de São Paulo quanto aos espaços da habitação

O gráfico evidencia um perfil protecionista do público para com suas famílias, requerendo o direito de estar em sua individualidade com seus filhos de maneira segura quando relacionado aos espaços usuais da habitação.

Com relação aos espaços individuais da habitação, a maioria das entrevistadas (92,3%) prefere o dormitório individual, e 61,5% consideram a cozinha, 76,9% a sala de jantar, 53,8% a sala de estar e tv, 84,6% banheiro e 53,8% o fraldário como individuais. Já com relação aos espaços serem coletivos, a maioria das entrevistadas considera apenas a sala de estudos (61,5%) (Figura 43).

Figura 43 – Percepção das mães solo residentes na cidade de São Paulo sobre os espaços da habitação transitória (padrões individuais e coletivos)

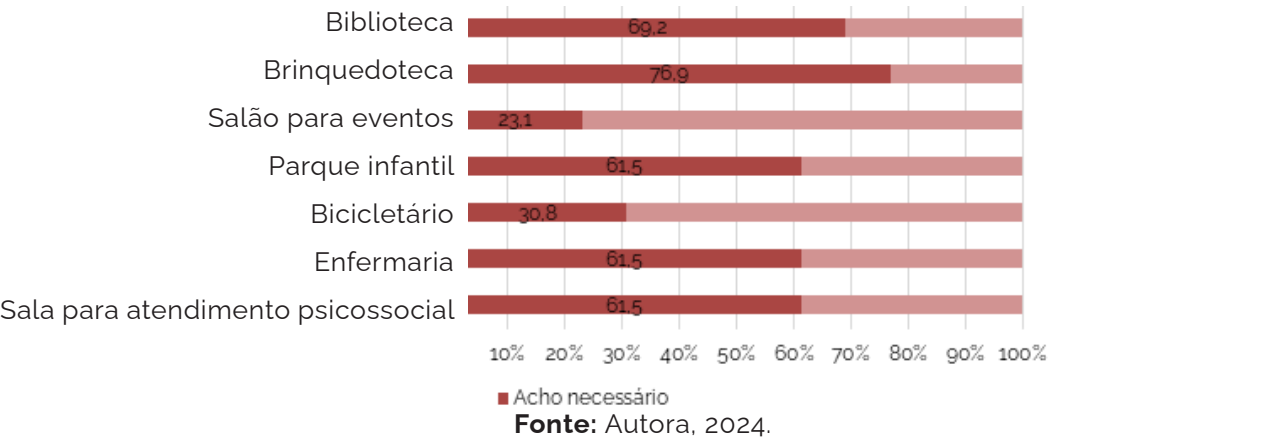


4.4.3 Percepção de mães solo residentes na cidade de São Paulo quanto aos espaços comunitários da moradia transitória

Os espaços julgados como necessários nesta coleta de dados para o público-alvo evidenciam uma preferência para espaços que permitem práticas lúdicas e autodesenvolvimento para bebês e crianças, bem como espaços que garantam o atendimento básico de saúde física e psicológica de todas as partes, enquanto o menos requerido é o salão para eventos. A sala de visitas também apresenta porcentagem significativa, o que sugere o anseio destas mães solo em dispor de um espaço comunal para receber pessoas externas à moradia, ainda que transitória e coletiva, possivelmente familiares e relativos, e que eventualmente garanta a sociabilidade segura das famílias que ali residem por tempo determinado.

Consideram ser necessário pela maioria das entrevistadas, biblioteca (69,2%), brinquedoteca (76,9%), parque infantil (61,5%). Não consideram necessário o salão para eventos (23,1%) e bicicletário (30,8%) (Figura 44).

Figura 44 – Percepção das mães solo residentes na cidade de São Paulo sobre os espaços comunitários internos e externos da habitação transitória coletivos)

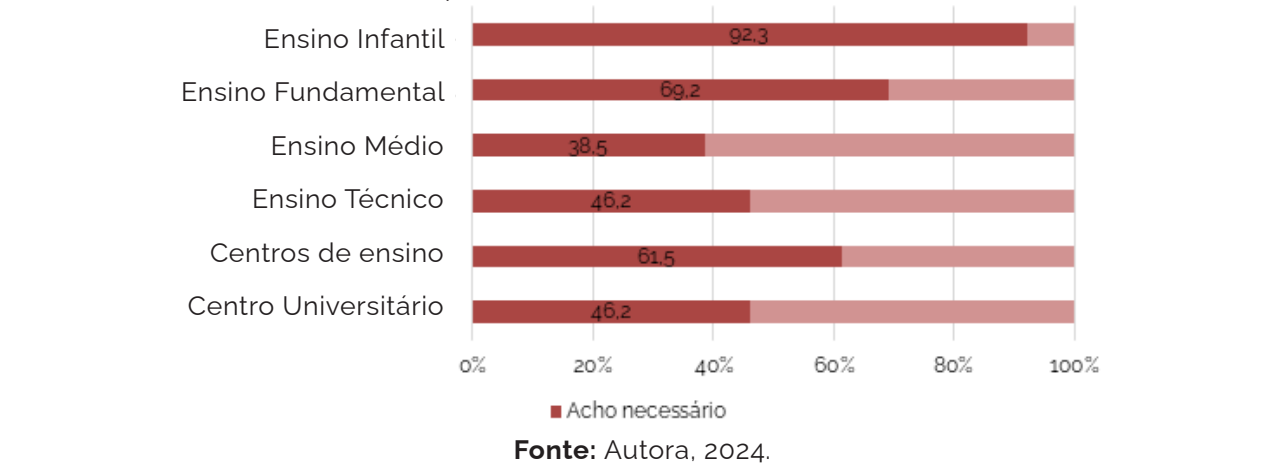


4.4.4 Percepção de mães solo residentes na cidade de São Paulo quanto aos equipamentos públicos do bairro: educação

As escolas de educação infantil são evidentemente as mais requeridas pelas mães solo (92,3%), bem como de ensino fundamental (69,2%), uma vez que bebês e crianças não possuem autonomia de locomoção e demandam do transporte por adultos responsáveis. Portanto, a proximidade do equipamento à moradia é um facilitador para a rotina das mães solo, de modo que possam deixar seus filhos em lugar seguro, por meio de locomoção simples, e disponham de tempo individual.

Centros de ensino também são considerados necessários pelas entrevistadas (61,5%). Apenas uma minoria considera que deve haver no bairro escola de ensino médio (38,5%), escola de ensino técnico (46,2%) e centro universitário (46,2%) (Figura 45).

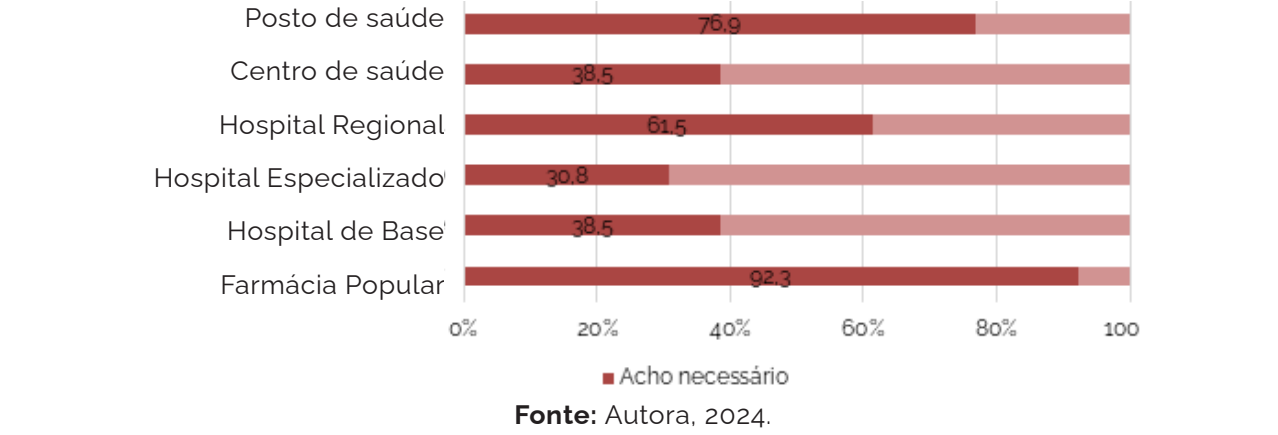
Figura 45 – Percepção das mães solo residentes na cidade de São Paulo sobre os equipamentos públicos da cidade (educação)



4.4.5 Percepção de mães solo residentes na cidade de São Paulo quanto aos equipamentos públicos do bairro: saúde

Sobre os equipamentos de saúde, a demanda é majoritariamente da proximidade da moradia para com farmácias e postos de saúde, uma vez que são equipamentos fundamentais à garantia de saúde básica cotidiana, como atendimento ao calendário de vacina de bebês e crianças, acesso facilitado a consultas médicas, pequenas emergências, e serviços de obtenção de medicamentos (Figura 46).

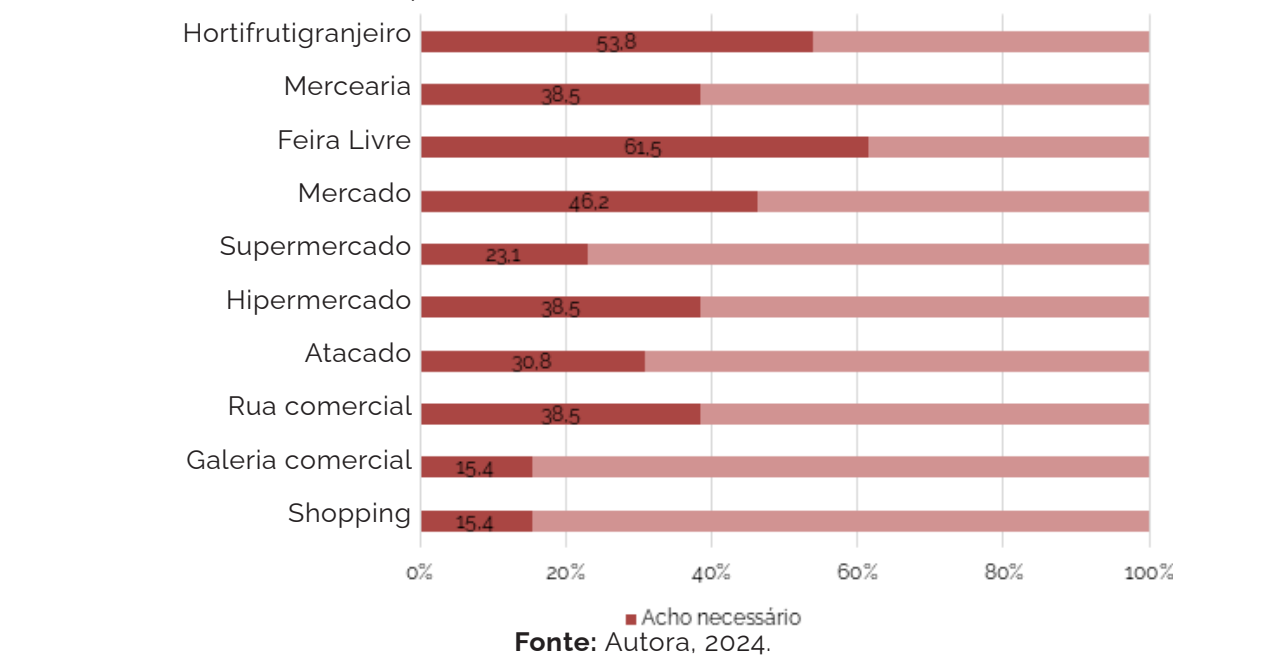
Figura 46 – Percepção das mães solo residentes na cidade de São Paulo sobre os equipamentos públicos da cidade (saúde).



4.4.6 Percepção de mães solo residentes na cidade de São Paulo quanto aos equipamentos públicos do bairro: abastecimento

Referente ao acesso a equipamentos de abastecimento básico no entorno da moradia transitória, como alimentos, itens utilitários, higiene pessoal etc., os mais visados pelo público-alvo são estabelecimentos hortifrutigranjeiros e locais de feira livre, possivelmente por oferecerem alimentos naturais e frescos, enquanto os estabelecimentos para comércio de alimentos industrializados e itens utilitários possuem demanda uniforme, não muito requeridos enquanto necessários para abastecimento básico (Figura 47).

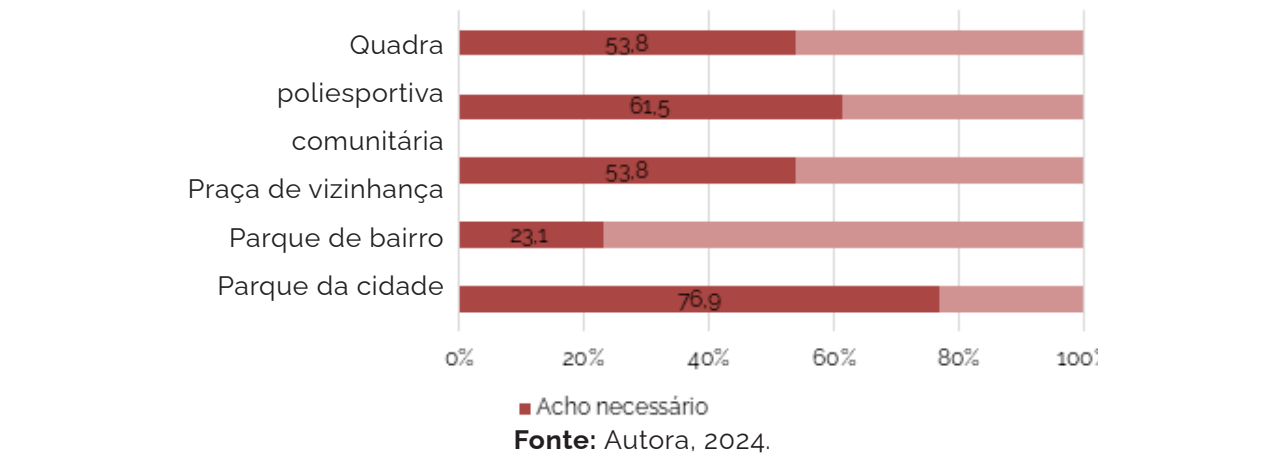
Figura 47 – Percepção das mães solo residentes na cidade de São Paulo sobre os equipamentos públicos da cidade (abastecimento).



4.4.7 Percepção de mães solo residentes na cidade de São Paulo quanto aos equipamentos públicos do bairro: esporte e lazer

Quanto à necessidade de equipamentos capazes de proporcionar lazer, observa-se uma demanda significativa para centros esportivos e praças de vizinhança, equipamentos de escalas diferentes, mas que denotam a necessidade de espaços verdes públicos qualificados para o exercício do ócio, lazer e contemplação para todos os públicos da moradia transitória, uma vez que se tratam de equipamentos não usuais no programa habitacional, entretanto essenciais para o desenvolvimento físico e social de crianças e adolescentes, pelo brincar e socializar, bem como para adultos no autocuidado físico e psicológico (Figura 48).

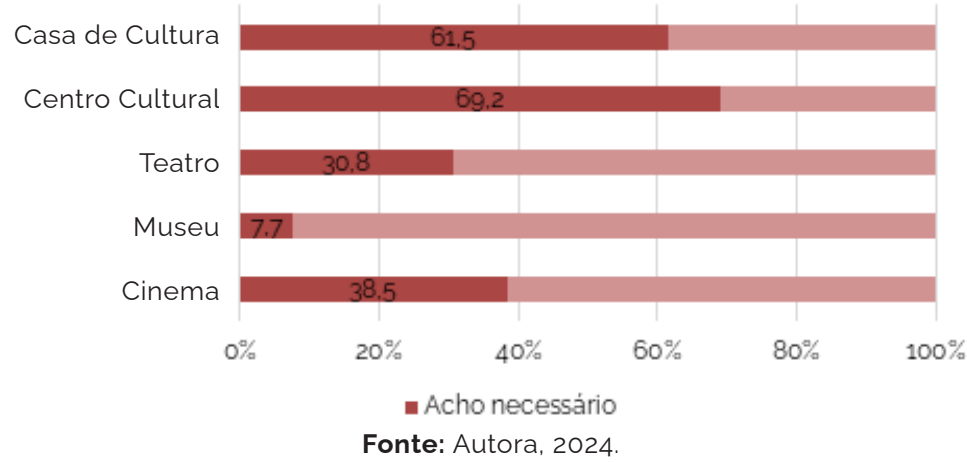
Figura 48 – Percepção das mães solo residentes na cidade de São Paulo sobre os equipamentos públicos da cidade (esporte e lazer).



4.4.8 Percepção de mães solo residentes na cidade de São Paulo quanto aos equipamentos públicos do bairro: cultura

Já a demanda de acesso a equipamentos de cultura no entorno próximo da moradia transitória é maior para centros culturais e casas de cultura, possivelmente em função da maior completude programática desses equipamentos em ofertar espaços para o exercício de diversos tipos de atividades culturais, como oficinas, cursos, peças de teatro, musicais, pequenos shows etc., além de promoverem um senso maior de pertencimento entre a população local e o contexto de inserção do equipamento, uma vez que se tornam um espaço de continua visitação para usufruto da programação cultural e estabelecimento de relações interpessoais entre os moradores do distrito (Figura 49).

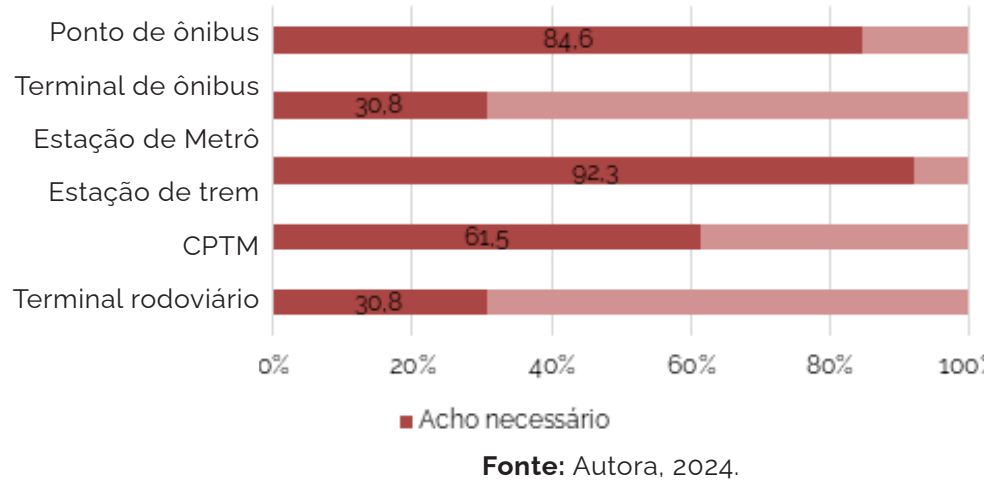
Figura 49 – Percepção das mães solo residentes na cidade de São Paulo sobre os equipamentos públicos da cidade (cultura).



4.4.9 Percepção de mães solo residentes na cidade de São Paulo quanto aos equipamentos públicos do bairro: mobilidade urbana

Por fim da análise de equipamentos requeridos, os de mobilidade urbana demandados no entorno da moradia transitória pelo público de mães solo residentes na cidade de São Paulo, evidencia o gráfico abaixo, são pontos de ônibus e estações de trem metropolitano os mais requeridos, o que demonstra a relação interdependente da cidade na locomoção de pessoas associada a etapas: andar até um ponto de ônibus – tomar o ônibus – acessar o metrô. Ou ainda, a facilidade de acessar o metrô sem a necessidade de tomar um ônibus, ou de ir ao centro e demais distritos diretamente de ônibus, a depender das linhas disponíveis no local de implantação da moradia (Figura 50).

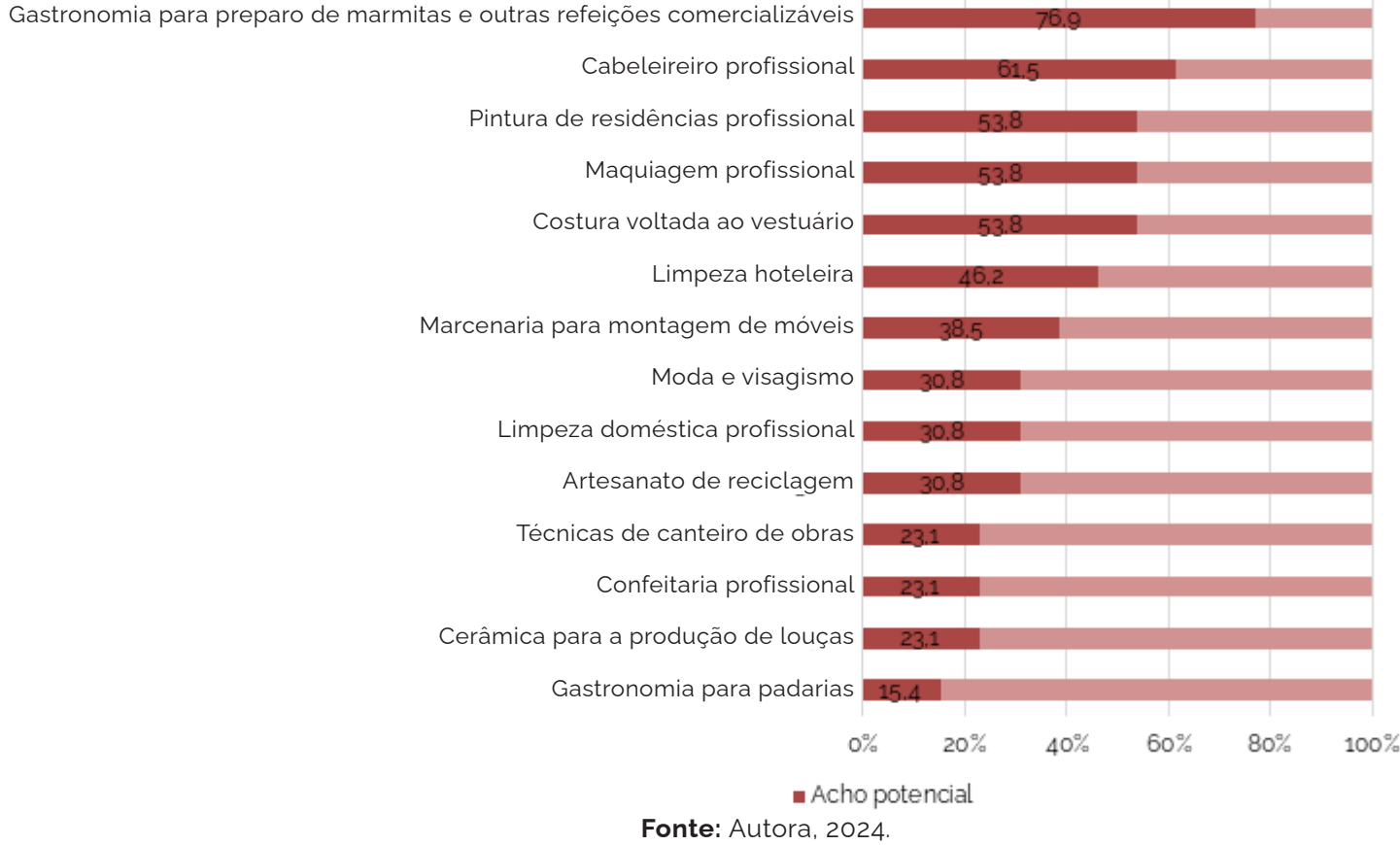
Figura 50 – Percepção das mães solo residentes na cidade de São Paulo sobre os equipamentos públicos da cidade (mobilidade urbana).



4.4.10 Percepção de mães solo residentes na cidade de São Paulo sobre ofícios potenciais

De modo a concluir o questionário, o público alvo respondeu sobre a percepção pessoal a respeito de ofícios potenciais a serem empreendidos na moradia transitória para fortalecimento pessoal e busca de autonomia, visando a reinserção no mercado de trabalho para às mães solo em situação de vulnerabilidade social. É possível observar pelo gráfico abaixo a preferência maior pelo ofício culinário comum, bem como pelo exercício da profissão de cabeleireiro, ambas atividades que podem ser desenvolvidas em espaços simples da própria residência em um primeiro momento (Figura 51).

Figura 51 – Percepção das mães solo residentes na cidade de São Paulo sobre ofícios potenciais ao fortalecimento pessoal e busca de autonomia primeira



Em suma, a coleta de dados viabilizada pelo questionário contribuiu no delineamento das variáveis projetuais e na consolidação de um programa de necessidades competente aos padrões domésticos, coletivos e comunitários do público visado, de modo a permitir o desenho de um modelo de CAE adequado às vivências de mães solos e seus filhos, nas fases da primeira e segunda infância.

05 PROJETO DE ARQUITETURA

5.1 Lote: caracterização físico-geográfica

O distrito da Penha de França, conforme mencionado anteriormente, tem sua configuração topográfica em formação de colinas para dentro dos limites do distrito, sendo seu pico mais alto a cota de nível de 785 metros de altitude, com curvas mes- tras que descendem aos limites do território de maneira um pouco acidentada, com predominância de declividade de 5% a 25%, até a menor cota topográfica de 725 me- tros de altitude, onde estão os corpos hidricos que banham os entornos do distrito e limitam sua geografia, sendo na porção norte o Córrego Tiquatira, na porção noroeste o Rio Tietê e o canal do Rio Aricanduva, na porção sul o Córrego Rincão, e na porção nordeste o canal do Ribeirão Santa Luzia, todos componentes da bacia hidrográfica do Rio Tietê (GeoSampa Mapa, 2024), o que evidencia o isolamento geográfico dessa região no passado em função de sua altitude e cerceamento por leitos de rios e córre- gos, agora dominados pela atividade humana e não mais limitadores de mobilidade.

O lote de intervenção, por sua vez, localizado entre as vias Rua Padre Bene- dito de Camargo, Rua Nunes de Siqueira, Rua Rodovalho Junior e Praça Antônio Cas- tilho, possui perfil topográfico formado por curvas de níveis ascendentes segundo o sentido da via, entre as cotas topográficas 736,50 a 741,00 metros acima do nível do mar, com desnível próximo de 4,5 metros e declividade não constante em função de uma aproximação pontual entre as curvas de níveis 740,00 metros e 739,00 metros, bem como entre as curvas de 739,00 metros, em uma abertura semicircular da curva, e 738,00 metros com um relevo em quina próximo à linha da calçada, evidenciando a presença de movimentação de terra anterior com a criação de muros de arrimo no lote quando este possuía construções residenciais no passado. Ademais, a forma do terreno é retangular, medindo 50 m de testada e fundo, e 35 m em suas laterais, com perfil uniforme e majoritariamente reto nas uniões de arestas (Figuras 52 e 53).

Figura 52 – Caracterização topográfica da quadra em vista.

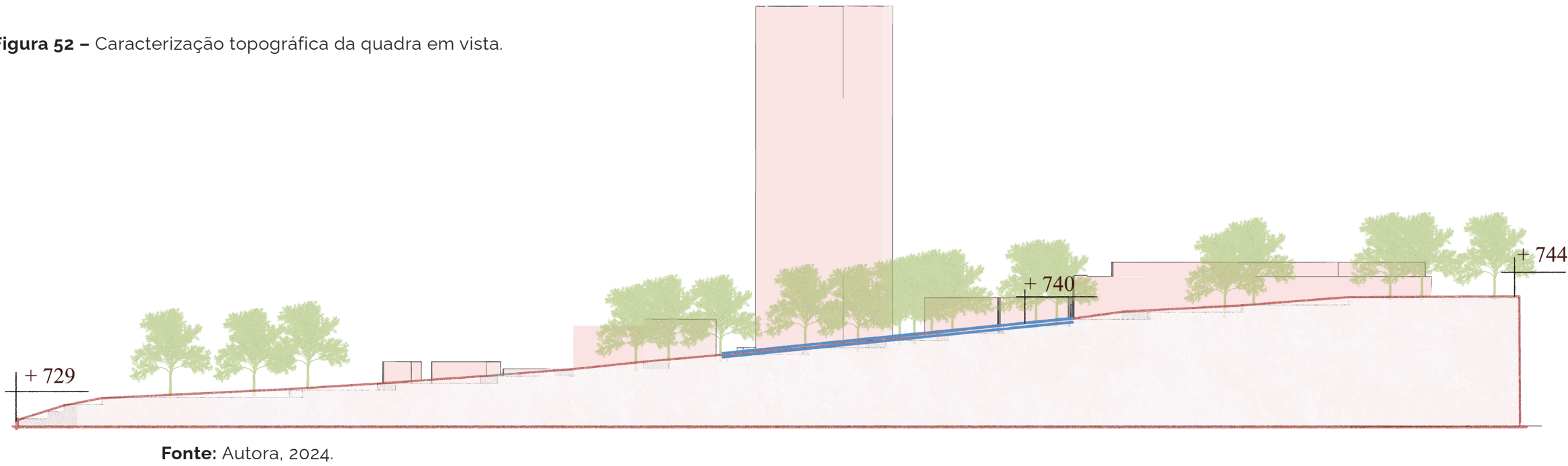
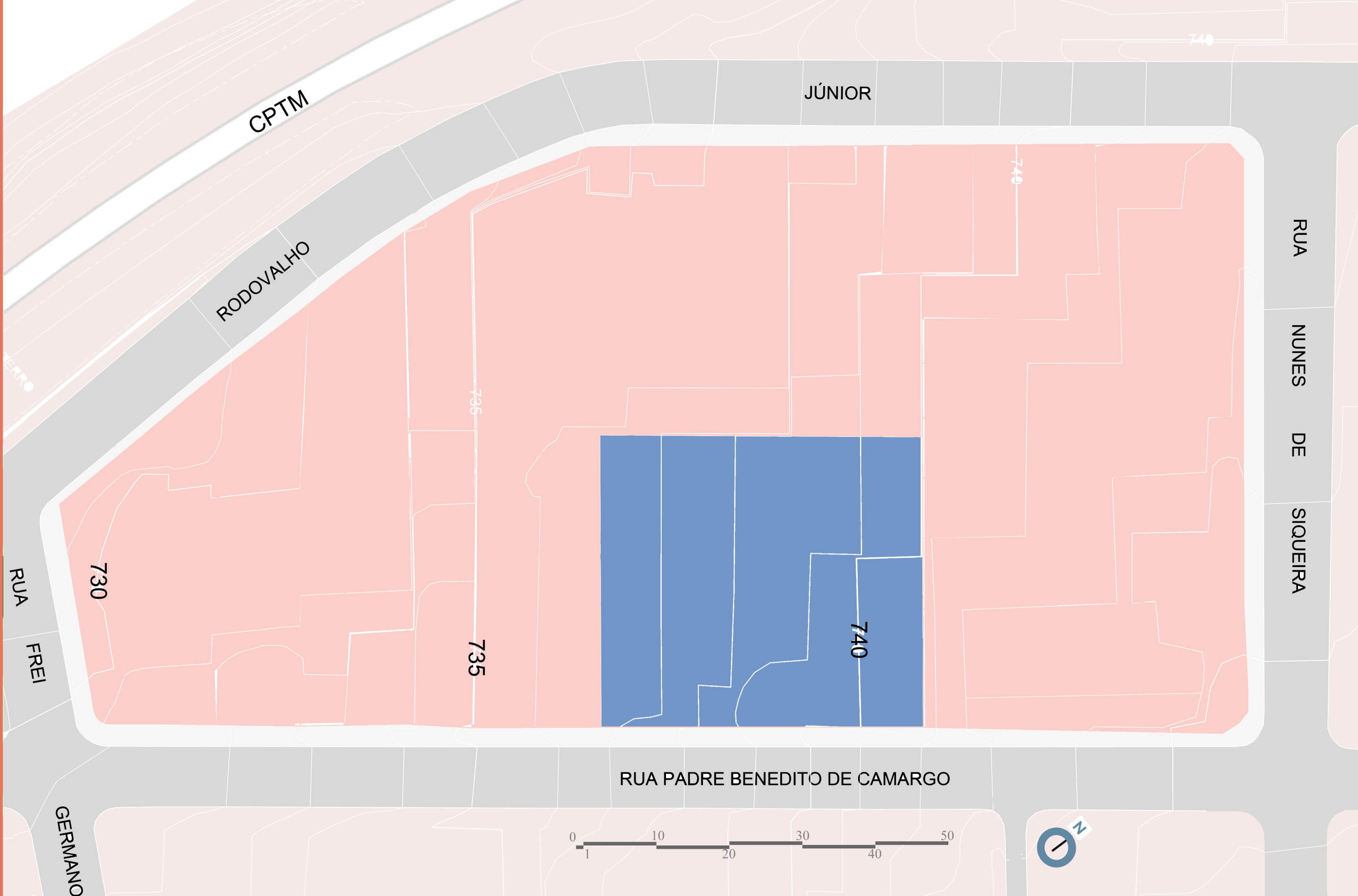
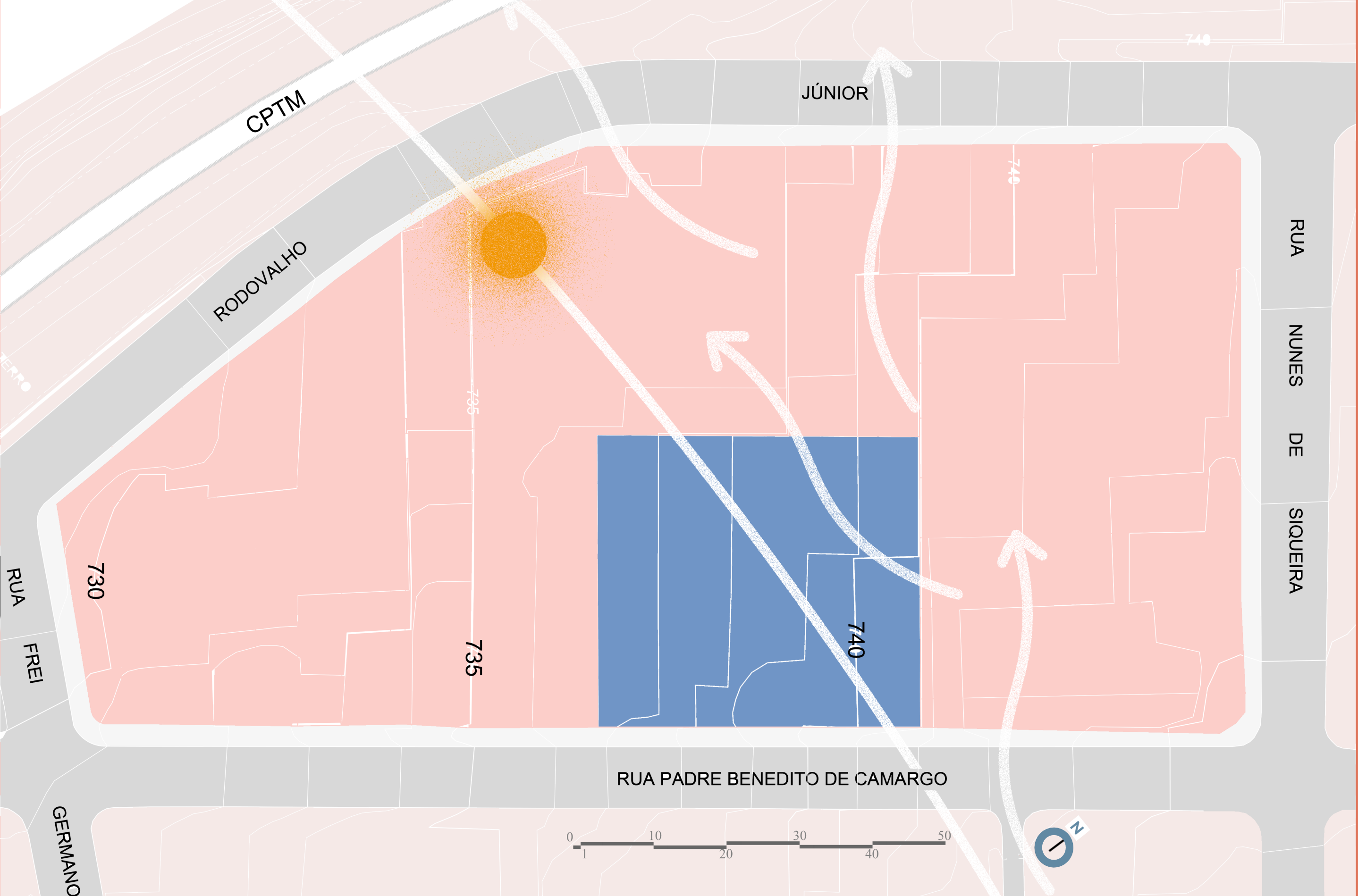


Figura 53 – Caracterização topográfica da quadra e lote.



Fonte: Autora, 2024.

Figura 54 – Direção de ventos predominantes e sentido de insolação.

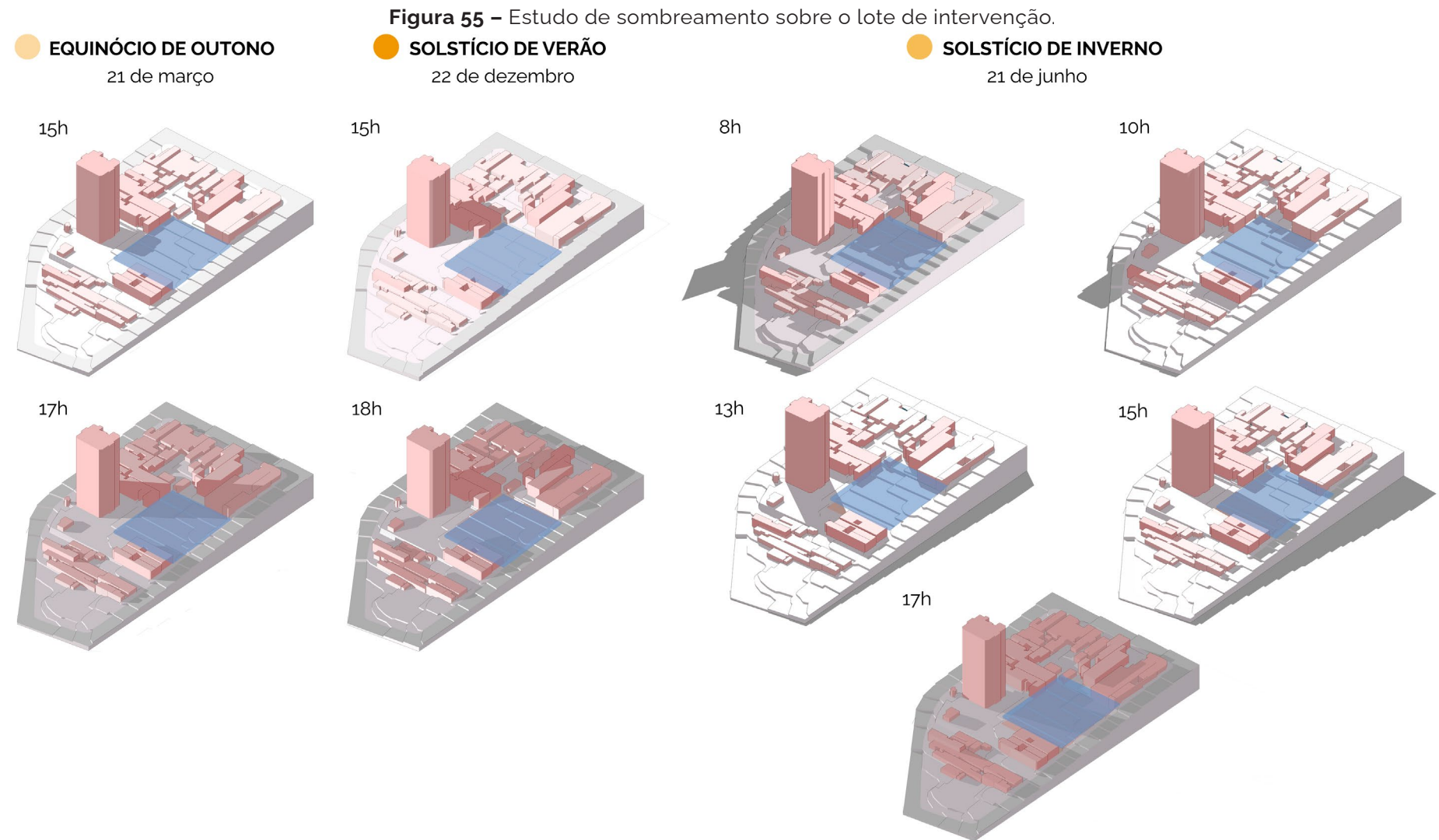


Fonte: Autora, 2024.

Quanto ao parâmetro climático do contexto onde o lote de intervenção está, cabe considerar o clima da cidade de São Paulo, o qual é caracterizado como subtropical úmido segundo o Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas da Universidade de São Paulo (IAGCA/USP, s.d.), em que o inverno é seco e o verão chuvoso com predominância de chuvas nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro, havendo realmente duas estações ao ano (seca ou úmida).

Ademais, segundo a plataforma Projeteee (2024), parceria entre o Poder Público e entidades públicas para a promoção de estudos e estratégias de eficiência energética em edifícios, a cidade de São Paulo sofre 63% ao longo do ano com desconforto por frio, 15% em desconforto por calor e 22% está em conforto térmico. Os ventos predominantes no contexto da Penha de França, em que também cabe considerar a rosa dos ventos da cidade de São Paulo, a origem dos fluxos de ventos é predominantemente sudeste e leste, com velocidade média de 0 a 2 m/s e 2 m/s a 4 m/s (Figura 54).

Referente à orientação solar, o distrito da Penha recebe influência solar dada pela posição geográfica da cidade de São Paulo no hemisfério Sul do globo terrestre, latitude -23.61 (SOL-AR, 2024, on-line), e por meio de simulação em software



Fonte: Autora, 2024.

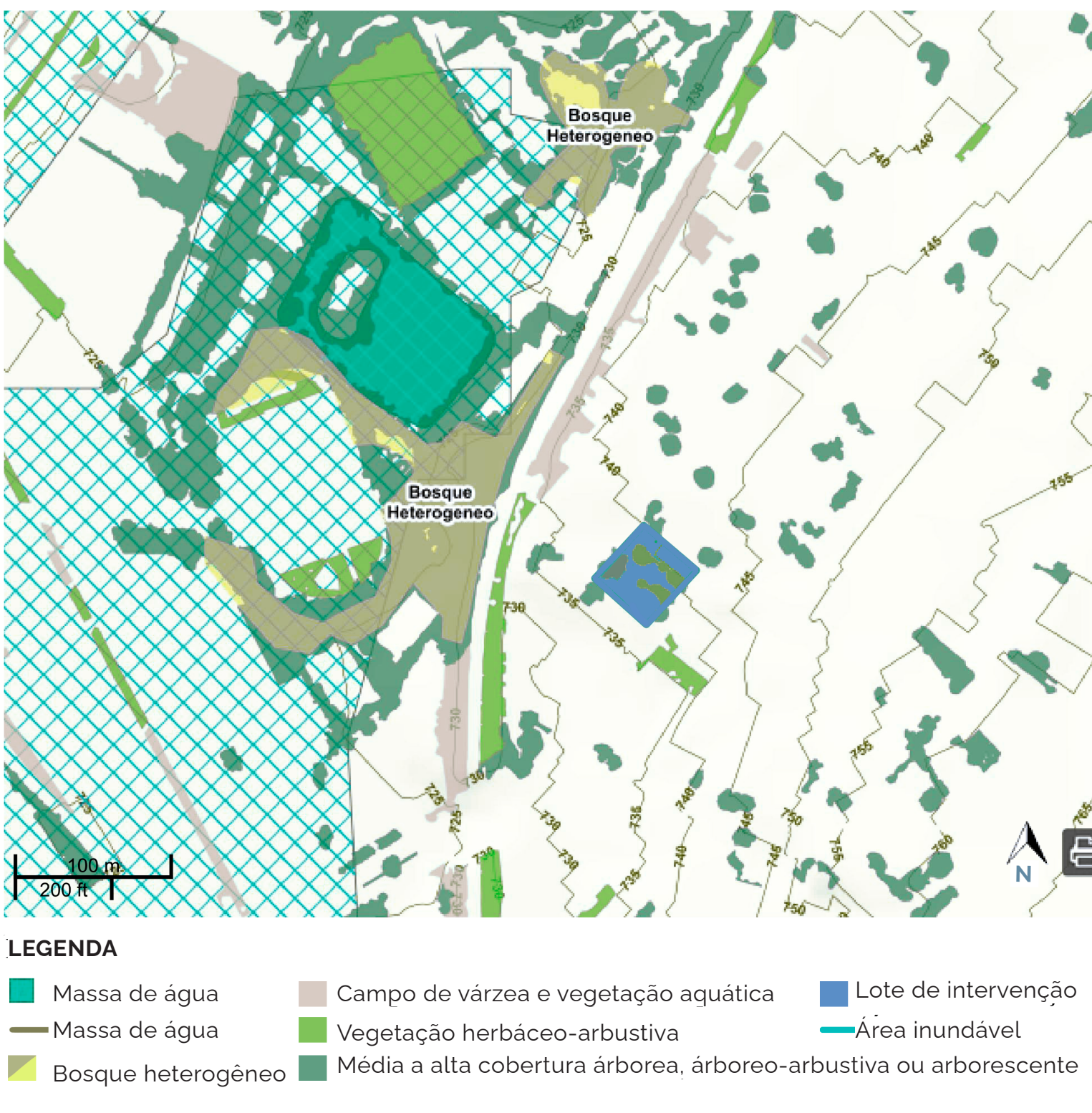
3D (Figura 55) para análise da influência de projeção de sombras sobre o lote escolhido, de modo a nortear a espacialização futura do programa de necessidades, nota-se que a presença do edifício de 18 pavimentos atrás do terreno exerce significativo sombreamento durante o equinócio de outono e solstício de inverno no período da tarde, atingindo a totalidade de sombreamento em torno de 15h até o pôr do sol, o que é uma questão fundamental a ser considerada nas escolhas projetuais, uma vez que se tratam de períodos frios na cidade e a influência do sol da tarde é um meio natural requerido para o aquecimento solar passivo dos interiores domésticos, e o sombreamento nestes horários e estações do ano afeta a captação do calor solar mais influente para lugares que sofrem por desconforto por frio.

Já no solstício de verão e equinócio de primavera não há influência significativa de sombreamento do edifício sobre o lote, e ainda que exista um prédio residencial de mesma magnitude na frente do lote escolhido, na quadra que compartilha da mesma rua, sua influência de sombreamento sobre o lote é pouca, dada a posição geográfica do parcelamento local, ficando a influência de sombreamento mais considerável ao edifício da quadra de inserção do lote deste objeto de estudo.

Ainda, é necessário considerar a caracterização vegetativa do contexto do distrito e do entorno do lote de intervenção, uma vez que a Penha de França tem mapeada porções de remanescentes do bioma de Mata Atlântica (Geosampa, 2024), sendo majoritariamente campos gerais, cuja fisionomia compreende formações campestres naturais ou dadas por alteração de atividade humana, com possíveis espécies florísticas de cerrado, e fragmentos de bosques heterogêneos, os quais, segundo a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (2017), são potenciais de adensamento arbóreo, inclusão de espécies epífitas, de sombra e de sub-bosque para conectar em um sistema de corredores ecológicos de modo a reintegrar os fragmentos que estão ao longo dos limites geográficos do distrito devido aos leitos de rios e córregos. Desse modo, conhecer esses fragmentos presentes no território é fundamental para adotar estratégias ambientais no lote de intervenção para reintegrá-lo ecologicamente ao seu meio, como uma parte potencializadora da união dos fragmentos, como pode-se observar na Figura 56.

Nas áreas densamente urbanizadas, pode-se dispor de estratégias como a criação e gestão de parques e praças, ampliação e diversificação da arborização em logradouros públicos e revegetação de margens de cursos d'água (as chamadas "áreas de preservação permanente"), bem como a criação de paredes e telhados verdes. Estratégias como essas permitirão que espécies menos sensíveis circulem entre os fragmentos de vegetação dispersos na mancha urbana, encontrem locais para refúgio, alimentação e, mesmo, reprodução. Em geral, as espécies beneficiadas são aquelas com maior potencial de mobilidade, como aves, morcegos e insetos (os dois últimos, importantes polinizadores). (SVMA, 2017, on-line).

Figura 56 – Earacterização vegetativa do entorno do lote de intervenção.

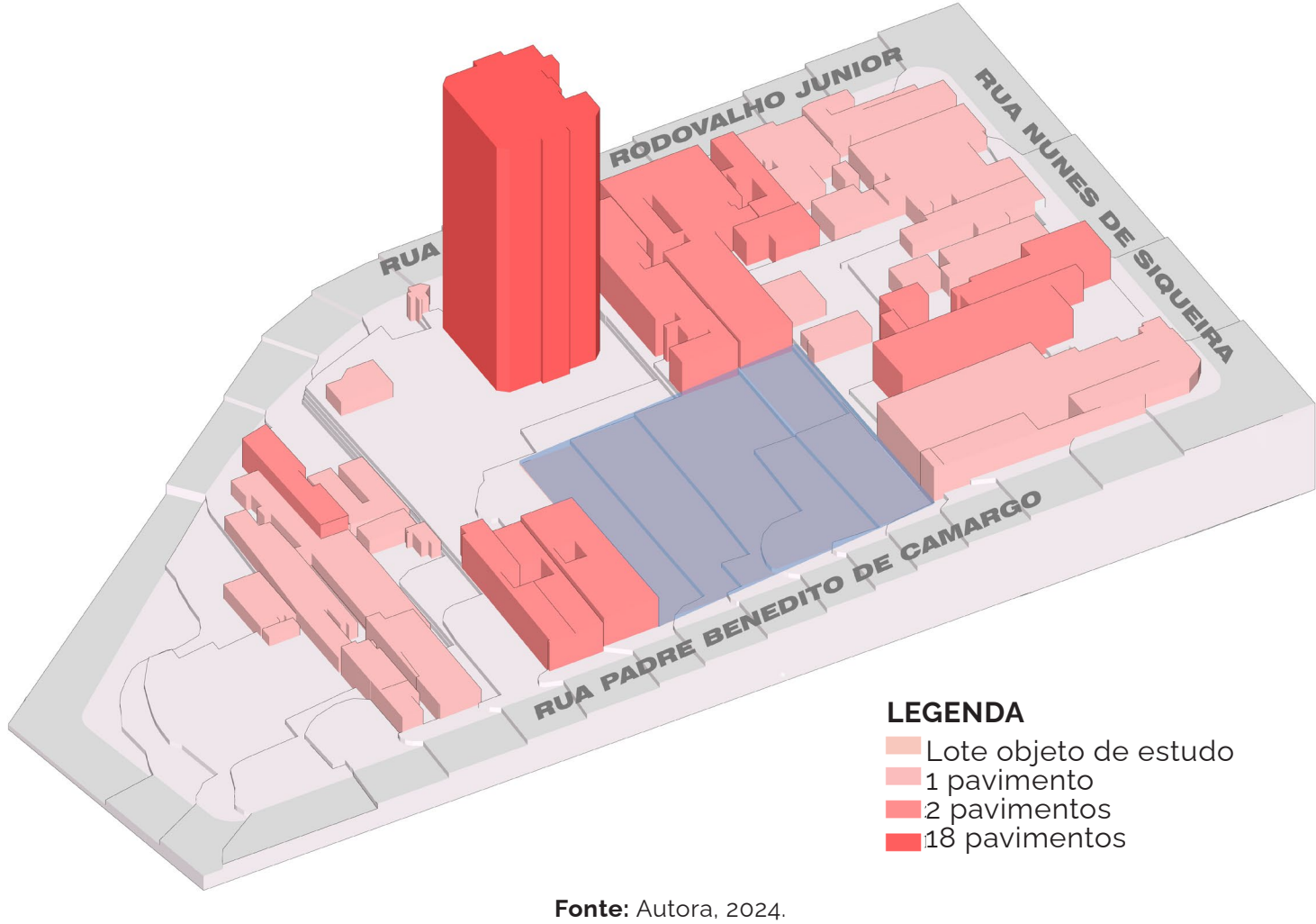


Fonte: Geosampa, 2024. Adaptado pela autora, 2024.

5.2 Caracterização arquitetônica da quadra

De modo a subsidiar a volumetria plástica e escolha de materialidades do objeto arquitetônico proposto, a caracterização arquitetônica da quadra faz-se fundamental. Primeiro, pode-se observar por meio do diagrama a seguir (Figura 57) a caracterização de gabaritos da quadra em que o lote está inserido, equilibrado entre edificações de 1 e 2 pavimentos, com pé-direito convencional.

Figura 57 – Diagrama de gabaritos da quadra de inserção do lote de intervenção.



Fonte: Autora, 2024.

Entretanto, o zoneamento definido para a região onde está inserido o lote de intervenção permite verticalização com gabaritos maiores (Figura 58), uma vez que caracteriza-se como Zona Eixo de Estruturação da Transformação Urbana Previsto (ZEUP) (Câmara Municipal de São Paulo, 2024, on-line), cujo estabelecimento segue o Projeto de Lei 272/305 "Revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo", e que visa a promoção de uso misto "[...]com densidades demográfica e construtiva altas e promover a qualificação paisagística e dos espaços públicos de modo articulado à implantação do sistema de transporte público coletivo." (Câma-

ra Municipal de São Paulo, 2024, on-line), componente da Zona Eixo de Estruturação da Transformação Urbana (ZEU), porém com restrições que concerne à aprovação de empreendimentos de elevada densidade, os quais devem obrigatoriamente acompanhar a implantação de sistema de transporte público coletivo e com a limitação de instrumentos urbanísticos de aproveitamento máximo de usos e solo.

Ademais, a taxa de permeabilidade e a quota ambiental a ser atendida nesta área conforme a Lei de Zoneamento Nº 16.402/2016 é estabelecida pelo Perímetro de Qualificação Ambiental 2 (PA 2), sendo esta última uma somatória de medidas de cobertura vegetal e drenagem para além do solo, como jardins verticais, cobertura e fachada verde, arbustos, arborização, retenção etc. Na Tabela 6 a seguir, estão estabelecidos os parâmetros da zona.

Figura 58 – Recorte do mapa de zoneamento da Lei de Zoneamento da cidade de São Paulo.



Fonte: Mapa Geral do Zoneamento (1) da Lei de Zoneamento Lei Nº 16.402/16, Câmara Municipal de São Paulo, 2016. Adaptado pela autora, 2024.

Tabela 6 – Coeficientes de zoneamento.

Coeficiente de Aproveitamento			Taxa de Ocupação máxima	Taxa de permeabilidade	Pontuação Q.A. mínima
C.A. mínimo	C.A. básico	C.A. máximo	T.O. para lotes ≥ 500 m²	T.P. para lotes ≥ 500 m²	Lote > 100 e ≤ 2500 m²
0,5	1	2	0,7	0,25	0,52 (sendo 0,5 por cobertura vegetal e 0,5 por drenagem)
Usos permitidos			Recuos Mínimos (metros)		
Todos os residenciais e não residenciais, com exceção do uso nRa-6; Todos os industriais do tipo Ind-1a e Ind-1b			Frente	Lateral altura da edificação ≤ 10 metros	Lateral altura da edificação > 10 metros
			-	-	3
Gabarito de altura máxima (metros)					
28					

Fonte: Quadros da Lei de Zoneamento Lei Nº 16.402/16, Câmara Municipal de São Paulo, 2016. Adaptado pela autora, 2024.

Quanto aos estilos arquitetônicos presentes na quadra de inserção do lote de intervenção, pode-se estabelecer a seguinte análise conforme o Quadro 14 e Figura 59, cuja expressividade é substancialmente eclética, marcando uma característica da arquitetura residencial antiga do distrito com os casebres formados majoritariamente por esquadrias em madeira para o tipo veneziana e metálicas para o tipo basculante, acompanhadas as janelas frontais viradas para a rua de gradis em gosto Art Deco, com batentes abaulados ou retos emoldurados, além da presença de pisos em olaria e meias paredes em pedras brutas ou com ornamentos azulejistas nas bases, telhados cerâmicos, e quando da presença de esquadrias metálicas venezianas e telhas em fibrocimento, com colocação de portão de garage, tratam-se de adaptações mais modernas.

Possivelmente, a influência do uso de materiais cerâmicos na arquitetura residencial antiga do distrito se dá em função do passado da Penha de França ligado à presença de importantes olarias da cidade de São Paulo, uma vez que sua posição é limdeira ao Rio Tietê e favorecia tal ofício desde o século XIX (Baldin, 2015).

Tabela 6 – Coeficientes de zoneamento.

Rua	Estilos arquitetônicos	Cores predominantes	Materiais usados
Padre Benedito de Camargo	Arquitetura residencial e de uso misto de estilo eclético oriundo do final da segunda metade do século XX, com a presença de garagem pequena devido ao início da popularização dos veículos particulares, balcões no pavimento superior	Tons neutros e cerâmicos	Paredes lisas, com esquadrias em madeira e aço, venezianas e basculantes, coberturas em telhas cerâmicas de moldes variados e telhas de fibrocimento, gradis metálicos

Rua	Estilos arquitetônicos	Cores predominantes	Materiais usados
Nunes de Siqueira	Arquitetura residencial de gosto Art Deco, com molduras brancas e cantos abaulados, gradis ornados com espaço para veículos, bem como o fachadismo neocolonial eclético, sem garagem e rente à calçada	Tons pastéis alaranjados e azulados, tons neutros	Leito carroçável de paralelepípedos, esquadrias de madeira, venezianas e basculantes, fachadas com revestimentos de meia parede em pedra, desenhos em azulejos, coberturas de telhas cerâmicas de moldes variados, gradis metálicos, piso de olaria e cacos
Rodovalho Junior e Frei Germano	Arquitetura residencial e de uso misto de estilo eclético oriundo do final da segunda metade do século XX, com a presença de garagem pequena devido ao início da popularização dos veículos particulares, balcões no pavimento superior	Tons neutros e cerâmicos	Paredes lisas, com esquadrias em madeira e aço, venezianas e basculantes, coberturas em telhas cerâmicas de moldes variados e telhas de fibrocimento, gradis metálicos

Fonte: Autora, 2024.

Figura 59 – Diagrama de caracterização de estilos arquitetônicos da quadra.



Fonte: Autora, 2024.

5.3 Caracterização urbana, cultural e ambiental do entorno do lote

Com base nos raios anteriormente apresentados propostos por Prinz (1986) e Pitts (2004), para a análise do contexto do presente trabalho, são utilizados primeiro os indicadores propostos por Prinz (1986) em função da metodologia das distâncias peatonais, e na ausência de indicadores de Prinz (1986), são utilizados os indicadores de Pitts (2004).

Quanto à disponibilidade de comércios e serviços, considera-se essenciais aqueles voltados à subsistência e abastecimento, como especificados na Figura 60, em que se evidencia uma oferta linear de pequenos mercados, mercearias, farmácias e feiras próximos ao tecido urbano consolidado, uma vez que este tipo de configuração urbana tende à concentração de equipamentos não residenciais. Ainda, próximo ao lote de intervenção, este identificado em um polígono roxo nos mapas, há um Mercado Municipal, cuja oferta comercial está voltada para diversos setores, como a comercialização de plantas ornamentais, grãos, cereais etc.

No que diz respeito à oferta de equipamentos públicos de educação, as escolas de educação infantil estão presentes em boa quantidade, entretanto o Centro de Educação Infantil (CEI)¹, cujo atendimento é para crianças de 0 a 3 anos, ainda que esteja próximo territorialmente, como pode-se observar na Figura 61, possui acesso de pedestres consideravelmente difícil. Quanto à oferta de escolas de educação fundamental e médio, a disponibilidade é mais significativa na região e de fácil acesso, enquanto a única escola de ensino médio e técnico dentro do raio proposto, porém de difícil acesso pedestre e por meio de transporte público em função do traçado ferroviário que divide o distrito em duas porções.

Ademais, não há instituições de ensino superior públicas dentro do raio proposto por Prinz (1986), tampouco no distrito como um todo, porém há um polo do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) no entorno próximo, o qual pode instituir uma boa relação com a proposta da moradia transitória destinada a mães solo e seus filhos, uma vez que este tipo de CAE dispõe de espaço para aprendizagem de ofícios por meio de profissionais habilitados voluntários.

Referente à oferta de equipamentos públicos de saúde, nota-se a presença de um posto de saúde integrador de serviços, o Hospital Dia – Rede Hora Certa (Penha), localizado no coração do perímetro histórico reconhecido, o qual realiza consultas, exames, diagnósticos, cirurgias de pequenos procedimentos, e internações de curta permanência diária como um intermediário entre as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e os hospitais regionais, com eventuais promoções de campanhas de vacinação também. Ainda, ao lado deste posto de saúde está uma unidade de Atendimento Médico Ambulatorial (AMA), destinada a emergências. Na rua de trás ao lote, um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) também se faz presente, um viabilizador de cadastro para atendimento de qualquer necessidade pública (Figura 62).

Quanto à oferta de hospitais, equipamento de maior abrangência, no distrito do Tatuapé, limoeiro ao distrito da Penha, está localizado um Hospital Estadu-

al para tratamentos, consultas e operações de maior especificidade e dimensão.

Por fim, em relação aos equipamentos de mobilidade urbana, o entorno do lote de intervenção é bem dotado de pontos de ônibus que relacionam diversas linhas de ônibus para o acesso de distritos mais remotos no sentido periférico leste, bem como no para o acesso de estações de metrô e trem da linha vermelha no sentido leste-centro, uma vez que o distrito da Penha caracteriza-se enquanto um território historicamente de passagem, intermediário entre centro-periferia na porção leste da cidade de São Paulo, com um grande terminal de ônibus que concentra até mesmo linhas intermunicipais, como pode-se observar na Figura 63.

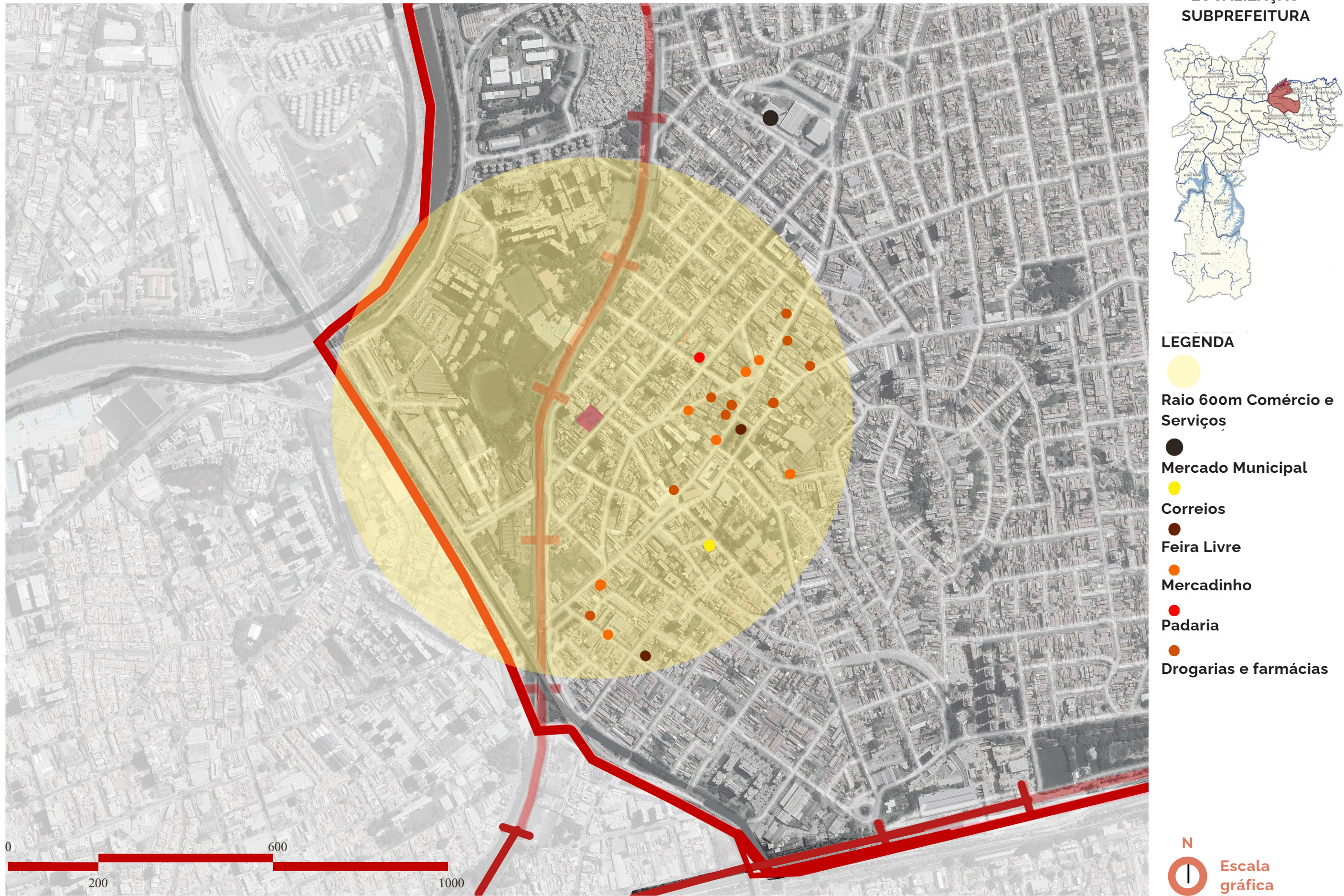
Ademais, não há estação de metrô e trem dentro do raio proposto por Prinz (1986), entretanto a Estação Penha, componente da Linha 3 – Vermelha da Companhia do Metropolitano (Metrô), está significativamente próxima e de fácil acesso por diversos micro-ônibus que circulam no entorno do lote. Entretanto, há um projeto de expansão em execução para a Linha 2 Verde do Metrô, cuja nova Estação Penha será no centro comercial do perímetro histórico, entre a Avenida Penha de França e Rua Doutor João Ribeiro.

A disponibilidade de equipamentos culturais no distrito dentro do raio proposto por Prinz (1986) é significativa (Figura 64), pois se trata de importantes centros de atendimento à nível de subprefeitura, sendo um deles o Centro Cultural da Penha (CCP), também no coração do perímetro histórico e de arquitetura modernista, cuja oferta de espaços contém biblioteca, salas de oficinas e auditório. Ainda, na mesma via, está um cinema particular de rede, e do outro lado da ferrovia, a biblioteca do Centro Educacional Unificado (CEU) Tiquatira, onde também está o único centro esportivo público, de acesso dificultado em função da barreira ferroviária.

Em função do adensamento construtivo do distrito, evidenciado por meio da imagem satélite utilizada na base de elaboração dos mapas, nota-se poucas praças e espaços permeáveis no entorno do lote de intervenção e ao longo do distrito, tampouco parques urbanos, apenas pequenas praças de bairro que não dispõem de equipamentos qualificados para permanência humana, como relacionado na Figura 65.

¹Segundo a Secretaria Municipal de Educação da Cidade de São Paulo (2024), o CEI Municipal tem por objetivo a inserção, prevenção, promoção e proteção à primeira infância, por meio de proteção, segurança, alimentação, cultura, saúde e lazer, em cuidado integrado e complementar ao da família.

Figura 60 – Disponibilidade de comércios e serviços de subsistência no entorno da moradia.



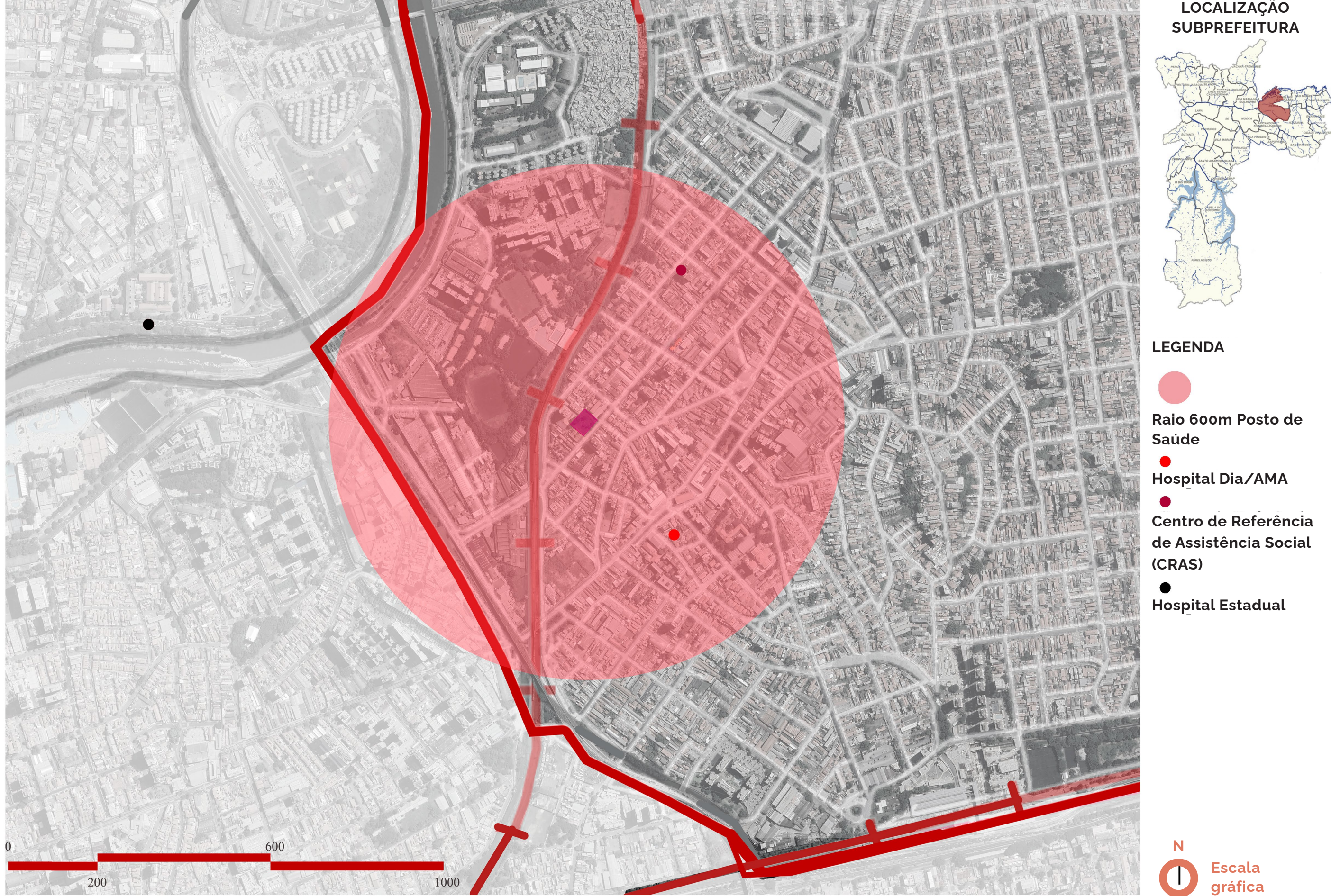
Fonte: Dados extraídos do GeoSampa, 2024. Elaborado pela autora, 2024.

Figura 61 – Disponibilidade de equipamentos públicos de educação no entorno da moradia.



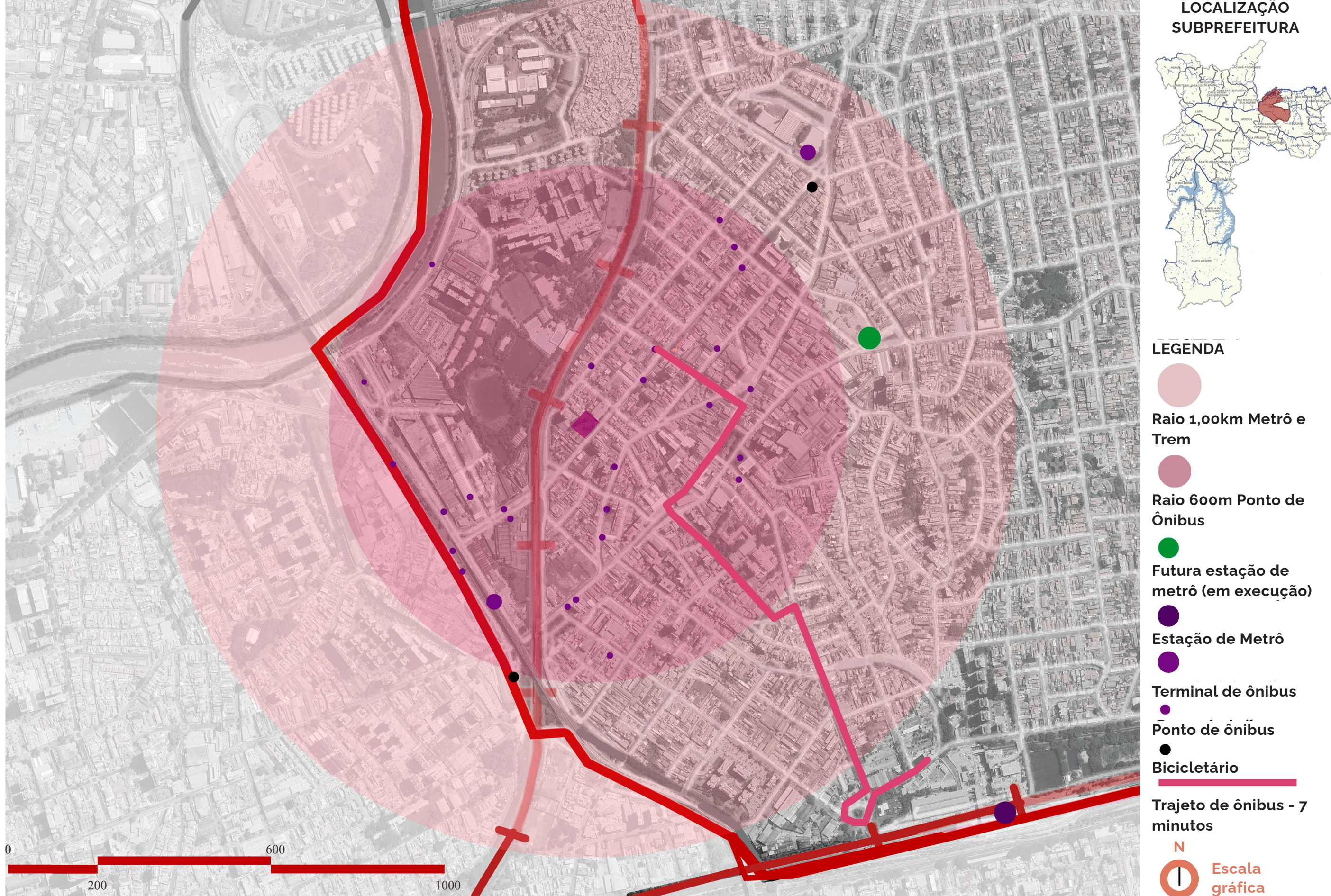
Fonte: Dados extraídos do GeoSampa, 2024. Elaborado pela autora, 2024.

Figura 62 – Disponibilidade de equipamentos públicos de saúde no entorno da moradia.



Fonte: Dados extraídos do GeoSampa, 2024. Elaborado pela autora, 2024.

Figura 63 – Disponibilidade de equipamentos públicos de mobilidade urbana no entorno da moradia.



Fonte: Dados extraídos do GeoSampa, 2024. Elaborado pela autora, 2024.

Figura 64– Disponibilidade de equipamentos de cultura e esportes no entorno da moradia.



Fonte: Dados extraídos do GeoSampa, 2024. Elaborado pela autora, 2024.

Figura 65– Disponibilidade de áreas verdes qualificadas no entorno da moradia.

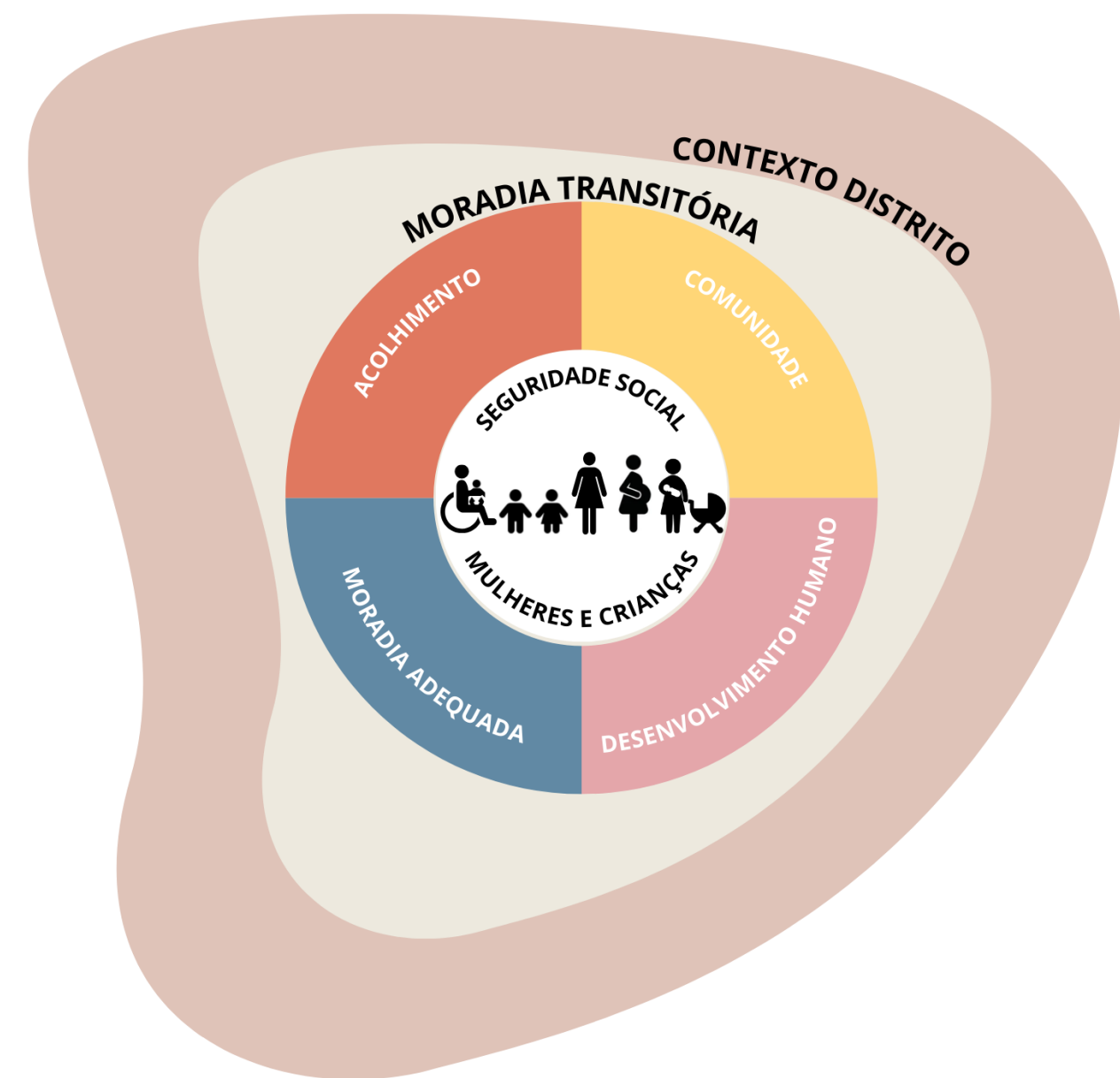


Fonte: Dados extraídos do GeoSampa, 2024. Elaborado pela autora, 2024.

5.4 Diretrizes de intervenção

O programa arquitetônico parte do conceito da moradia transitória enquanto instrumento viabilizador de seguridade social para mulheres e crianças, por meio da providência de moradia adequada em conjunto com a promoção de atividades para o desenvolvimento humano, tanto infantil quanto adulto, alinhados aos preceitos de acolhimento universal às famílias monoparentais chefiadas por mulheres e de pertencimento a uma comunidade segura, cuja união dessas partes seja capaz de gerar um equipamento público o mais próximo do ideal necessário a essas famílias. Para tanto, o diagrama da Figura 66 sintetiza imagetivamente o propósito do projeto.

Figura 66 – Diagrama síntese de conceito do projeto.



Fonte: Autora, 2024.

Ainda, o conceito da transição se faz forte, uma vez que a moradia ofertada é de caráter transitório e está locada em um território historicamente transitório, e se trabalhada de maneira positiva a permanência por tempo determinado, significa trazer esperança de superação assistida da condição de vulnerabilidade social por meio da seguridade social que o equipamento público visa ofertar. Segundo a Constituição Federal de 1988 em seu Título VIII intitulado "Da ordem social", capítulo II, seção I, Art. 194, a seguridade social diz respeito a um conjunto integrado de ações oriundas dos Poderes Públicos e da sociedade que visam assegurar direitos à saúde, à previdência e à assistência social, em que esta última visa:

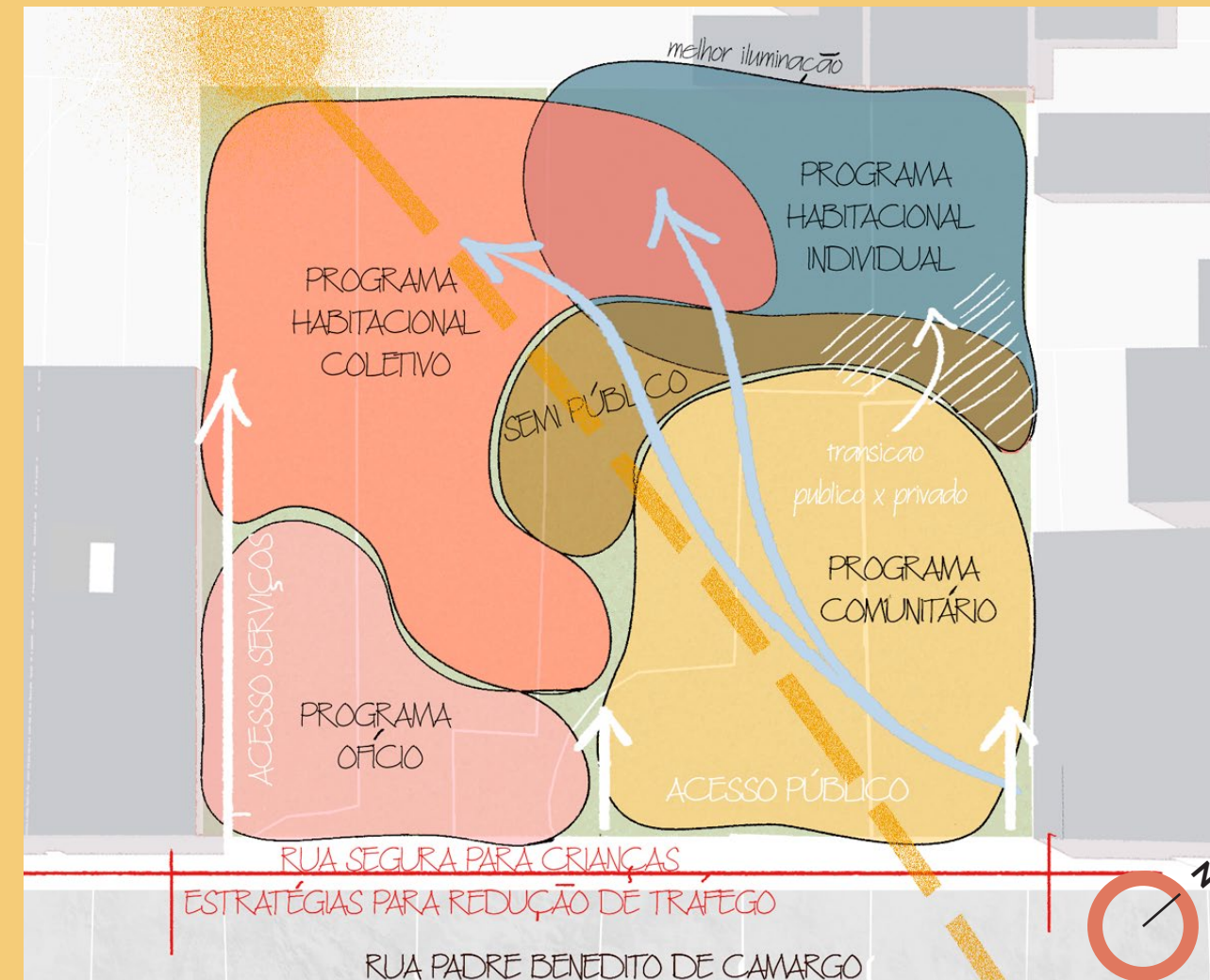
Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:
I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;
IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.
VI - a redução da vulnerabilidade socioeconômica de famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza. (Constituição Federal, Art. 203, 1988).

O partido arquitetônico da habitação, por sua vez, desenvolve-se pela premissa da modularidade, cuja proposta construtiva permite a formação de um esqueleto estrutural básico apropriado a sofrer modificações, ou seja, proporcionar flexibilidade de adequação espacial conforme necessidade dos usuários do programa e rápida execução, uma vez que a moradia tem caráter transitório e parcialmente emergencial.

Ainda, considera a melhor orientação solar e de ventos para promover interiores domésticos e comunitários frescos, conforme estratégias climáticas anteriormente apresentadas pela ABNT NBR 15.220-3:2005, por meio de um parque catalizador de fluxos, além da setorização de acessos para facilitar a funcionalização do complexo e seus acessos privados, públicos e semipúblicos (Figura 67).

Quanto ao partido arquitetônico do bloco de comércio e serviço, prevalece o alinhamento de fachada à linha da calçada, de modo que os novos corpos edificados estabeleçam relação de continuidade visual com o entorno, tanto na escala da rua quanto com o tecido central tradicional onde estão importantes monumentos históricos, sendo contemporâneo e capaz de dialogar com o contexto do centro urbano consolidado, criando assim também oportunidade de pertencimento e identificação às famílias que ali irão habitar.

Figura 67 – Estudo de zoneamento do programa.



Fonte: Autora, 2024.

Figura 68 – Antiga residência ocupante do lote de intervenção.



Fonte: Google Street View, 2018.

Ademais, cabe considerar os elementos arquitetônicos da residência que ali ocupou até 2018, quando de sua demolição para dar espaço ao fechamento do lote em função de compra por incorporadora, como os cobogós, o uso de arcos, telhado cerâmico e tijolinhos expostos (Figura 69)

Quanto ao programa de necessidades, com base nas análises anteriormente relacionadas, é possível estabelecer uma gama de espaços necessários ao programa de necessidades da moradia transitória, tanto em função da coleta de dados com mães solo residentes na cidade de São Paulo e suas necessidades para com a habitação, aos espaços coletivos e ao exercício de um ofício, quanto da análise dos equipamentos coletivos, comércio e serviços do entorno do lote de intervenção, cujas sínteses encaminham a intenção projetual para o desenvolvimento de uma moradia que transite do espaço público, ao semipúblico, ao privado, dentre outras considerações anteriormente feitas à garantia da saúde e proteção às mulheres mães solo e às crianças da primeira e segunda infância.

Todo o pré-dimensionamento de espaços proposto na Figura 70 considera as medidas anteriormente relacionadas pela ABNT NBR 9.050:2020, Boueri (2004) e levantamento de mobiliário específico, cujos dados dizem respeito à moradia adequada. Portanto, as áreas estabelecidas no fluxograma de espaços são guias para a implementação do projeto.

Primeiro, o programa habitacional dá-se em dormitórios individuais a cada família, dotado de pequenos espaços comuns para higiene e preparo de refeições rápidas sem o manuseio de fogo e gás, como mamadeiras para lactentes, de modo a garantir a privacidade e intimidade da mãe e seus filhos, enquanto os espaços comuns da habitação, a exemplo de salas de múltiplos usos, área de serviço e cozinha, formam o programa coletivo privativo da moradia transitória, sendo que a cozinha será de uso prioritariamente industrial devido à proposta deste modelo de Centro de Acolhida Especial de oferecer refeições controladas às famílias em função de necessidades nutricionais específicas de gestantes, bebês, crianças e mães puerperas.

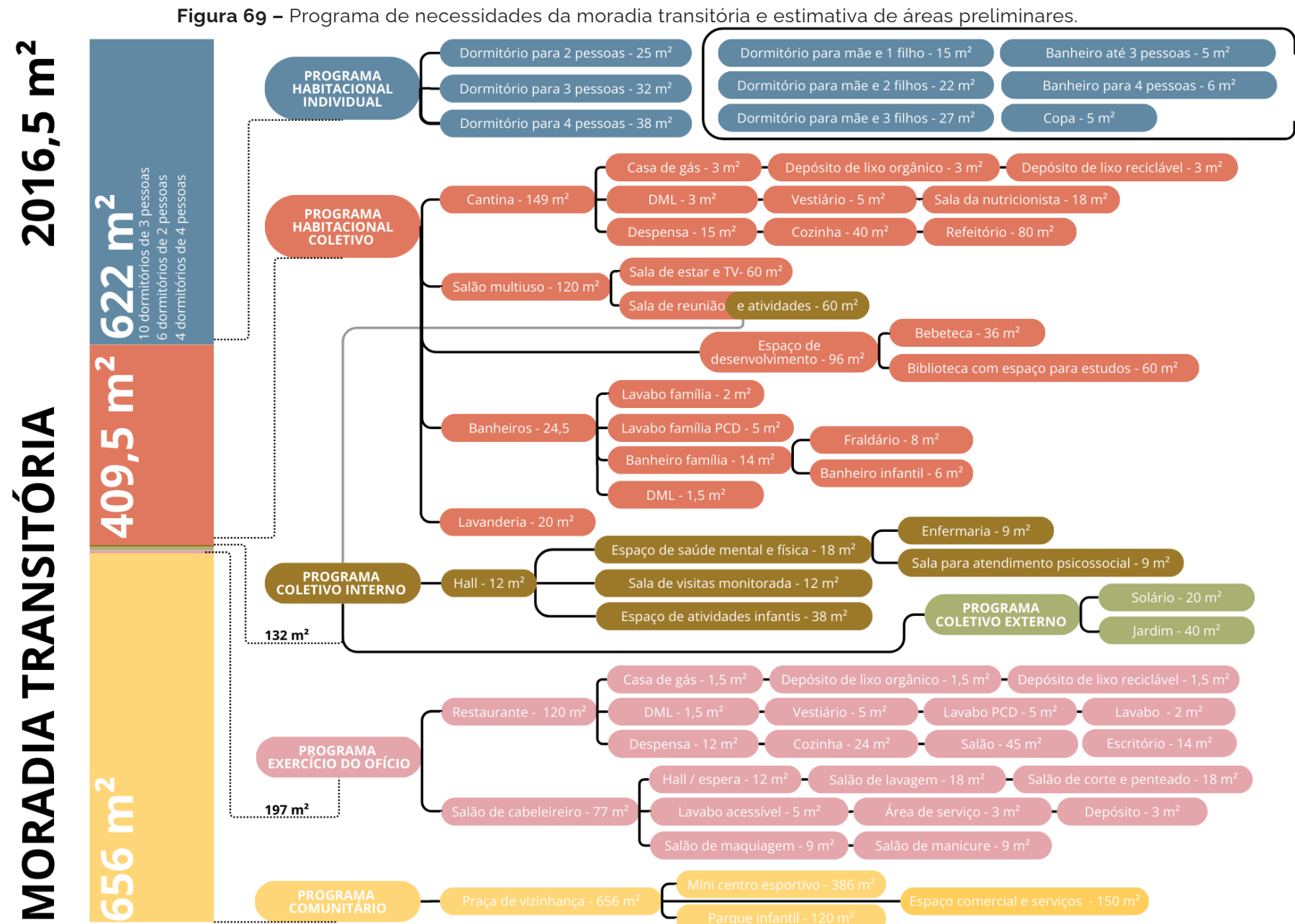
Ademais, o programa coletivo da moradia também contempla uma transição ao uso semipúblico, uma vez que seus espaços são pensados para o desenvolvimento de atividades que requerem a presença de profissionais externos e de frequência sazonal, como psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais, médicos, enfermeiros, cuidadores, além da possibilidade de visitação de entes e pessoas externas relacionadas à família. E devido à distância considerável para o deslocamento a pé às creches públicas do entorno da moradia, conforme relacionado na Figura 61, o modelo proposto considera um conjunto de espaços para desenvolvimento de atividades infantis por profissionais da educação, organizações da sociedade civil e outros, de modo que a moradia transitória ofereça um local seguro para intermediar a educação e desenvolvimento mental e motor destas crianças no caso de não haver possibilidade de educação integral nas instituições do entorno, de maneira que as mães disponham de seu tempo de aprendizagem e laboro ao longo dos períodos estabelecidos para suas atividades de ofício.

Quanto aos usos públicos do conjunto, considera-se os espaços de aprendizagem e exercício do ofício como tais, pois ali as mães irão desenvolver atividade qualificada remunerada, tendo como princípio os ofícios mais bem relacionados na coleta de dados (Figura 51), juntamente a módulos para aluguel externo de pequenos comércios e serviços, de modo a formar uma fachada ativa da moradia, contribuindo também na continuidade visual de uso e ocupação da rua, anteriormente analisada sua potencialidade de comércio e serviço de diversos tipos.

Em complemento, devido à carência de espaços públicos qualificados ao lazer e ócio no entorno próximo do lote de intervenção (Figura 64), propõe-se uma pequena quadra com arquibancada associada ao programa público de academia ao ar livre, bem como um pequeno parque infantil próximo ao solário de bebês, e

pracetas intimistas distribuídas ao longo do terreno, com espaço para redários, convivência, jogos etc. Ademais, nos vãos livres entre corpos edificados e na praça de vizinhança, criam-se jardins e pequenos bosques de modo a reintegrar os fragmentos identificados na Figura 56 e tornar as áreas livres do lote de intervenção um pequeno vetor de conexão ecológica com o distrito e seu contexto vegetativo.

Para tanto, os fluxogramas (Figuras 70 e 71) representam a relação espacial do programa de necessidades (Figura 69) de modo a subsidiar a leitura da implantação e blocagem preliminar das Figuras 72 e 73. Além disso, ficam estabelecidas diretrizes para a adoção de técnicas de redução de tráfego no perímetro da testada do lote de intervenção para que se crie uma porção de rua mais segura às crianças, conforme indicado no zoneamento de estudo (Figura 67).



Fonte: Autora, 2024. Elaborado a partir de dados levantados na revisão bibliográfica.



5.5 O projeto

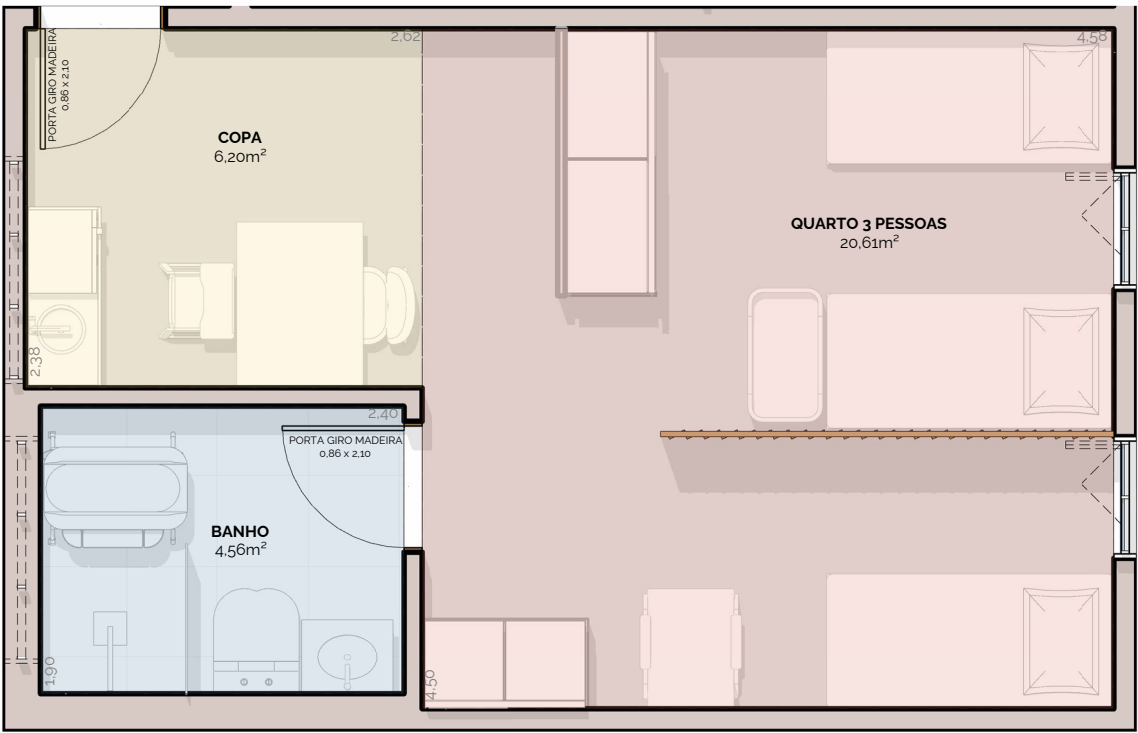
Com base nas diretrizes de intervenção anteriormente propostas, segundo o conceito e partido arquitetônico fundamentados na leitura do contexto e das necessidades programáticas das mães solo paulistanas, o projeto tem como embrião a concepção dos dormitórios individuais, dada à requisição de caráter individual que se apresentou na coleta de dados. Para tanto, cada dormitório dispõe de uma copa para preparos rápidos, como mamadeiras, e uma pia/tanque com espaço para um pequeno armário e frigobar, um banheiro com espaço para banheira desmontável, e quarto coletivo com possibilidade de individualização do espaço da mãe por meio de mobiliário ou biombo.

Deste modo, são estabelecidos dormitórios para 2, 3 e 4 pessoas, considerando uma mãe e seu(s) filho(s), sendo que todas as unidades podem ser dotadas de um berço tipo moisés, cujo desenho permite a mobilidade do berço conforme a necessidade da mãe, e uma cadeira de amamentação no caso de haver bebês na composição familiar. Considera-se a média de áreas que Boueri (2004) aponta como regular ao uso, devido à necessidade de otimização entre ergonomia e atendimento habitacional transitório, bem como mobiliários e suas circulações estipuladas também pelo autor (2007) e pela NBR 9.050:2020, de maneira que todas as unidades possam ser adaptadas para pessoas com mobilidade reduzida.

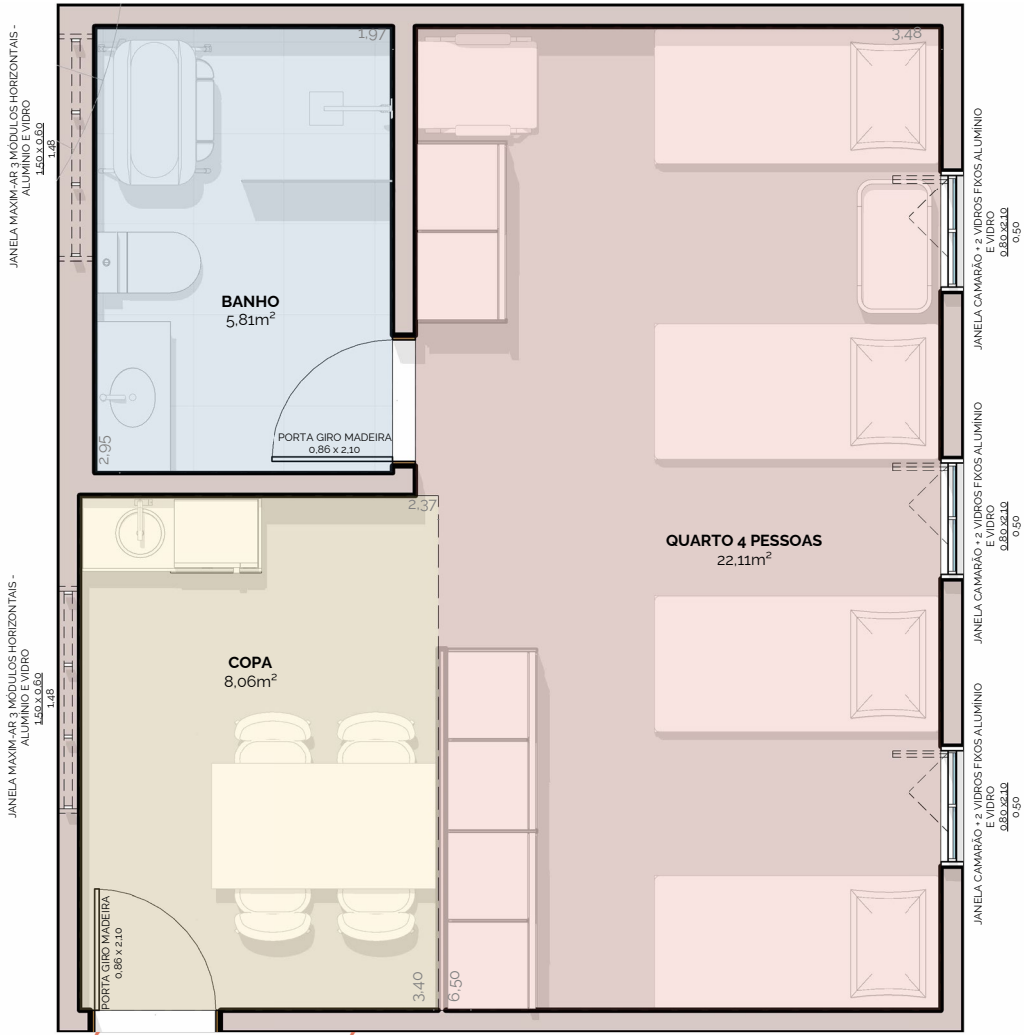
A Figura 74 apresenta os módulos habitacionais desenvolvidos e zonifica as funções em cores, sendo em amarelo o espaço de preparo de refeições e realização de refeições, em azul higiene pessoal, e em vermelho o repouso pessoal.



MÓDULO DORMITÓRIO 2 PESSOAS - ZONEAMENTO
Escala 1:50

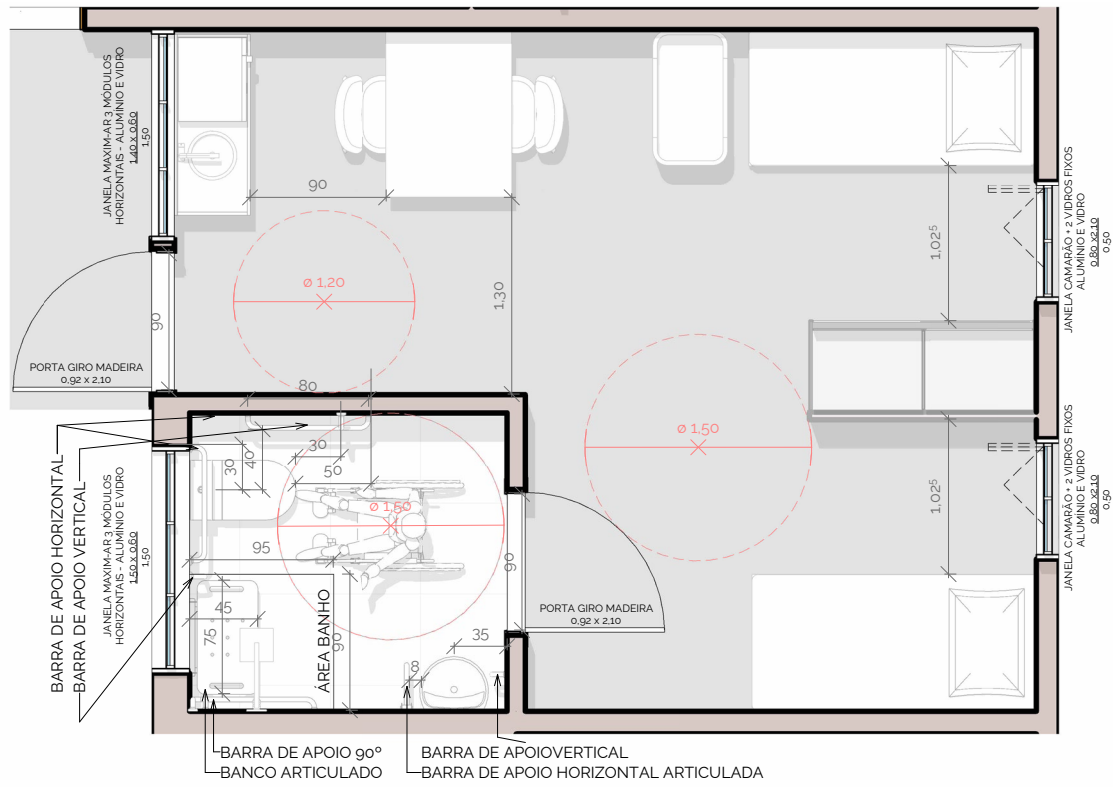


MÓDULO DORMITÓRIO 3 PESSOAS
Escala 1:50

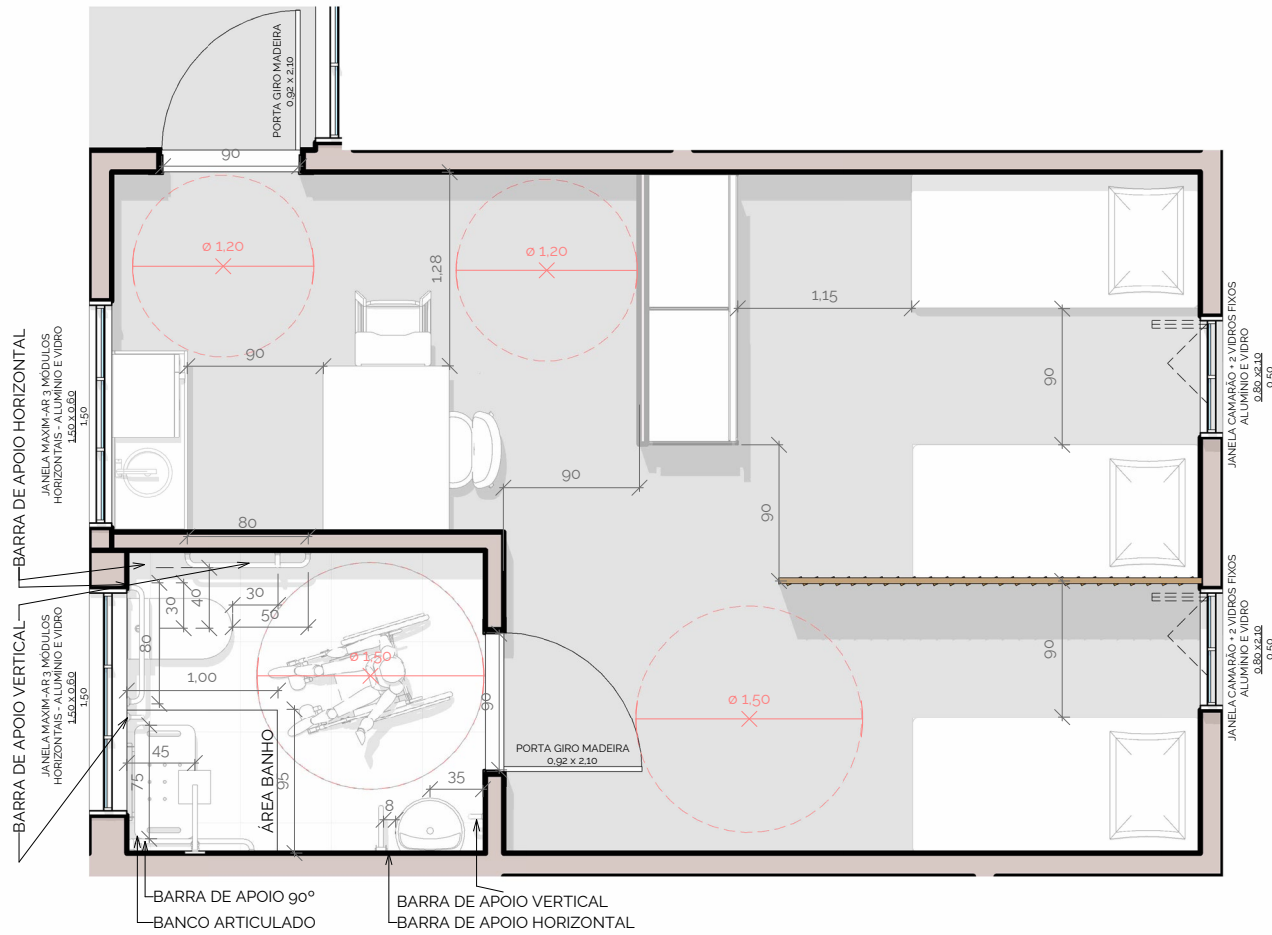


MÓDULO DORMITÓRIO 4 PESSOAS - ZONEAMENTO
Escala 1:50

Figura 74 - Plantas dos módulos de dormitórios de 2, 3 e 4 pessoas.
Fonte: Autora, 2024.



MÓDULO DORMITÓRIO 2 PESSOAS - ADAPTADO PCR
Escala 1:50



MÓDULO DORMITÓRIO 3 PESSOAS - ADAPTADO PCR
Escala 1:50

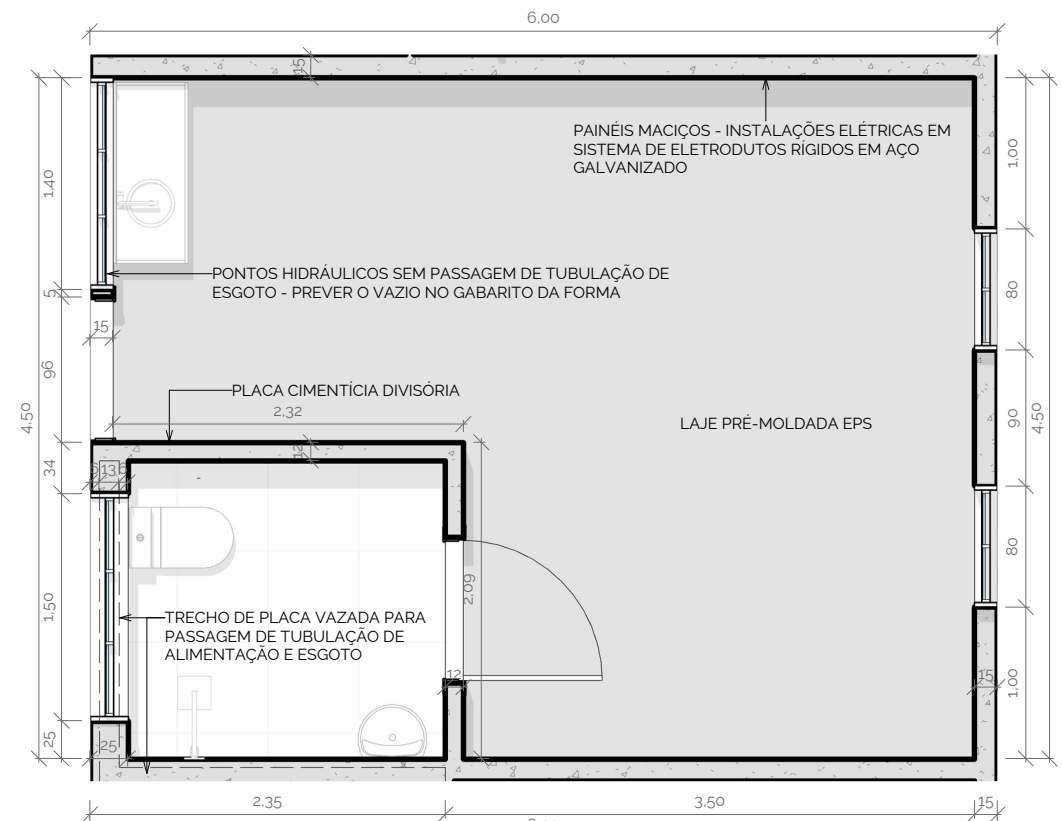
Figura 75 - Plantas adaptadas para pessoas em cadeira de rodas dos módulos de dormitórios de 2, 3 e 4 pessoas.
Fonte: Autora, 2024.

Já a Figura 75 apresenta os módulos adaptados para pessoas em cadeira de rodas (PCR), contemplando as circulações necessárias, áreas de transferência, altura de esquadrias, mobiliários e barras de apoio, conforme o disposto pela NBR 9.050:2020. Estas unidades devem ser locadas em rotas acessíveis.

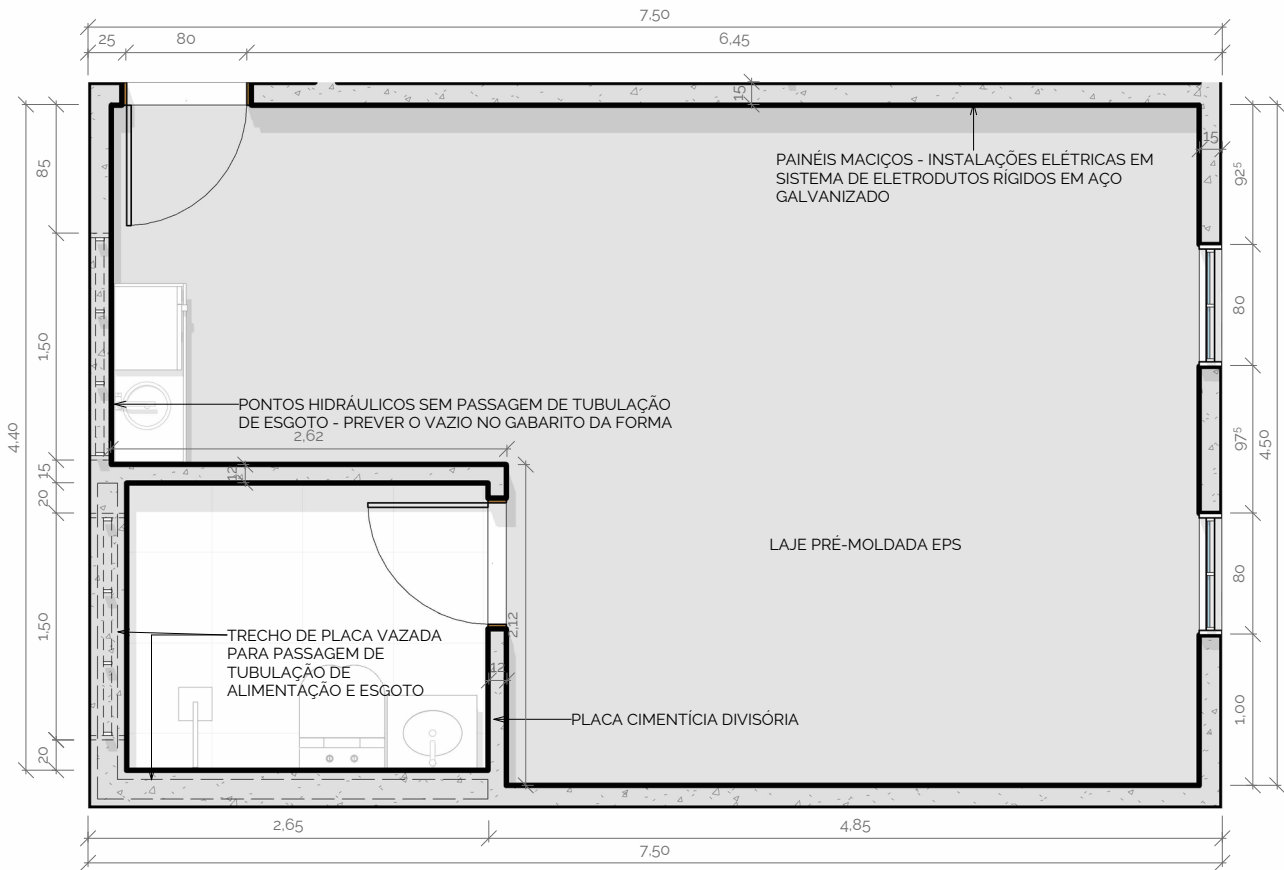
Ademais, para determinar a plasticidade da construção e sua adequação ao local de implantação, a escolha do sistema construtivo dos módulos de dormitórios se faz importante, seguindo os princípios da arquitetura dialógica em equilibrar estética, ética e ciência. Portanto, considerando as tecnologias disponíveis para a construção civil na cidade de São Paulo e que permitam a modularidade, uma vez que o projeto se trata de um modelo de implantação que deve permitir racionalização do canteiro de obras, opta-se pelas paredes e lajes pré-moldadas de concreto, as quais podem ser executadas por meio de gabaritos (formas) reutilizáveis conforme o tipo de módulo de dormitório, variando em sub tipos de acordo com a localização da porta de entrada na articulação do conjunto de módulos.



MÓDULO DORMITÓRIO 4 PESSOAS - ADAPTADO PCR
Escala 1:50

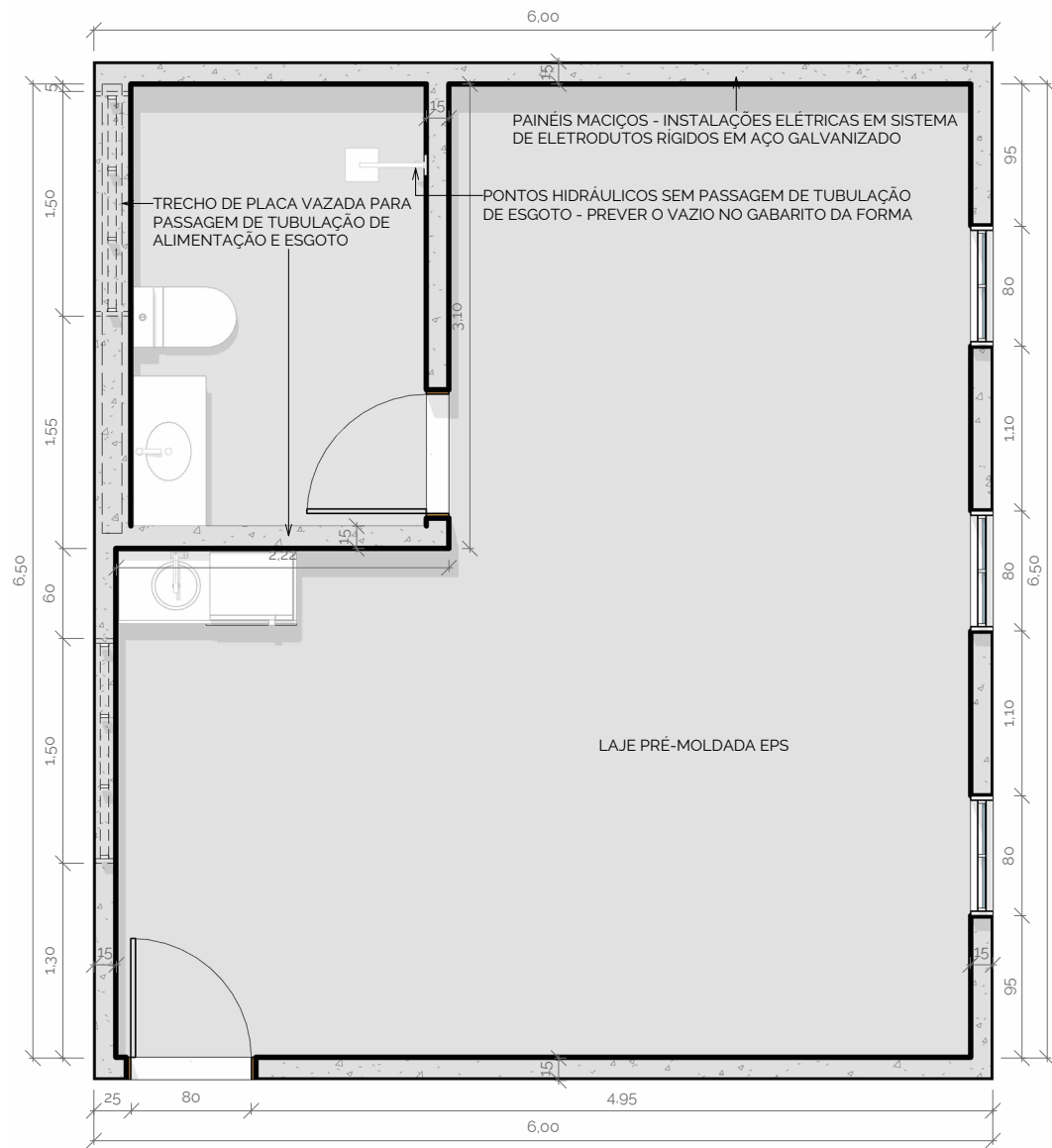


MÓDULO DORMITÓRIO 2 PESSOAS - SISTEMA CONSTRUTIVO 4,50 x 6,00m
Escala 1:50



MÓDULO DORMITÓRIO 3 PESSOAS - SISTEMA CONSTRUTIVO 4,50 x 7,00m
Escala 1:50

A Figura 76 instrui sobre a modulação dos painéis tipo dos dormitórios de 3 e 4 pessoas apresentados na Figura 75, bem como um exemplo de painéis tipo do dormitório de 2 pessoas adaptado apresentado na Figura 75, os quais adaptados ou não, devido à sua menor dimensão podem formar a parede hidráulica mais espessa por meio do espelhamento entre unidades. Assim, o dormitório de 2 pessoas é um volume composto por placas de 6,00 x 3,00m, enquanto o dormitório de 3 pessoas é composto por placas de 4,50 x 7,50m, e de 4 pessoas por placas de 6,00 x 6,50m, todas maciças, com exceção para as paredes hidráulicas externas dos banheiros, as quais possuem uma câmara vazia entre painéis maciços em função do porte dos tubos principais de alimentação, captação de águas e saída de esgoto. As instalações elétricas, em função da maior manutenibilidade, devem ser externas aos painéis.



MÓDULO DORMITÓRIO 4 PESSOAS - SISTEMA CONSTRUTIVO 6,50 x 6,00m
Escala 1:50

Figura 76 - Orientações sobre o sistema construtivo pré-moldado em concreto dos módulos de dormitórios.
Fonte: Autora, 2024.

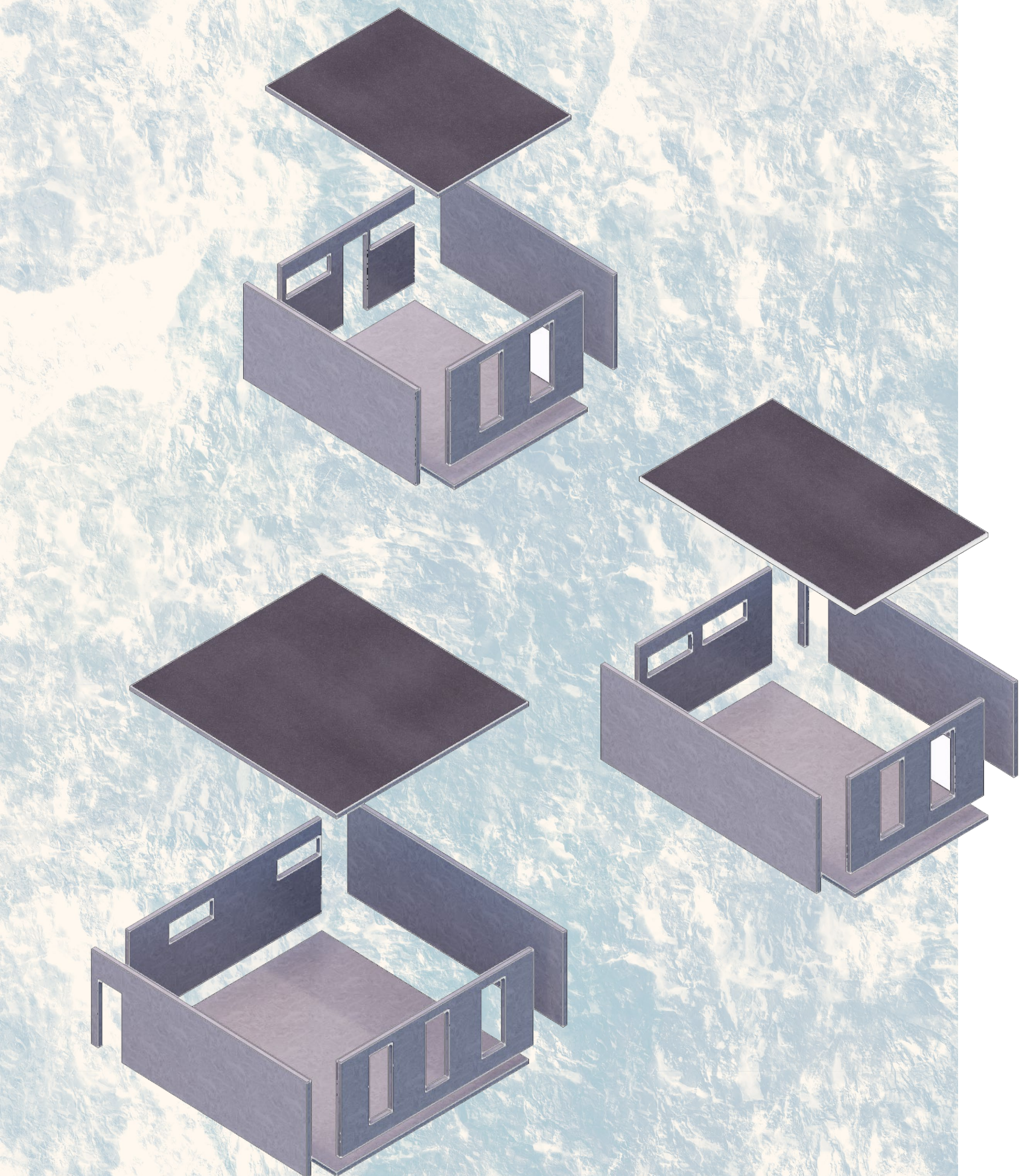


Figura 77 - Exemplo de painéis pré-moldados curados referente aos módulos de dormitórios.
Fonte: Autora, 2024.

O sistema construtivo, atende aos requisitos de parede leve refletora (painel de concreto pré-moldado) e cobertura leve isolada (laje impermeabilizada) do Anexo C da NBR 15.220-3:2005, com pequena diferença para o atraso térmico da vedação vertical em concreto, cujo valor é 0,3 maior ao recomendado.

O diagrama ao lado (Figura 77) exemplifica os painéis dos módulos de dormitórios apresentados anteriormente após a cura do concreto, prontos para receber as instalações, esquadrias e acabamentos necessários. Quanto às janelas (Figura 78), para garantia de maior iluminação natural matutina nos quartos, uma vez que mencionado anteriormente o desconforto térmico por frio na cidade de São Paulo, opta-se por uma forma verticalizada, de modelo camarão em alumínio e vidro, em que os vidros inferiores são fixos, e os vidros superiores são móveis, já que este tipo de esquadria permite o controle da abertura e permite a manipulação do brise. Enquanto na copa e banheiro, cuja orientação deve ser oeste, a esquadria é do tipo maxim-ar horizontal com 3 módulos, todos móveis, para permitir a troca dos fluxos de ventilação.

Ademais, a opção pelas esquadrias verticalizadas dos dormitórios que devem compor a fachada trata-se de uma releitura contemporânea das esquadrias existentes no entorno (Figura 79), em casas antigas que ocupam lotes estreitos em função do desdobramento intensivo deste tecido urbano, e se apropriam de portas e janelas altas para a maior captação de iluminação e ventilação, muitas vezes disponíveis apenas nas fachadas já que não possuem recuos laterais. Assim, as janelas altas dos quartos da moradia transitória, ao invés de venezianas ou cortinas, popularmente utilizadas, recebem brises metálicos móveis que permitem a flexibilização do sombreamento, bem como conferem plasticidade e movimento à fachada.

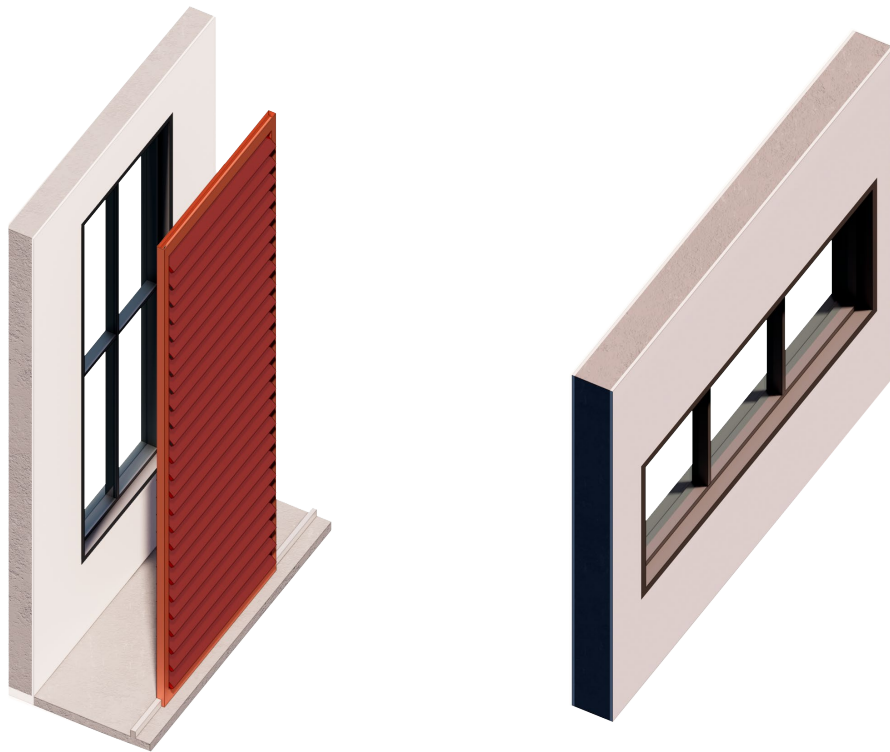


Figura 78 - Janela vertical com sistema de brise (quartos) e janela horizontal (copa e banheiro).
Fonte: Autora, 2024.

Figura 79 - Levantamento fotográfico das esquadrias presentes no entorno do lote de intervenção.



Fonte: Google Street View, 2024. Adaptado pela autora, 2024.



Figura 80 - Perspectiva 3D dos módulos de dormitórios de 2, 3 e 4 pessoas, com exemplo de banheiro adaptado para PCR.
Fonte: Autora, 2024.

Com a definição dos módulos de dormitórios, os quais são norteadores da implantação dos demais cômodos, estabele-ce-se diretrizes para a formulação do desenho das edificações:

01 Os dormitórios devem ser inclinados em relação ao alinhamento da tes-tada, de modo que a face das aberturas dos quartos esteja voltada somen-te ao Leste, tendo em vista uma iluminação saudável para maior conforto térmi-co, bem como a captação dos fluxos de ventos predominantes para arejamento;

02 Os dormitórios devem ocupar o pavimen-to superior para garantir maior privacidade e intimidade às famílias;

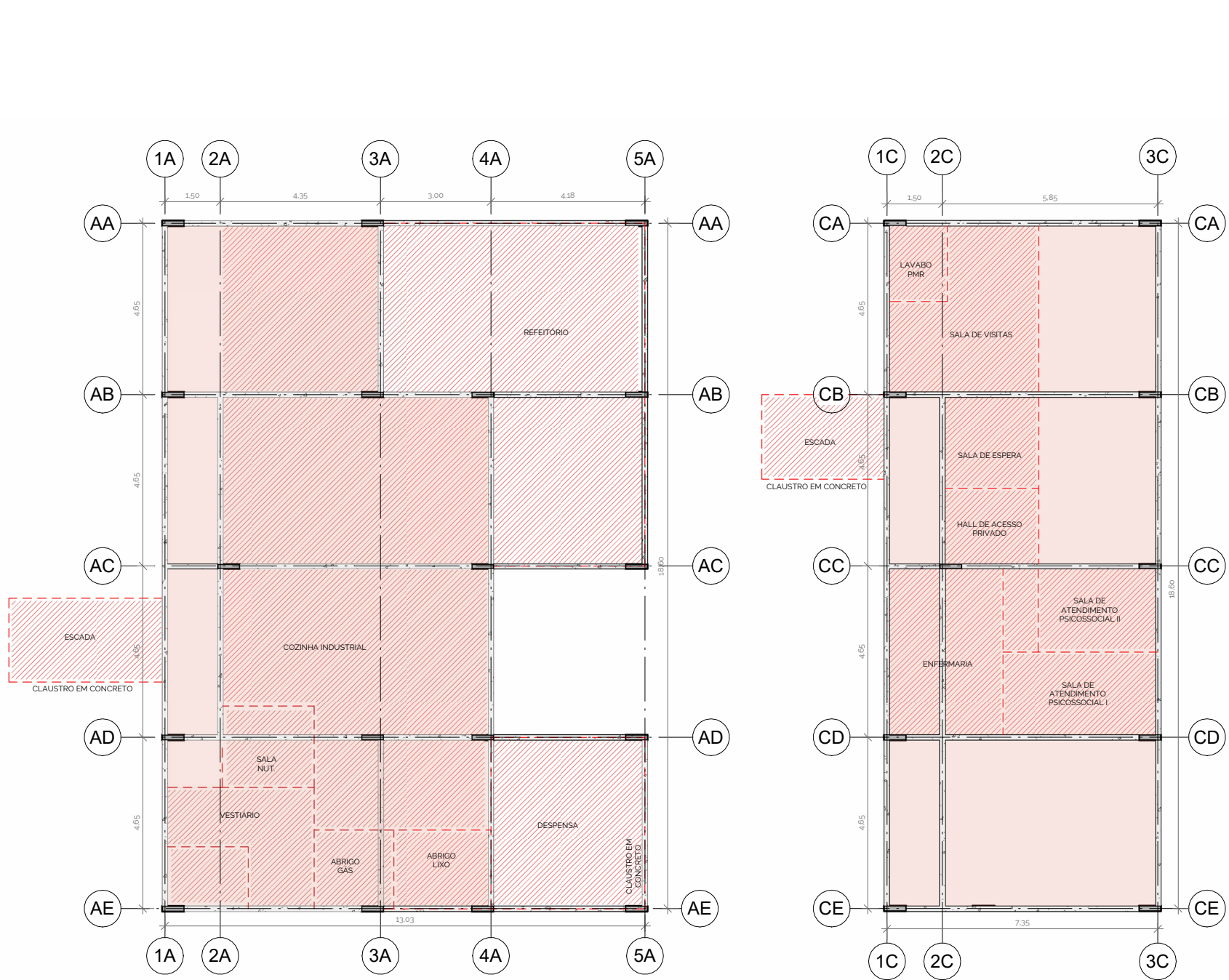
03 Em função da topografia do lote, deve-se distribuir o conjun-to de cômodos em diferentes níveis, e a edificação formada e dispos-ta na cota de nível mais baixa pode ser composta por dois pavimen-tos superiores, de modo a criar escalonamento visual das fachadas;

04 O pavimento térreo deve ser flexível, portan-to, os dormitórios serão elevados em sistema de pilotis.

Assim, considerando o programa de necessidades previamente estabelecido, bem como os estudos de zoneamento de funções, fluxogramas e blocagem preliminar dos cômodos (Figuras 67, 70, 71, 72, 73 e 74), os coeficientes e condições de recuos estabelecidos pelo zoneamento, chega-se em uma planta de modulação do sistema de pilotis (Figuras 81 e 82), em que é possível fazer a leitura dos elementos estruturais que suportam os conjuntos de dormitórios, divididos em três edificações verticais, com a disposição dos cômodos coletivos e comunitários no térreo em função desse sistema. A edificação do salão de cabelereiro será independente e térrea, assim como os módulos comerciais e multiuso, ambos em estrutura de painéis pré-moldados.

A fim de conferir uma composição volumétrica diversificada no tér-reo, a estrutura avança para além da sustentação dos módulos de dormitórios, como pode-se observar na Figura 82, especialmente na Figura 83, uma vez que o Edifício Central é o mais comprido. Ademais, os eixos das figuras dizem respei-to aos pilotis e vigas sob os módulos pré-moldados, portanto as estruturas des-locadas para avanços do pavimento térreo estão cotadas a partir destes eixos.

Quanto à vedação do pavimento térreo, a qual será feita entre pilares, estabe-lece-se como diretriz a utilização de placas drywall em dois tipos de materiais, sendo as placas cimentícias para a vedação externa e as placas de gesso acartonado para as vedações internas, ambas as placas com capacidade de receber enchimentos para promoção de maior conforto termoacústico de acordo com a necessidade do projeto..



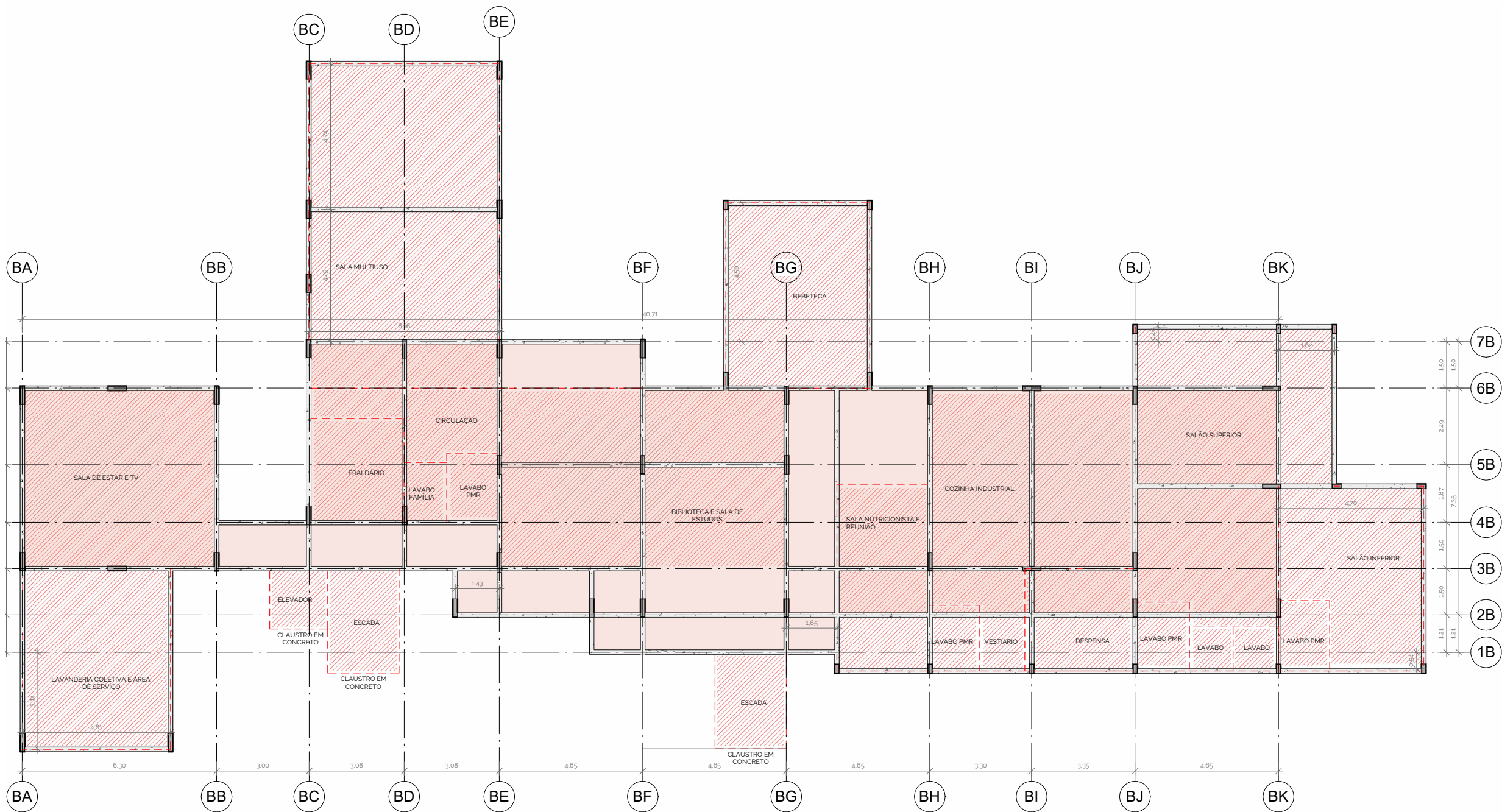
PLANTA DE EIXOS DE PILARES - EDIFÍCIO LATERAL ESQUERDO +737,00
Escala 1:150

PLANTA DE EIXOS DE PILARES - EDIFÍCIO LATERAL DIREITO +739,00
Escala 1:150

LEGENDA

- Módulo Dormitório
- Distribuição de cômodos - Pavimento Térreo
- Eixo parede - Pavimento Térreo

Figura 81 - Relação estrutural da distribuição de cômodos no pavimento superior e inferior do Edifício Lateral Esquerdo e Edifício Lateral Direito.
Fonte: Autora, 2024.



PLANTA DE EIXOS DE PILARES - EDIFÍCIO CENTRAL +737,00, +738,00, +739,00
Escala 1:150
*projeto com orientação alterada para melhor visualização

Figura 82 - Relação estrutural da distribuição de cômodos no pavimento superior e inferior do Edifício Central.
Fonte: Autora, 2024.

LEGENDA - ÁREA ÚTIL DOS AMBIENTES

EDIFÍCIO CENTRAL

COTA +737.00

- 01 Salão inferior_ 41,51m²
- 02 Lavabo PMR_ 3,08m²
- 03 Lavabo feminino_ 1,61m²
- 04 Lavabo masculino_ 1,61m²
- 05 Lavabo PMR_ 3,08m²
- 07 Cozinha industrial_ 34,18m²
- 08 Despensa_ 9,88m²
- 09 Vestiário_ 8,52m²
- 10 Lavabo PMR_ 3,00m²
- 11 Sala da nutricionista e reunião_ 16,54m²

COTA +738.00

- 06 Salão superior_31,60m²

COTA +739.00

- 30 Bebeteca_ 26,45m²
- 31 Escada de acesso residencial_ 7,01m²
- 32 Área coberta_ 5,87m²
- 33 Biblioteca e sala de estudos_ 52,07m²
- 34 Espaço de atividades infantil e solário_ 36,34m²
- 35 Lavabo PMR_ 3,00m²
- 36 Lavabo família_ 2,14m²
- 37 Fraldário_ 9,00m²
- 38 Circulação_ 8,70m²
- 39 Sala multiuso_ 62,30m²
- 40 Escada de acesso residencial_ 6,97m²
- 41 Elevador de acesso residencial_ 3,13m²
- 42 Lavanderia coletiva e área de serviço_ 26,04m
- 43 Sala de estar e TV_ 35,06m²

EDIFÍCIOS DA FACHADA

COTA +739.00

- 12 Hall espera_ 9,28m²
- 13 Copa / DML_ 5,16m²
- 14 Lavabo PMR_ 3,00m²
- 15 Salão de cabeleireiro_37,50m²
- 16 Manicure e maquiagem_23,63m²

Figura 84 - Pavimento Térreo.
Fonte: Autora, 2024.

COTA +740.00

- 17 Comércio/multiuso_ 9,00m²

COTA +741.00

- 18 Comércio/multiuso_ 9,00m²
- 19 Comércio/multiuso_ 9,00m²

EDIFÍCIO LATERAL ESQUERDO

COTA +737.00

- 20 Lavabo PMR_ 3,00m²
- 21 Vestiário_ 8,52m²
- 22 Abrigo de gás_ 4,00m²
- 23 Abrigo de lixo_ 6,00m²
- 24 Despensa_17,82m²
- 25 Sala da nutricionista_ 4,60m²
- 26 Cozinha industrial_ 39,42m²
- 27 Refeitório_105,97m²
- 28 Escada de acesso residencial_ 8,64m²
- 29 Acesso_ 19,96m²

IDENTIFICADORES DE JANELAS

- 1,00 x 0,60 Janela maxim-ar 3 módulos horizontais
- 1,50 x 0,60 Janela maxim-ar 3 módulos horizontais
- 2,50 x 0,60 Janela maxim-ar 5 módulos horizontais
- 0,55 x 2,10 Janela maxim-ar 2 módulos verticais - 1 fixo, 1 móvel
- 1,00 x 2,10 Janela maxim-ar 3 módulos verticais - 2 fixos, 1 móvel
- 2,00 x 2,10 Janela maxim-ar 4x4 módulos - inferiores fixos, superiores móveis

Obs. 2: Possuem requadro em alumínio as portas indicadas com folha de vidro, e todas as janelas, uma vez que são todas de vidro.

EDIFÍCIO LATERAL DIREITO

COTA +739.00

- 44 Enfermaria_ 13,50m²
- 45 Sala de atendimento psicossocial I_ 8,94m²
- 46 Sala de atendimento psicossocial II_ 6,81m²
- 47 Hall de acesso privado_ 6,85m²
- 48 Sala de espera_ 5,95m²
- 49 Sala de visitas_ 14,43m²
- 50 Lavabo PMR_ 3,00m²
- 51 Escada de acesso residencial_ 6,97m²

IDENTIFICADORES DE PORTAS

- 0,76 x 2,10 Porta giro madeira 1 folha
- 0,86 x 2,10 Porta giro madeira 1 folha
- 0,90 x 2,10 Porta giro vidro 1 folha 11, 25, 30, 39, 47 49
- 0,90 x 2,10 Porta giro madeira 1 folha 08, 09, 21
- 0,90 x 2,10 Porta giro alumínio veneziana 1 folha 22, 23
- 0,92 x 2,10 Porta giro adaptada madeira 1 folha
- 1,00 x 2,10 Porta giro madeira 1 folha 44
- 1,80 x 2,10 Porta giro madeira 2 folhas
- 2,00 x 2,10 Porta correr vidro 2 folhas
- 2,50 x 2,10 Porta correr vidro 2 folhas
- 3,60 x 2,10 Porta correr vidro 4 folhas

A planta do pavimento térreo (Figura 84) representa a funcionalização dos espaços, sendo o Edifício Lateral Esquerdo abrigo do Restaurante do ofício, o qual pode ser acessado pelos funcionários por meio de um pátio de serviços na cota mais baixa do lote, e que também serve de acesso de funcionários à cozinha industrial da moradia no Edifício Lateral Esquerdo, bem como otimiza a distribuição dos produtos, coleta de lixo e abastecimento de gás do conjunto. Em seguida, está o Salão de Cabelereiro e Estética, também parte do ofício da moradia, e na cota mais alta da fachada estão os módulos comerciais e multiuso para arrendamento externo e/ou instalação de equipamentos de apoio à praça.

O Edifício Central, por sua vez, estabelece a relação entre a moradia e a praça, uma vez que tem os espaços dedicados ao desenvolvimento de bebês e crianças numa transição segura entre o espaço privado e público, cujas áreas podem ser facilmente vigiadas pelas mães usuárias da biblioteca e sala de estudos por meio das grandes esquadrias de vidro. Ademais, o edifício também abriga um espaço multiuso para receber atividades internas e externas à moradia, e tem um conjunto de sanitários estrategicamente posicionado no centro da circulação entre os cômodos.

O acesso à moradia se dá no Edifício Lateral Direito, cuja recepção é dividida entre moradores e visitantes, ordenando assim o acesso horizontal aos espaços privados da moradia, bem como o acesso vertical pelas escadas distribuídas no centro dos edifícios. Inicialmente, há somente um elevador no Edifício Central, o qual é próximo ao acesso de moradores e possui o maior número de dormitórios, entretanto, estabelece-se como diretriz a implementação de elevadores também nos edifícios menores em um momento mais consolidado da moradia.

Já as plantas dos pavimentos superiores (Figuras 85 e 86) permite a visualização dos conjuntos de dormitórios ao longo do lote, sendo as janelas das copas e banheiros dotados de peitoril suficiente para evitar o constrangimento de visualização do interior doméstico por quem passa pelos corredores de acesso.

Ademais, os tipos de coberturas que fecham os cômodos são majoritariamente do tipo laje impermeabilizada com a indicação do escoamento previsto, e há a adoção de cobertura de vidro no Solário para controle da passagem de iluminação, bem como no acesso ao refeitório para garantia de uma passagem coberta, porém iluminada. A Lavanderia e Área de Serviço, por sua vez, recebe uma claraboia com ventilação sobre o varal de roupas, de modo que possam secar sem exposição externa. A Sala Multiuso e parte do Refeitório recebem cobertura verde de uso extensivo, do tipo Sistema Laminar Médio (Figura), pois se tratam de espaços com uma estrutura mais independente para o recebimento das cargas oriundas deste sistema, contribuindo com o atendimento à quota ambiental para a Zona Eixo de Estruturação da Transformação Urbana Previsto (ZEUP) da Lei de Zoneamento Lei Nº 16.402/16, Perímetro de Qualificação Ambiental 2 (PA 2).

Por fim, o layout arquitetônico sugerido foi elaborado seguindo os mesmos princípios para o layout da moradia, método este anteriormente mencionado.

PAVIMENTO SUPERIOR 1
Escala 1:200

LEGENDA - ÁREA ÚTIL DOS AMBIENTES

EDIFÍCIO CENTRAL

COTA +742.00

- 2P Dormitório 2 pessoas_ 25,39m²
 2P ADAP. Dormitório 2 pessoas_ 25,39m²
 3P Dormitório 3 pessoas_ 32,00m²
 3P ADAP. Dormitório 3 pessoas_ 32,00m²
 4P Dormitório 4 pessoas_ 36,75 m²
 4P ADAP. Dormitório 4 pessoas_ 36,75 m²

EDIFÍCIO LATERAL DIREITO

COTA +742.00

- 2P Dormitório 2 pessoas_ 25,39m²
 3P Dormitório 3 pessoas_ 32,00m²

EDIFÍCIO LATERAL ESQUERDO

COTA +741.00

- 2P Dormitório 2 pessoas_ 25,39m²
 3P Dormitório 3 pessoas_ 32,00m²

COTA +744.00

- 2P Dormitório 2 pessoas_ 25,39m²
 3P Dormitório 3 pessoas_ 32,00m²

Obs. 3: As dimensões das esquadrias e dos dormitórios podem ser conferidas nas Figuras 74, 75 e 76.

Figura 85 - Pavimento Superior 1.
Fonte: Autora, 2024.

PAVIMENTO SUPERIOR 2
Escala 1:200

PARCIAL DE UNIDADES DE DORMITÓRIOS

COTA +742,00

- 2P Dormitório 2 pessoas_ 2 un.
 2P ADAP. Dormitório 2 pessoas_ 1 un.
 3P Dormitório 3 pessoas_ 4 un.
 3P ADAP. Dormitório 3 pessoas_ 1 un.
 4P Dormitório 4 pessoas_ 2 un.
 4P ADAP. Dormitório 4 pessoas_ 1 un.

COTA +741.00

- 2P Dormitório 2 pessoas_ 2 un.
 3P Dormitório 3 pessoas_ 2 un.

COTA +744.00

- 2P Dormitório 2 pessoas_ 2 un.
 3P Dormitório 3 pessoas_ 2 un.

SUBTOTAL

- 2P Dormitório 2 pessoas_ 6 un.
 2P ADAP. Dormitório 2 pessoas_ 1 un.
 3P Dormitório 3 pessoas_ 8 un.
 3P ADAP. Dormitório 3 pessoas_ 1 un.
 4P Dormitório 4 pessoas_ 2 un.
 4P ADAP. Dormitório 4 pessoas_ 1 un.

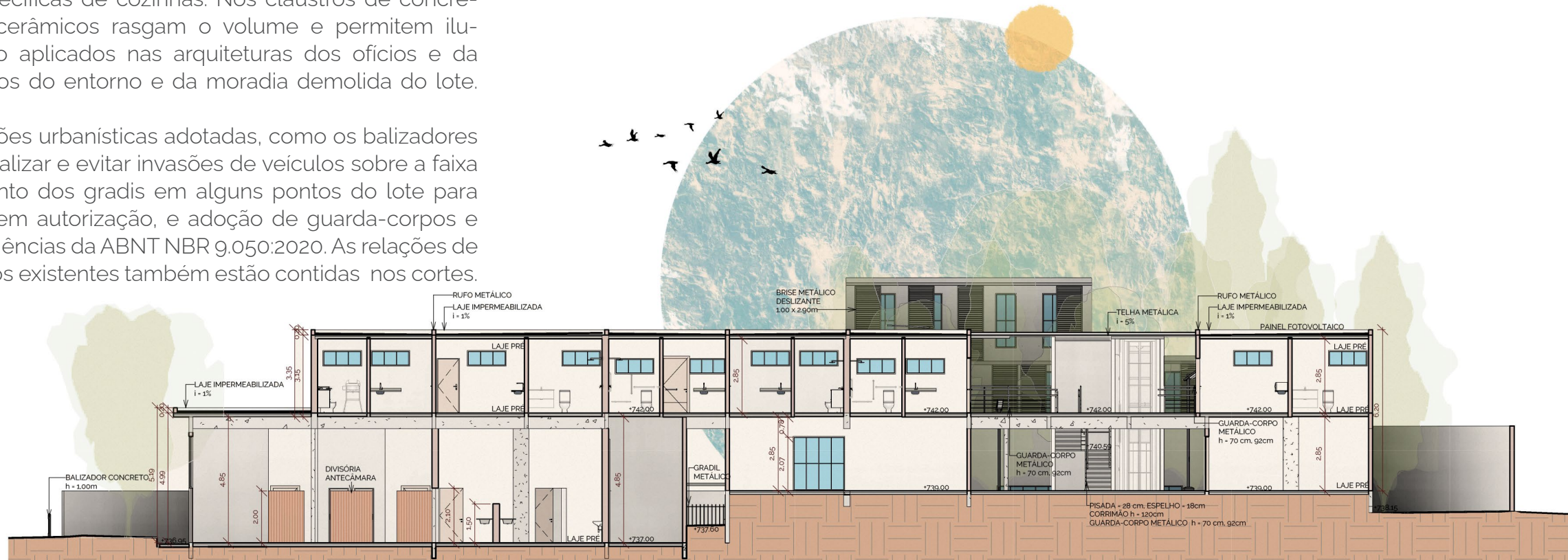
TOTAL

19 unidades

Figura 86 - Pavimento Superior 2.
Fonte: Autora, 2024.

Os cortes a seguir (Figuras 87 e 88) exemplificam a relação dos desníveis entre as edificações e os materiais construtivos adotados para a composição do equipamento. Quanto aos pés-direitos, há predominância para o valor de 2,85m e variações no caso do Refeitório e Restaurante, os quais podem receber forro para ocultar dutos e tubulações específicas de cozinhas. Nos claustros de concreto das escadas, painéis de cobogós cerâmicos rasgam o volume e permitem iluminação e ventilação, assim como são aplicados nas arquiteturas dos escritórios e da Bebeteca, dialogando com os elementos do entorno e da moradia demolida do lote.

Ainda, é possível observar soluções urbanísticas adotadas, como os balizadores de concreto na Área da Infância para sinalizar e evitar invasões de veículos sobre a faixa demarcada, bem como o posicionamento dos gradis em alguns pontos do lote para evitar a entrada de pessoas externas sem autorização, e adoção de guarda-corpos e corrimões em conformidade com as exigências da ABNT NBR 9.050:2020. As relações de altura das luminárias, árvores e elementos existentes também estão contidas nos cortes.



CORTE A-A
Escala 1:200

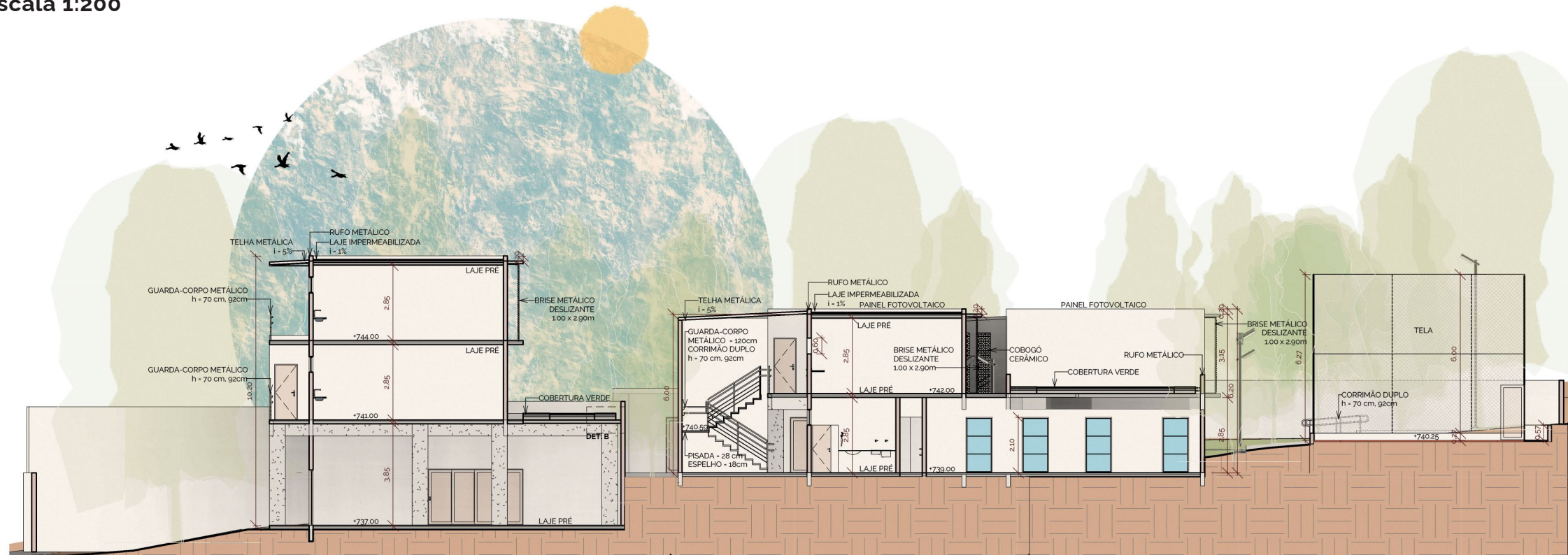


Figura 87 - Cortes A-A e B-B do equipamento da Moradia Transitória.
Fonte: Autora, 2024.

O Detalhe A (Figura 89) ilustra como devem ser instalados os cobogós das edificações, acompanhados de painéis de vidro deslizantes para impedir a ventilação em dias frios e a eventual invasão das chuvas sobre os interiores, com exceção para aqueles posicionados nos claustros das escadas, os quais são permanentemente abertos para que o espaço da escada funcione como uma torre de ventilação.

O Detalhe B (Figura 90), por outro lado, ilustra as camadas de composição da cobertura verde extensiva adotada no projeto, considerando um recuo em seixo para evitar a possível dispersão de fogo na área gramada sobre os edifícios do entorno, beirais mais altos para a manutenção do sistema, e o funcionamento de reciclagem de água do Sistema Laminar Médio, em que consiste no armazenamento das águas plu-



CORTE C-C
Escala 1:200

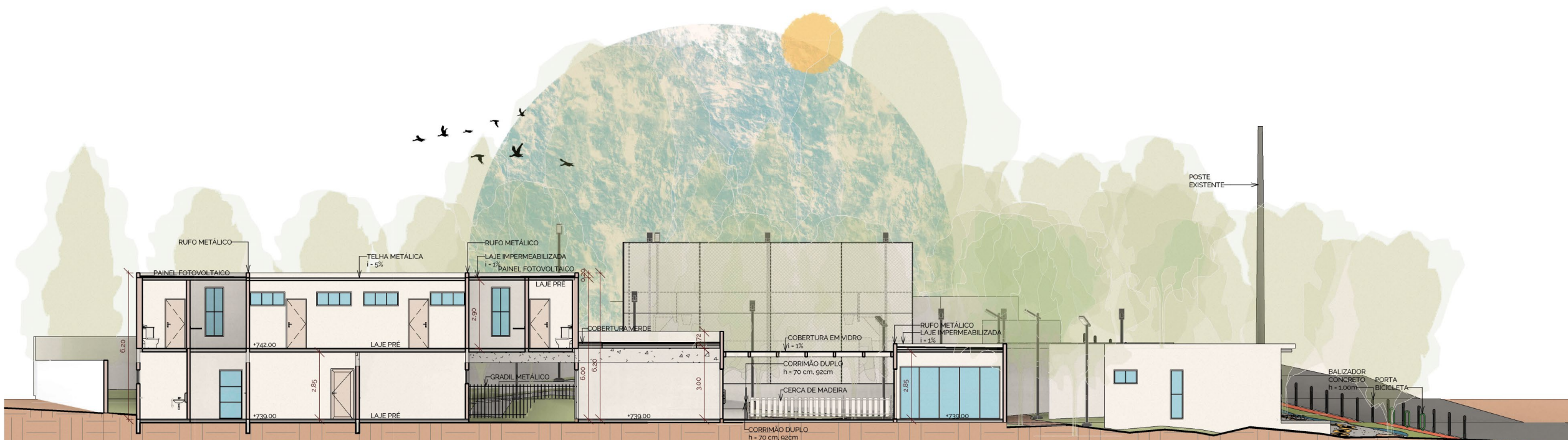


Figura 88 - Cortes C-C e D-D do equipamento da Moradia Transitória.
Fonte: Autora, 2024.

viais em até 5cm de altura para alimentação das espécies acopladas nas placas, com extravasão do volume excedente para tubos coletores, por meio do sensor de uma boia, podendo ser reutilizada a água em atividades que não exijam a potabilidade dela. Ademais, este sistema pode servir para a drenagem de efluentes de esgoto. As informações coletadas para a escolha do tipo de cobertura advêm de Nakamura (2018), e o detalhamento se baseia no modelo disponível no mercado da empresa Ecotelhado (2024).

DET. A
Escala 1:25

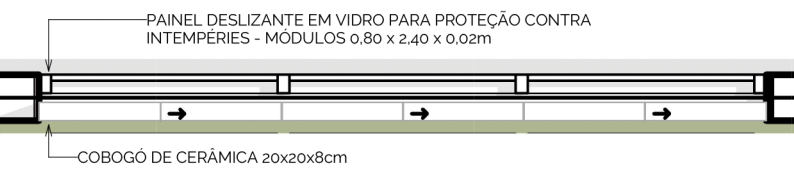


Figura 89 - Detalhe A de fechamento dos cobogós.
Fonte: Autora, 2024.

DET. B
Escala 1:25

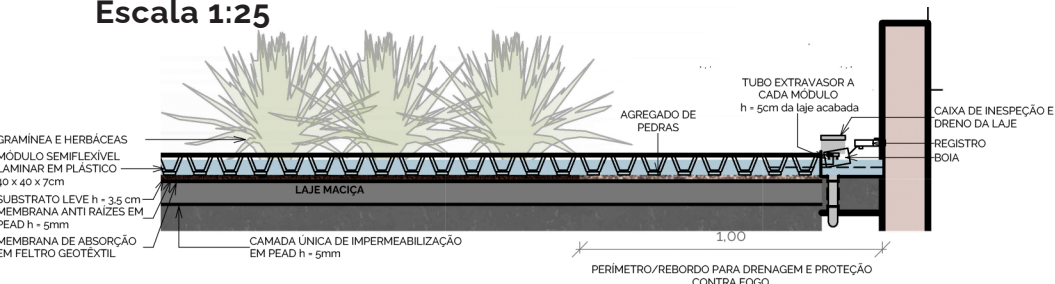


Figura 90 - Detalhe B da cobertura verde (Sistema Laminar Médio).
Fonte: Autora, 2024.

O projeto de paisagismo se fundamenta na necessidade de criar uma reconexão ecológica para os fragmentos de vegetação existentes no contexto, cuja relação de tipos está especificada na Figura 56. Assim, a escolha das espécies para promover a potencialidade vegetativa do lote segue orientação provida pelo documento Lista de espécies indicadas para restauração Ecológica para diversas regiões do Estado de São Paulo (Governo do Estado de São Paulo, Secretaria do Meio Ambiente, Instituto de Botânica, 2017), considerando aqueles indicados para a região sudeste e que priorizem os seguintes critérios:

- 01 Classe sucessora não pioneira, pois segundo recomendações dos autores, as que habitam os sub-bosques de florestas (não pioneiras) são indicadas para o enriquecimento da biodiversidade local, que é o caso do lote de intervenção;
- 02 Espécies com alturas diversificadas, porém similares, para não destoar da fisionomia dos bosques e sub-bosques;
- 03 Síndrome de dispersão zoocórica, para estimular as trocas entre o sistema de vegetação e os animais, e reestabelecimento do ecossistema local
- 04 Espécies do bioma de Floresta Ombrófila Densa;
- 04 Uma espécie de folhas caducas para plantio frontal as janelas dos quartos, orientadas para Leste, de modo a sombrear naturalmente durante o verão e permitir maior insolação durante inverno.

Desta forma, o Quadro 15 sintetiza a escolha de espécies arbóreas, arbustivas, subarbustivas e herbáceas, dentre elas as epífitas, categorizadas entre canteiros de sombra, ou seja, aquelas embaixo das copas arbóreas, meia sombra, sendo aquelas em transição sob a copa das árvores e os canteiros livres, bem como na cobertura verde vertical do muro esquerdo, e sol pleno no caso das coberturas verdes, cuja exposição solar é contínua. Configura-se assim um bosque heterogêneo, característico do local.

Complementarmente, a Figura 91 relaciona a setorização dos canteiros acima mencionados, bem como espacializa os indivíduos arbóreos no lote, os quais não devem possuir intersecção de copas, já que se trata de uma fisionomia de bosque. Quanto à arborização de calçadas, toma-se como base o documento Manual Técnico de Arborização Urbana (Prefeitura de São Paulo, Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, 2024). Já a Figura 92 ilustra as espécies, seguindo a ordem do Quadro 15, com exceção para a fruta-de-pomba.

Por fim, os caminhos naturalizados presentes no acesso à praça comunitária e à praça interna são em cascalho, visando o enriquecimento tátil dos bebês e crianças na experimentação de texturas diferentes da cobertura vegetal dos canteiros.

DIAGRAMA DE VEGETAÇÃO

1:250



Figura 91 - Diagrama de relação de espécies arbóreas e tipos de canteiros no equipamento da Moradia Transitória.

Fonte: Autora, 2024.



Figura 92 - Diagrama de relação de espécies arbóreas e tipos de canteiros no equipamento da Moradia Transitória.

Fonte: Harri Lorenzi, 1992. PlantNet,2010, 2019, 2023. BioDiversity4All, 2024. The Field Museum, 2024. Flora Digital, 2011, 2011, 2020, 2022. Flickr, 2016. Reflora, 2014. Pabloheller, 2017.

Quadro 15 - Informações técnicas a respeito das espécies selecionadas para o projeto de reconexão ecológica do equipamento da Moradia Transitória.

Simbologia - cor	Nome popular	Nome científico	Altura (m)	Classe sucessional	Grupo funcional	Síndrome de dispersão	Bioma - ecossistema
Espécies Arbóreas							
	Pindaíba	<i>Xylopia brasiliensis</i> Spreng.	6-10	Não Pioneira	Diversidade	Zoocórica	Restinga, Floresta Ombrófila Densa
	Peito de pombo	<i>Tapirira guianensis</i> Aubl.	8-13	Não Pioneira	Diversidade	Zoocórica	Floresta Ombrófila Densa
	Ipê-roxo	<i>Handroanthus heptaphyllus</i> (Vell.) Mattos	10-20	Não Pioneira	Diversidade	Anemocórica	Mata Ciliar
	Pata-de-vaca-do-campo	<i>Bauhinia longifolia</i> (Bong.) Steud.	4-7	Pioneira	Preenchimento	Autocórica	Floresta Estacional Semidecdua
Espécies arbustivas							
Meia sombra	Espora-de-galo	<i>Centropogon cornutus</i> (L.) Druce	0,3 - 2	Não Pioneira	Diversidade	Autocórica	Floresta Ombrófila Densa, Floresta Altomontana, Cerrado
Meia sombra	Caetê-do-brejo	<i>Dichorisandra thyrsiflora</i> J.C.Mikan	2	Não Pioneira	Diversidade	Zoocórica	Floresta Ombrófila Densa
Meia sombra	Fruta-de-pomba	<i>Erythroxylum gonocladum</i> (Mart.) O.E. Schulz	2,5	Não Pioneira	Diversidade	Zoocórica	Floresta Ombrófila Densa, Floresta Altomontana
Espécies subarbustivas							
Meia sombra	Amora-vermelha	<i>Rubus rosifolius</i> Sm. var. <i>rosifolius</i>	0,4 - 1	Não Pioneira	Diversidade	Zoocórica	Floresta Ombrófila Densa, Floresta Altomontana, Floresta Estacional Semidecdua, Cerrado
Sol pleno	Sálvia vermelha	<i>Salvia splendens</i> Sellow ex Roem. & Schult	0,5 - 2	Não Pioneira	Diversidade	Autocórica	Floresta Ombrófila Densa, Área Antropica
Espécies herbáceas							
Sol pleno	Erva-de-santa-luzia	<i>Commelina erecta</i> L.	0,3 - 0,5	Não Pioneira	Diversidade	Zoocórica	Floresta Ombrófila Densa, Floresta Estacional Semidecdua, Cerrado
Sombra	Samambaia	<i>Asplenium raddianum</i> Gaudich.	0,15 - 0,4	Não Pioneira	Diversidade	Anemocórica	Floresta Ombrófila Densa, Floresta Altomontana, Floresta Estacional Semidecdua
Sombra	Banana-de-macaco	<i>Philodendron bipinnatifidum</i> Schott	-	Não Pioneira	Diversidade	Zoocórica	Floresta Ombrófila Densa, Floresta Estacional Semidecdua, Mata Ciliar, Cerrado
Sombra	Chuva-de-ouro	<i>Coppensia flexuosa</i> (Sims) Campacci	0,2 - 0,6	Não Pioneira	Diversidade	Anemocórica	Floresta Ombrófila Densa/ Floresta Estacional Semidecdua/ Mata Ciliar/ Cerrado
Meia sombra	Taquari-mole	<i>Olyra latifolia</i> L.	0,5 - 2	Não Pioneira	Diversidade	Autocórica	Floresta Ombrófila Densa, Floresta Estacional Semidecdua, Mata Ciliar, Cerrado
Meia sombra (muro verde)	Avenca	<i>Adiantum raddianum</i> C. Presl.	0,3 - 0,5	Não Pioneira	Diversidade	Anemocórica	Floresta Ombrófila Densa
Meia sombra	-	<i>Aechmea bromeliifolia</i> (Rudge) Baker	0,5 - 0,9	Não Pioneira	Diversidade	Anemocórica	Floresta Ombrófila Densa, Floresta Estacional Semidecdua, Cerrado

Fonte: Governo do Estado de São Paulo, Secretaria do Meio Ambiente, Instituto de Botânica, 2017. Prefeitura de São Paulo, Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, 2024. Adaptado pela autora, 2024.

As figuras a seguir ilustram todo o material teórico trabalhado neste caderno, materializam o modelo de uma moradia transitória para mães solo inserida em um contexto de centro urbano consolidado, bem como sugere cores e materiais de acabamento conforme o disponível no entorno do lote, visando uma inserção harmônica do equipamento.

Assim, observa-se a formação de uma vila paulistana, com formatos tradicionais de agrupamentos de edifícios, porém dotada de elementos contemporâneos que não criam um falso histórico, e não rompem com a identidade local do distrito da Penha de França.



Figura 93 - Perspectiva isométrica do conjunto de blocos, os quais formam o equipamento da Vila Transitória "Ana Soares Pereira".
Fonte: Autora, 2024.

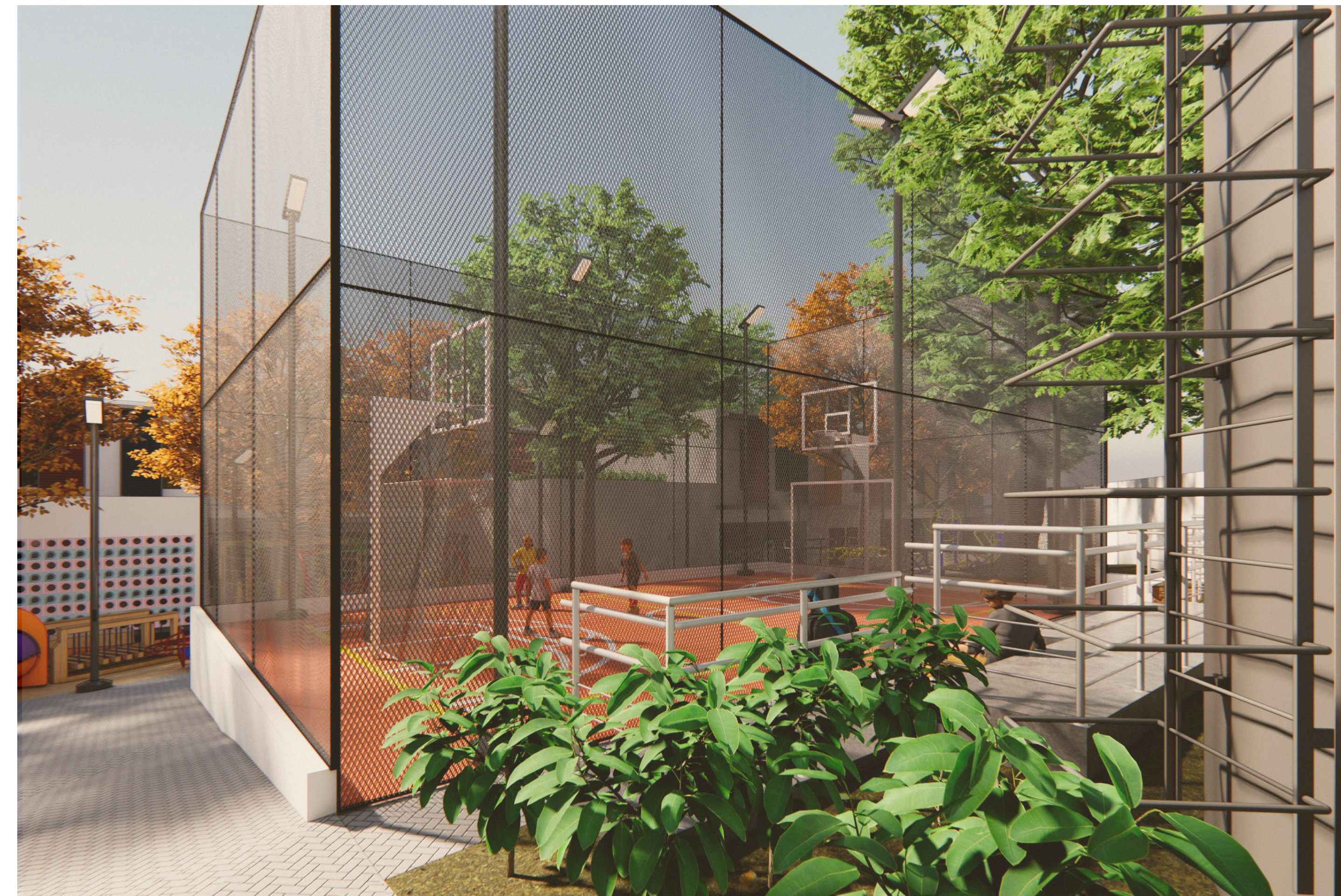


Figura 94 - Perspectiva da Mini Quadra Poliesportiva.
Fonte: Autora, 2024.



Figura 95 - Perspectiva do Parque Infantil e Mini Quadra Poliesportiva.
Fonte: Autora, 2024.



Figura 96 - Perspectiva da Academia Ao Ar Livre e Edifício Lateral Direito.
Fonte: Autora, 2024.



Figura 97 - Perspectiva da praça interna de acesso privativo.
Fonte: Autora, 2024.



Figura 98 - Perspectiva da fachada do Restaurante e parte da Área da Infância.
Fonte: Autora, 2024.



Figura 99 - Perspectiva da Área da Infância e a relação da fachada ativa do Salão de Cabelereiro com o Edifício Central.
Fonte: Autora, 2024.



Figura 100 - Perspectiva da Sala de Estar.
Fonte: Autora, 2024.



Figura 101 - Perspectiva do Refeitório.
Fonte: Autora, 2024.



Figura 102 - Perspectiva da Lavanderia Coletiva e Área de Serviço.
Fonte: Autora, 2024.



Figura 103 - Perspectiva do Salão de Cabelereiro e Estética.
Fonte: Autora, 2024.



Figura 104 - Perspectiva da Biblioteca/Sala de Estudos, com Bebeteca e Solário ao fundo.
Fonte: Autora, 2024.



Figura 105 - Perspectiva da Cozinha Industrial do Restaurante.
Fonte: Autora, 2024.



Figura 106 - Perspectiva dos salões do Restaurante.
Fonte: Autora, 2024.



Figura 107 - Perspectiva noturna do Edifício Lateral Direito e Edifício Central.
Fonte: Autora, 2024.

06 CONCLUSÃO

O presente trabalho, cuja correspondência permitiu a compreensão do que é fenomenologicamente o ato de habitar e os padrões culturais refletores sobre a forma de fazer arquitetura com base nos conceitos empregados por Pallasmaa (2016) e Alexander (1981), bem como o levantamento de dados acerca do déficit habitacional de mães solo e seus filhos evidenciou a crescente desta configuração familiar monoparental chefiada por mulher no Brasil e no contexto da RMSp. Ainda, o referencial teórico levantado reforçou a necessidade de se prover moradia adequada de acordo com princípios globais estabelecidos pela ONU e parâmetros normativos locais, alinhado ao princípio de seguridade social para famílias em situação de vulnerabilidade social, e no caso deste recorte temático, de modo a assegurar o desenvolvimento adequado da primeira e segunda infâncias e a autonomia de mulheres.

Ademais, o questionário aplicado às mães solo residentes na cidade de São Paulo permitiu a compreensão de suas necessidades socioespaciais para com a habitação transitória e à cidade, evidenciando a preferência pela individualidade das famílias no que diz respeito aos espaços íntimos da habitação, e maior flexibilidade quanto ao uso coletivo de espaços menos íntimos da habitação. Também, a necessidade por equipamentos básicos de saúde, educação, abastecimento, mobilidade urbana, ambientais e de cultura e lazer é uniforme. E quanto ao ofício potencial a ser empreendido na moradia, aqueles que são possíveis de serem praticados em ambiente não especializado, como na própria habitação, são os preferidos.

Quanto ao distrito onde está localizado o lote de intervenção, pôde-se concluir sua adequação ao recebimento de um equipamento público do tipo visado neste trabalho, uma vez que se trata de um centro urbano consolidado com oportunidades de acesso a equipamentos básicos diversos, além de possuir importantes monumentos históricos, os quais podem contribuir no sentido de pertencimento das novas famílias, sendo o lote propriamente inserido em uma rua de contexto habitacional histórico fragmentado.

Assim, com base nos levantamentos teóricos, de dados e proposição de diretrizes, conclui-se que é possível desenvolver um projeto de arquitetura com base nos

princípios da arquitetura dialógica, quando o objeto está inserido em contexto urbano consolidado e histórico, bem como unir as necessidades do público visado em uma arquitetura harmoniosa e adequada ao seu contexto de inserção, respeitando os elementos construtivos ali presentes e a potencialidade de reintegrar fragmentos da arquitetura habitacional da região, bem como de sua característica vegetativa original. É a arquitetura da moradia transitória o instrumento viabilizador da seguridade social para mulheres e crianças, permitindo o desenvolvimento adequado da primeira e segunda infâncias por meio de espaços enriquecidos para as crianças, os quais funcionam como rede de apoio para as mães solo, consequentemente, permitindo o desenvolvimento pessoal e profissional dessas mães.

Por fim, cabe ressaltar a necessidade do poder público local voltar a atenção ao déficit habitacional específico de mulheres mães solo, integrando políticas de acolhimento provisório com políticas de Habitação de Interesse Social, (HIS), de modo que possa se acolher estas mães e seus filhos em um espaço seguro e potencializador para a reinserção delas na sociedade e mercado de trabalho, e de seus filhos em um ambiente saudável para o desenvolvimento físico e cognitivo, até que se tenha uma definição da concessão do benefício de HIS, evitando assim a insegurança familiar e habitacional na qual são expostas essas famílias.

O presente projeto da Vila Transitória "Ana Soares Pereira", portanto, exemplifica um modelo de Centro de Acolhida Especial (CAE) a ser seguido para o atendimento de famílias monoparentais femininas, uma vez que o único tipo similar está somente na Zona Sul de São Paulo, equilibrando o impacto de um equipamento público com seu entorno de maneira harmoniosa, servindo tanto à comunidade local, ao contexto e ao público visado.

07 REFERÊNCIAS

4L ARQ. Habitação de Emergência para Mães Solteiras / 4L ARQ. **Archdaily**, 2013. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-130699/habitacao-de-emergencia-para-maes-solteiras-slash-4l-arq>. Acesso em: 08 fev. 2024.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Mãe solo**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, [20--]. Disponível em: <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/mae-solo>. Acesso em: 01 fev. 2024.

ASSOCIAÇÃO AMPARO MATERNAI. **A Associação Amparo Maternal. Amparo Maternal**. São Paulo: Associação Amparo Maternal, [20--]. Disponível em: <https://amparomaternal.org/>. Acesso em: 27 jan. de 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15.220-3**: Desempenho térmico de edificações Parte 3: Zoneamento bioclimático brasileiro e diretrizes construtivas para habitações unifamiliares de interesse social. Rio de Janeiro: ABNT, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15.575-1**: Edificações habitacionais. Parte 1: Requisitos gerais. Rio de Janeiro: ABNT, 2013.

ASSOCIAÇÃO RECICLÁZARO. **Casa de Marta e Maria**. São Paulo: Associação Reciclázaro, [20--]. Disponível em: <https://www.reciclazaro.org.br/unidades/casa-de-marta-e-maria/>. Acesso em: 16 jan. 2024.

A Basílica. **Basílica de Nossa Senhora da Penha**. São Paulo, [20--]. Disponível em: <http://www.basilicadapenha.com.br/fotos-basilica.html>. Acesso em: 29 mar. de 2024.

ALEXANDER, Christopher. **El modo intemporal de construir**. Barcelona: Gustavo Gili, 1981.

BALDIN, A. F. A. Tijolo a vista – as olarias na cidade de São Paulo na década de 1850/60. *In*: XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - LUGARES DOS HISTORIADORES: VELHOS E NOVOS DESAFIOS, 28., 2015, Florianópolis. **Artigos** [...]. Florianópolis, SC. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019_01/1548945030_c391f6b8d255e343452d6826cae14fb.pdf. Acesso em: 29 mar. de 2024.

BOUERI FILHO, J. J. **Projeto e Dimensionamento dos Espaços da Habitação**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2008.

BOUERI FILHO, J. J. **A contribuição da ergonomia na formação do arquiteto: o dimensionamento dos espaços da habitação**. 2004. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. **Capítulo VII**. Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.069, 13 de Julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. Ministério Público Federal; Defensoria Pública do Estado de São Paulo. **Comentário Geral n. 4: Parágrafo 1 do Artigo 11 (O direito a uma moradia adequada)**. In:..... Comentários Gerais dos Comitês de Tratados de Direitos Humanos da ONU. Comitê de Direitos Humanos. Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. 2018, p. 257-263. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7726135/mod_resource/content/1/Comenta%CC%81rios%20Gerais%20da%20ONU.pdf>. Acesso em: 10 abr. de 2024.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Direito à moradia adequada**. Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013. Disponível em: https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Direito-a-moradia-adequada.pdf. Acesso em: 10 abr. de 2024.

FEIJÓ, J. **Mães solo no mercado de trabalho**. Instituto Brasileiro de Economia, 2023. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/maes-solo-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 03 jan. 2024.

GALVÃO, L. B. Mãe solteira não, Mãe solo! Considerações sobre maternidade, conjugalidade e sobrecarga feminina. **Revista Direito e Sexualidade**. Salvador, v. 1, n. 1, p. 1-23, jul. 2020. DOI: <https://doi.org/10.9771/revdirsex.v1i1.36872>. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revdirsex/article/view/36872/21118>. Acesso em: 10 jan. 2024.

GEOSAMPA. **Mapa Digital da Cidade de São Paulo**. São Paulo: Geosampa, 2024. Disponível em: tps://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx. Acesso em: 12 abr. 2024.

GOBBI, M. A. Casa da mãe solo: na cidade segregada, a produção de um lugar para mulheres e crianças que estão por vir. **Civitas**. Porto Alegre, v. 23, n. 1, 13 p., Jan / Dec. 2023. DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2023.1.42252>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/civitas/a/7ZyBwG-msbHPgR5rrthbYXTF/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 09 jan. 2024.

HABITAR PARA A HUMANIDADE (Brasil). **O direito à moradia digna no Brasil: desafios e soluções**. Recife: Habitat para a Humanidade Brasil, [20--]. Disponível em: https://d335luupugsy2.cloudfront.net/cms%2Ffiles%2F113786%2F1702992211E-book_-_O_direito_a_moradia_digna_no_Brasil_desafios_e_solucoes.pdf?utm_campaign=8dh_ar_-_e-book_direito_a_moradia_digna_no_brasil_desafios_e_solucoes_automacao&utm_medium=email&utm_source=RD+Station. Acesso em: 10 abr. 2024.

HABITAR PARA A HUMANIDADE (Brasil). Mães solo no Brasil: a realidade da pobreza e a ajuda da Habitat. **Habitat para a Humanidade Brasil**. Recife, 2018. Disponível em: <https://habitatbrasil.org.br/maes-solo-vivem-abaixo-da-linha-da-pobreza/>. Acesso em: 15 jan. 2024.

HELENE, D. PROTAGONISMO FEMININO NOS MOVIMENTOS POR MORADIA. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. **Cadernos Metrópole**. São Paulo, v. 21, n. 46, 11 p. 951-974, set./dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2019-4612>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/VvmjbmKMB7PYMvXtwZrXfgt/>. Acesso em: 16 jan. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Panorama. **IBGE**, Brasília, 28 mai. 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 26 jan. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua. **IBGE**, Brasília, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/10070/64506>. Acesso em: 26 jan. 2024.

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS; INTELIGÊNCIA EM PESQUISA E CONSULTORIA; REDE NOSA SÃO PAULO. **Viver em São Paulo: MULHERES**. São Paulo: IPEC, Instituto Cidades Sustentáveis,

Rede Nossa São Paulo, 2022. Disponível em: https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2019/01/22_1909_RNSP_MULHERES_completa_V2.pdf. Acesso em: 01 fev. 2024.

KABZAS, D. *et al.* O desafio de mães solo: "ou eu trabalhava ou nós dois morríamos de fome", diz Valdenia, mãe solo. **Revista Digital "Esquinas", Laboratório da Faculdade Cásper Libero**. São Paulo, 18 jul. 2023. Disponível em: <https://revistaesquinas.casperlibero.edu.br/cotidiano/o-que-e-invisivel/maes-solo-e-carreira-ou-eu-trabalhava-ou-nos-dois-morriamos-de-fome/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

LAB ARQUITETOS. Esquina Mocotó. **LAB Arquitetos**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.labarquitetos.com.br/esquina-mocoto>. Acesso em: 05 jun. 2024

LAB ARQUITETOS. Mocotó. **LAB Arquitetos**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.labarquite-tos.com.br/mocoto>. Acesso em: 05 jun. 2024.

LAB ARQUITETOS. Pracinha Mocotó. **LAB Arquitetos**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.labarquitetos.com.br/pracinha-mocoto>. Acesso em: 05 jun. 2024.

MACHADO, L. A luta das mães solo para criar os filhos e construir o próprio bairro em São Paulo. **G1 - BBC News**, São Paulo, 28 nov. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/11/28/a-luta-das-maes-solo-para-criar-os-filhos-e-construir-o-proprio-bairro-em-sao-paulo.ghtml>. Acesso em: 10 mar. 2024.

MARQUEZ, A. Restaurante Esquina Mocotó. **Galeria da Arquitetura**. São Paulo, 2016. Disponível em: https://m.galeriadaarquitetura.com.br/projeto/lab-arquitetos_/restaurante-esquina-mocoto/1456. Acesso em: 05 jun. 2024.

MASS DESIGN GROUP. **Maternity Waiting Village**. The Plan, Bolonha, 2016. Disponível em: <https://www.theplan.it/eng/award-2016-Health/maternity-waiting-village-2>. Acesso em: 05 jun. 2024.

MÃES solo:uma solidão que vai além do nome. **Elas Que Lucrem**. São Paulo, 24 mar. 2023. Disponível em: <https://www.eql.com.br/saude-financeira/2023/01/maes-solo-uma-solidao-que-vai-alem-do-nome/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

MOBA. Quem são MOBA. **MOBA**, Buenos Aires, [20--]. Disponível em: <http://www.moba.la/site>. Acesso em: 07 jun. 2024.

NAKAMURA, Priscila. **Guia de coberturas verdes para Campo Grande - MS**. 1. Campo Grande: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Faculdade de Engenharias, Arquitetura, Urbanismo e Geografia, Programa de Pós-Graduação em Eficiência Energética e Sustentabilidade, 2018. Disponível em: https://ppgees.ufms.br/files/2021/09/Guia_coberturas_verdes_nakamura.pdf. Acesso em: 19 nov. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **A Primeira Infância**. Buenos Aires: Instituto Internacional de Planejamento Educacional (IIEP) da UNESCO, [20--]. Disponível em: <https://siteal.iiiep.unesco.org/pt/eje/pdf/1164#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20UNICEF,agendas%20dos%20governos%20da%20regi%C3%A3o>. Acesso em: 01 mai. de 2024.

PALLASMAA, Juhani. **Habitar**. Barcelona: Gustavo Gili, 2016.

PECINATO, Beatriz. Mães solo não devem ser sinônimo de abandono, mas de opção. **Jornal da USP**. São Paulo, 19 out. 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/maes-solo-nao-deve-ser-sinonimo-de-abandono/>. Acesso em: 03 jan. 2024.

Peluquería Diego Guerrero / Carol Burton. **Archdaily**, [s.l.], 2013. Disponível em: https://www.archdaily.cl/cl/885825/peluqueria-diego-guerrero-carol-burton?ad_source=myad_bookmarks&ad_medium=bookmark-open. Acesso em: 05 jun. 2024.

PITTS, Adrian. **Planning and Design Strategies for Sustainability and Profit: Pragmatic sustainable design on building and urban scales**. Oxford: Architectural Press, 2004.

PRINZ, D. **Planificación y Configuración Urbana**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1986.

REGISTRO CIVIL, Pais Ausentes. **Portal da Transparência do Registro Civil**. São Paulo, 2024. Disponível em: <https://transparencia.registrocivil.org.br/painel-registral/pais-ausentes>. Acesso em: 10 jan. 2024.

SALCEDO, R. F. B. *et al.* Arquitetura Dialógica no Contexto do Centro Histórico: o Método. *In*: PAS-CHOARELLI, L. C., SALCEDO, R. F. B. **Interação**: panorama das pesquisas em Design, Arquitetura e Urbanismo. 1 ed. Bauri: Canal 6, 2015, v. 1, p. 227-237.

SÃO PAULO (Estado). Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo. E.E. Nossa Senhora da Penha. **CONDEPHAAT**, São Paulo, 29 ago. 2017. Disponível em: <http://condephaat.sp.gov.br/benstombados/e-e-nossa-senhora-da-penha/>. Acesso em: 29 mar. 2024.

SÃO PAULO (Estado). Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo. GE Santos Dumont - Penha. **CONDEPHAAT**, São Paulo, 29 ago. 2017. Disponível em: <http://condephaat.sp.gov.br/benstombados/ge-santos-dumont-penha/>. Acesso em: 29 mar. 2024.

SÃO PAULO (Estado). Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo. Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. **CONDEPHAAT**, São Paulo, 30 ago. 2017. Disponível em: <http://condephaat.sp.gov.br/benstombados/igreja-de-nossa-senhora-do-rosario-dos-homens-pretos/>. Acesso em: 29 mar. 2024.

SÃO PAULO (Estado). Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Domicílios por espécie. **SEADE**. São Paulo, [20--]. Disponível em: <https://censo2022.seade.gov.br/domicilios-por-especie/>. Acesso em: 10 abr. 2024.

SÃO PAULO (Estado). Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Mulheres e arranjos familiares na metrópole**. São Paulo: SEADE, 2020. Disponível em: https://trajetoriasocupacionais.seade.gov.br/wp-content/uploads/sites/6/2021/05/mulheres_arranjos_familiares_metropole.pdf. Acesso em: 04 jan. 2024.

SÃO PAULO (Estado). Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Nascimentos e idade das mães paulistas, 2000 a 2022. 2023**. São Paulo: SEADE, 2023. Disponível em: <https://informa.seade.gov.br/wp-content/uploads/sites/8/2023/05/Seade-Informa-demografia-nascimentos-idade-maes-paulistas.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2024.

SÃO PAULO (Estado). Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **O trabalho de cuidados na família é majoritariamente feminino e parental**. São Paulo: SEADE, 2023. Disponível em: <https://cuidadosnodomicilio.seade.gov.br/wp-content/uploads/sites/20/2023/03/Seade-cuidados-domicilio-trabalho-cuidados-familia-majoritariamente-feminino-parental.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2024.

SÃO PAULO (Estado). Governo do Estado de São Paulo. **Lista de Espécies Indicadas para Restauração Ecológica Para Diversas Regiões do Estado de São Paulo**. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, Instituto de Botânica, 2017. Disponível em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/institutodebotanica/wp-content/uploads/sites/235/2019/10/lista-especies-rad-2019.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2024.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação. Lares monoparentais chefiados por mulheres são os mais atendidos pela produção habitacional da CDHU. **SDUH**, São Paulo, 18 mar. 2024. Disponível em: <https://cdhu.sp.gov.br/-/lares-monoparentais-chefiados-por-mulheres-sao-os-mais-atendidos-pela-producao-habitacional-da-cdhu#:~:text=Al%C3%A9m%20do%20atendimento%20%C3%A0s%20chefes,corresponde%20a%2024%2C54%25>. Acesso em: 23 mar. 2024.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria Executiva de Projetos Estratégicos. Programa Reencontro. **SEPE**, São Paulo, 3 dez. 2024. https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/governo/secretaria_executiva_de_projetos_estrategicos/programa_reencontro/index.php?p=341018#VILA_REENCONTRO. Acesso em: 17 jan. 2024.

SÃO PAULO (Município). Distrito da Penha. **Negócios SP**. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.negocios.prefeitura.sp.gov.br/dados/distrito/Penha>. Acesso em: 04 jun. 2024.

SÃO PAULO (Município). **Lei nº 16.402, de 22 de março de 2016**. Disciplina o parcelamento, o uso e a ocupação do solo no Município de São Paulo, de acordo com a Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014 – Plano Diretor Estratégico (PDE). São Paulo, SP: Secretaria do Governo Municipal, 2016. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-16402-de-22-de-marco-de-2016>. Acesso em: 14 mai. 2024.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Central de Vagas. **SMADS**. São Paulo, 3 jul. 2024. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/central_de_vagas/index.php. Acesso em: 27 jan. 2024.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Centros de Acolhida. **SMADS**. São Paulo, 14 nov. 2023. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/populacao_em_situacao_de_rua/index.php?p=3183. Acesso em: 27 de janeiro de 2024.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Rede Socioassistencial. **SMADS**. São Paulo, 14 nov. 2023. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/rede_socioassistencial/index.php?p=326779. Acesso em: 27 de janeiro de 2024.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. **Manual Técnico de Arborização Urbana**. São Paulo: SVMMA, 2024. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/MARBOURB.pdf. Acesso em: 30 out. 2024.

SOUZA, M. C. de. PROTAGONISMO FEMININO NOS MOVIMENTOS POR MORADIA. Condições coloniais e possíveis rupturas. **Revista Seminário Internacional de Investigación en Urbanismo (SIU)**. São Paulo-Lisboa, n. 12, 11 p., jun. 2020. DOI: <https://doi.org/10.5821/siu.10184>. Disponível em: <https://upcommons.upc.edu/bitstream/handle/2117/336548/10184-11519-2-PB.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 16 jan. 2024.

TELHADO Verde com Laminar Médio. **Ecotelhado**. 2024. Disponível em: <https://ecotelhado.com/sistema/telhado-verde/laminar-medio/>. Acesso em: 21 nov. 2024.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Informações sobre as Estações do Ano na Cidade de São Paulo. **IAG/USP**. São Paulo. [20--]. Disponível em: <http://www.estacao.iag.usp.br/seasons/index.php#:~:text=De%20acordo%20com%20a%20classifica%C3%A7%C3%A3o,e%20um%20ver%C3%A3o%20bastante%20chuvoso>. Acesso em: 29 mar. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Dados Climáticos. **Projeteeee**. Florianópolis, 2024. Disponível em: http://www.mme.gov.br/projeteeee/dados-climaticos/?cidade=SP+-+S%C3%A3o+Paulo&id_cidade=bra_sp_sao.paulo-congonhas.ap.837800_try.1954. Acesso em: 05 mar. de 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Componentes construtivos. **Projeteeee**. Florianópolis, 2024. Disponível em: <http://www.mme.gov.br/projeteeee/componentes-construtivos/>. Acesso em: 18 nov. de 2024.

URBAN 95. Primeira Área da Infância de Jundiaí promove espaço seguro e lúdico para crianças. **Urban 95**. [s.l.], 28 ago. 2023. Disponível em: <https://urban95.org.br/primeira-area-da-infancia-de-jundiai-promove-espaco-seguro-e-ludico-para-criancas/>. Acesso em: 28 nov. 2024.

URBAN 95 *et al.* **Bebeteca: Guia Prático para Implementação**. 1. ed. Boa Vista: Fundação Van Leer, 2022. 69 p. Disponível em: https://urban95.org.br/wp-content/uploads/2023/12/BRA_Crato_Guia-Bebeteca_R01_V09.pdf. Acesso em: 06 mai. de 2024.

URBAN 95 *et al.* **Guia de Parques Naturalizados**. 1 ed. Boa Vista: AVSI Brasil *et al.*, 2024. Disponível em: https://urban95.org.br/wp-content/uploads/2024/10/Boa-Vista_Guia-de-Parques-Naturalizados_R02_V02_simples.pdf. Acesso em: 20 out. 2024.

